



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Tecnologia e Ciências

Instituto de Geografia

Marcelo Gonzalez Abrantes

**Paisagens militares: histórias, significados e fotodocumentação da Vila  
Militar do Rio de Janeiro - RJ**

Rio de Janeiro

2024

Marcelo Gonzalez Abrantes

**Paisagens militares: histórias, significados e fotodocumentação da Vila Militar do  
Rio de Janeiro - RJ**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cultura e Natureza.

Orientador: Prof. Dr. André Reyes Novaes

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CTCC

A161 Abrantes, Marcelo Gonzalez.  
Paisagens militares: histórias, significados e fotodocumentação da Vila Militar do Rio de Janeiro / Marcelo Gonzalez Abrantes.– 2024.  
147 f. : il.

Orientador: André Reyes Novaes.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia.

1. Geografia humana - Teses. 2. Paisagens militares – Vila Militar (RJ) - Teses. 3. Fotodocumentação - Teses. I. Novaes, André Reyes. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Geografia. III. Título.

CDU: 911.3(815.3)

Bibliotecária Responsável: Priscila Freitas Araujo/ CRB-7: 7322

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Marcelo Gonzalez Abrantes

**Paisagens militares: histórias, significados e fotodocumentação da Vila Militar do  
Rio de Janeiro - RJ**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cultura e Natureza.

Aprovada em 16 de Dezembro de 2024.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. André Reyes Novaes (Orientador)

Instituto de Geografia - UERJ

---

Prof. Dr. Andrew Frank Davies

Instituto de Geografia - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Verónica Hollman

Instituto de Geografia - UERJ

---

Prof. Dr. Marcelo Werner da Silva

Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2024

## **AGRADECIMENTOS**

A minha mãe, por desde o princípio me mostrar o valor da educação e não medir esforços para garantir meu crescimento.

A minha esposa, pela ajuda e apoio incondicional, mesmo nos momentos de maior dificuldade.

Ao meu orientador, pela parceria, respeito, compreensão e colaboração ao longo de todo o processo.

Aos integrantes da banca, pelos aportes que me forneceram na qualificação e pelo tempo despendido na avaliação da pesquisa.

A todos familiares e amigos, que de diferentes formas contribuíram para que eu trilhasse o caminho até aqui.

## RESUMO

ABRANTES, Marcelo Gonzalez. **Paisagens militares**: histórias, significados e fotodocumentação da Vila Militar do Rio de Janeiro - RJ. 2024. 147 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

A presente dissertação tem por objetivo produzir interpretações sobre as paisagens da Vila Militar, partindo da construção de uma fotodocumentação. Esse espaço constitui-se num bairro localizado na zona oeste do Rio de Janeiro, marcado por um histórico de produção orientado pelo Exército brasileiro. Ao absorver uma lógica militarista, a área em questão acaba por apresentar marcas profundas de seu principal agente, reproduzindo assim discursos e ideologias que se remetem diretamente ao funcionamento das Forças Armadas. Inserido em meio à periferia da cidade, seu padrão visual se diferencia largamente dos bairros adjacentes dessa região. Serão examinadas as raízes da criação do Vila, no início do século XX, e os diferentes contextos no qual ela esteve inserida desde então, como a realização de grandes eventos de caráter desportivo. Na tarefa de decodificar as paisagens, assume-se a apreciação do conceito, segundo autores como Denis Cosgrove e James Duncan, que a significam enquanto textos passíveis de diferentes leituras por múltiplas audiências. Damos ênfase também à categoria de paisagens militares, definida por Rachel Woodward e que nortearam nosso processo de pesquisa. A produção de uma fotodocumentação, realizada durante os trabalhos de campo no bairro, de acordo com a metodologia de Gillian Rose, permitiu que as imagens ocupassem um lugar central ao longo da investigação e funcionassem como gatilhos para a construção de uma narrativa pautada em significados, questionamentos e reflexões acerca dos cenários militares percorridos e das respectivas mensagens visíveis ou ocultas que o Exército deseja propagar sobre si mesmo.

Palavras-chave: Vila Militar; paisagens militares; exército; fotodocumentação; Rio de Janeiro.

## ABSTRACT

ABRANTES, Marcelo Gonzalez. **Military landscapes**: stories, meanings and photodocumentation of the Military Village of Rio de Janeiro – RJ. 2024. 147 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This dissertation aims to produce interpretations of the landscapes of Vila Militar, starting from the construction of photo documentation. This space is a neighborhood located in the west zone of Rio de Janeiro, marked by a history of production guided by the Brazilian Army. By absorbing a militaristic logic, the area in question ends up showing deep marks from its main agent, thus reproducing discourses and ideologies that directly refer to the functioning of the Armed Forces. Inserted in the middle of the city's outskirts, its visual pattern differs greatly from the adjacent neighborhoods in this region. The roots of the creation of Vila, at the beginning of the 20th century, and the different contexts in which it has been inserted since then, such as the holding of major sporting events, will be examined. In the task of decoding landscapes, the appreciation of the concept is assumed, according to authors such as Denis Cosgrove and James Duncan, who define it as texts capable of different readings by multiple audiences. We also emphasize the category of military landscapes, defined by Rachel Woodward and which guided our research process. The production of photo documentation, carried out during fieldwork in the neighborhood, in accordance with Gillian Rose's methodology, allowed the images to occupy a central place throughout the investigation and function as triggers for the construction of a narrative based on meanings, questions and reflections about the military scenarios covered and the respective visible or hidden messages that the Army wishes to propagate about itself.

Keywords: Military Vilage; military landscapes; army; photodocumentation; Rio de Janeiro.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Desfile cívico na Vila Militar em homenagem à independência do Brasil.....	14
Figura 2 – Localização do Bairro Vila Militar.....	23
Figura 3 – Delimitação do Bairro e Vizinhanças.....	23
Figura 4 – Área residencial não gerida pelo Exército mas incluída no bairro da Vila Militar - Vizinho a Deodoro.....	24
Figura 5 – Área da Vila Militar inserida em Deodoro.....	25
Figura 6 – Carta Topográfica da Região.....	26
Figura 7 – Curso do Rio Marangá na Vila Militar.....	27
Figura 8 – Mapa do potencial solar no verão da área central da Vila Militar.....	29
Figura 9 – Traçado do antigo Caminho Imperial.....	30
Figura 10 – Obras na Fábrica de Cartuchos de Realengo na década de 1910.....	32
Figura 11 – Lançamento da pedra fundamental da Vila Militar em 1908.....	40
Figura 12 – Estação de Deodoro em 1936.....	40
Figura 13 – Serraria do Engenho Sapopemba em 1908.....	41
Figura 14 – Terraplanagem da área da futura Av. Duque de Caxias em 1909.....	42
Figura 15 – Construção de edifício administrativo às margens da linha férrea em 1909.....	43
Figura 16 – Perspectiva de uma parte do projeto da Vila Militar (1908).....	44
Figura 17 – Estação Ferroviária da Vila Militar, inaugurada em 1910 e reformada em 1920.....	45
Figura 18 – Fotografia aérea da Vila Militar em 1940.....	46
Figura 19 – Obras no esgotamento sanitário da Avenida Duque de Caxias na década de 1940.....	48
Figura 20 – Fotografia aérea da Região de Deodoro na década de 1930.....	51
Figura 21 – Fotografia aérea demonstrando a distância entre a Vila Militar e a Vila Operária na década de 1940.....	51
Figura 22 – Fotografia aérea de Marechal Hermes na década de 1930.....	52
Figura 23 – Fotografia aérea da pista do campo dos Afonsos.....	54
Figura 24 – Instalações esportivas na Vila Militar para os Jogos Rio 2016.....	58

Figura 25 – Trajeto percorrido pela Avenida Xavier Curado.....	70
Figura 26 – Entrada da Base Aérea dos Afonsos.....	71
Figura 27 – Muro da Base Aérea dos Afonsos na Avenida Xavier Curado.....	72
Figura 28 – Apresentação de aviação nos céus do Campo dos Afonsos.....	74
Figura 29 – Placa encontrada nos acessos à Vila Militar.....	75
Figura 30 – <i>Outdoor</i> em referência ao Dia do Exército.....	77
Figura 31 – Trajeto percorrido pela Avenida General Benedito da Silveira.....	80
Figura 32 – Posto de controle de trânsito na Av. General Benedito da Silveira.....	81
Figura 33 – Placa em referência ao Arroio dos Afonsos.....	84
Figura 34 – Conjunto Residencial Vila Verde.....	85
Figura 35 – Entrada do Grupo de Artilharia Antiaérea General Alves Maia.....	87
Figura 36 – Exposição de aeronave e estátuas no portão do Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil.....	88
Figura 37 – Vista do Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil.....	89
Figura 38 – Inscrição na Entrada do Batalhão Santos Dumont.....	90
Figura 39 – Inscrição próxima à entrada do Batalhão Santos Dumont.....	90
Figura 40 – Trajeto percorrido na Avenida Duque de Caxias.....	93
Figura 41 – Fotografia aérea da Avenida Duque de Caxias em dia de desfile em homenagem à independência.....	94
Figura 42 – Desfile em homenagem à independência na Avenida Duque de Caxias.....	94
Figura 43 – Edifício plurifamiliar na Avenida Duque de Caxias.....	98
Figura 44 – Domicílio unifamiliar na Avenida Duque de Caxias.....	98
Figura 45 – Batalhão de Infantaria Motorizada - REI.....	102
Figura 46 – Canhão anti-tanque exposto na porta do Regimento Avaí.....	102
Figura 47 – Busto de Antônio Sampaio - Patrono da Infantaria.....	103
Figura 48 – Regimento Andrade Neves.....	104
Figura 49 – Busto de Manuel Luís Osório - Patrono da Cavalaria.....	104
Figura 50 – Edifício da 1ª Divisão do Exército.....	107
Figura 51 – Painel em referência à conquista do Monte Castelo.....	108
Figura 52 – <i>Outdoor</i> comemorativo aos 80 anos das operações da Força Expedicionária Brasileira.....	108
Figura 53 – Coreto da Praça Marechal Hermes.....	111

Figura 54 – Arquibancada do campo da Vila Militar.....	112
Figura 55 – Murais do Corredor Cultural do Exército Contemporâneo.....	113
Figura 56 – Portal de entrada leste da Avenida Duque de Caxias.....	116
Figura 57 – Comércio especializado em artigos militares no extremo oeste da Avenida Duque de Caxias.....	117
Figura 58 – Igreja Matriz de São Sebastião da Vila Militar.....	119
Figura 59 – Vista da Avenida Duque de Caxias por baixo do viaduto da Transolímpica.....	120
Figura 60 – Trajeto percorrido por: Avenida São Pedro de Alcântara, Complexo Esportivo de Deodoro, Estrada do Gericinó e Parque Radical.....	121
Figura 61 – Estrada São Pedro de Alcântara.....	122
Figura 62 – Área de lazer dos Subtenentes e Sargentos da Vila Militar.....	123
Figura 63 – Construção remodelada da estação ferroviária da Vila Militar.....	124
Figura 64 – Vista a partir da estação ferroviária da Vila Militar.....	125
Figura 65 – Vista do castelo histórico a partir da estação ferroviária da Vila Militar.....	126
Figura 66 – Acesso proibido ao Centro de Hóquei Sobre Grama Sargento João Carlos de Oliveira.....	127
Figura 67 – Vista interna da Arena Coronel Wenceslau Malta durante competição de Jiu-Jitsu.....	130
Figura 68 – Pista de acesso ao Maciço do Gericinó.....	131
Figura 69 – Grade que delimita o acesso ao Parque Radical.....	134
Figura 70 – Pista de Ciclismo BMX do Parque Radical.....	135
Figura 71 – Projeto Social da Guarda Municipal no Parque Radical.....	135

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1	<b>A GEOGRAFIA HISTÓRICA DA VILA MILITAR</b> .....	21
1.1	<b>Vila Militar: Aspectos Geográficos</b> .....	22
1.2	<b>Vila Militar: Construção e Transformações</b> .....	29
1.2.1	<u>Zona Oeste e as Instalações Militares</u> .....	29
1.2.2	<u>As Forças Armadas e o Contexto de Modernização</u> .....	33
1.2.3	<u>Vila Militar: Projeto e Surgimento</u> .....	35
2.3	<u>Vila Militar: Vizinhanças</u> .....	50
1.2.5	<u>Vila Militar: Transformações Esportivas</u> .....	55
2	<b>UM PERCURSO PELAS PAISAGENS DA VILA MILITAR: FOTODOCUMENTAÇÃO E SIGNIFICADOS</b> .....	60
2.1	<b>Análises das paisagens enquanto textos</b> .....	61
2.1.1	<u>Paisagens Militares</u> .....	63
2.2	<b>Narrativas sobre uma caminhada na Vila Militar</b> .....	67
2.2.1	<u>Trecho 1: O caminho</u> .....	70
2.2.2	<u>Trecho 2: Adentrando ao Bairro</u> .....	80
2.2.3	<u>Trecho 3: A Avenida Duque de Caxias</u> .....	93
2.2.3.1	Residências e batalhões: Duas faces da mesma via .....	97
2.2.3.2	Eixo Central: Memórias evocadas e apagadas .....	106
2.2.3.3	Extremos Leste e Oeste: Semelhanças e Complementaridades .....	116
2.2.4	<u>Trecho 4: Vila Militar Olímpica</u> .....	121
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	137
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	142

## INTRODUÇÃO

Caminhar pelos bairros da cidade do Rio de Janeiro significa se deparar com cenários de vasta complexidade. Seja pelas janelas de um ônibus, a pé, ou na velocidade sutil de uma bicicleta, nos defrontamos com uma realidade marcada por múltiplos contextos, que variam dependendo da região ou da rua percorrida. Em seus movimentos, moradores e transeuntes habituados, acostumam-se a portar-se em cada um desses ambientes. No decorrer do cotidiano, cada lugar é preenchido por atributos que vão influenciar na frequência e nos tipos de usos que serão feitos deles.

A “fama” de um bairro ou de uma rua específica induz a maneira como os habitantes se relacionam com esses espaços. Dessa forma, elementos como a classe social predominante dos moradores, a quantidade de serviços comerciais presentes, a existência de meios de transporte que possibilitem deslocamentos para outras áreas da cidade, ou os casos de violência vinculados pela mídia, contribuem para que os indivíduos, que possuem a opção de escolha, prefiram ou não vivenciar determinados espaços.

Muito da substância desses espaços provém de seus conteúdos visuais que provocam diferentes sensações naqueles que por eles trafegam. A análise de suas paisagens, permite-nos reconhecer elementos, nelas dispostos, que auxiliam na compreensão das marcas sociais impressas por variados grupos que dela se apropriam, ou que de alguma maneira nela tiveram determinada influência histórica. Besse (2014, p. 59), afirma que a investigação sobre as paisagens é relevante por “estar intrinsecamente associada à vida cotidiana, pensando a cidade, por exemplo, a partir de suas relações e na sua integração com o solo, o território, o meio vivo”.

Besse (2006, p. 69), entretanto, salienta que “mesmo que a paisagem possua uma dimensão visível, seu conteúdo não se limita àquilo que se pode ver”. Entendemos, portanto, que a visualidade de determinados fenômenos espaciais, funciona como a superfície de uma vasta gama de significados, muitas vezes ocultos, que podem ser investigados a partir dos elementos inicialmente vistos. Nesse sentido, faz-se necessário a compreensão dos contextos, representações e valores envolvidos em seus processos de construção, transformação e significação. Berque (1998, p. 1) irá conceituar a paisagem como:

“marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz, porque participa dos esquemas de percepção e de ação – ou seja da cultura – que canalizam em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza, e portanto, a paisagem de seu ecúmeno. E assim, sucessivamente, por infinitos laços de codeterminação.”

Ao decidirmos por pesquisar a Vila Militar, bairro situado na zona oeste do Rio de Janeiro, levamos em consideração sua condição particular à cidade. Construído a partir de uma lógica militarista, é gerido pelo Exército brasileiro em condição excepcional comparada à vizinhança “civil”, possuindo assim paisagens repletas de referências visuais específicas, que se relacionam com tropos e usos próprios à dinâmica da instituição. Ao correlacionarmos sua realidade com as ideias de Berque, podemos enxergar suas marcas como reflexos da história que o Exército ali imprimiu, e essas, por sua vez, servem como matrizes para a reprodução da ideologia e da funcionalidade da própria corporação.

Tendo sido morador de bairros vizinhos durante mais de três décadas, frequentei ou simplesmente transitei por suas vias por diversos motivos. O principal deles, ainda durante a infância, tinha como objetivo a prática de caminhadas ao ar livre, ou pedalando uma bicicleta. Dada a escassez de áreas públicas de lazer da vizinhança suburbana, as largas avenidas da Vila Militar são reconhecidas localmente pelo potencial para o uso esportivo.

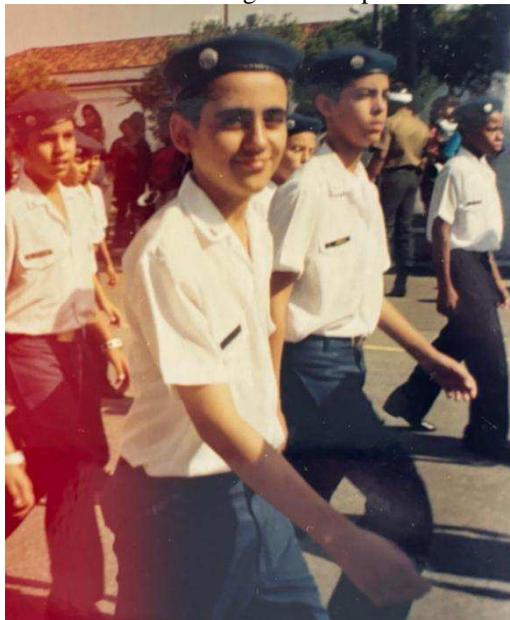
Destaca-se com essa finalidade, a Avenida Duque de Caxias, principal do bairro, e cuja circulação do trânsito é restrita a uma das metades, sendo a outra destinada ao uso militar, mas que o fluxo de pedestres é permitido. Isso atrai os moradores das áreas adjacentes para realização de exercícios físicos, dada a sua grande extensão e a segurança militar das da região.

Levado por meu pai para passeios aos finais de semana, nossas visitas eram feitas desde Bento Ribeiro, bairro que residi. Na Vila Militar presenciei, de forma inédita, artefatos que antes só havia visto pela televisão. Aviões, tanques e canhões podiam ser vistos da rua, a poucos centímetros de distância, criando uma realidade impressionante e bastante chamativa para uma criança. Uma simples caminhada transformava-se num exercício de imaginação, dada a magnitude dos artefatos ali presentes, ou a associação às histórias contatadas por meu pai, que num daqueles batalhões, passou seu período de serviço militar.

Naquele espaço, também pude participar dos desfiles de 7 de setembro em homenagem à independência do Brasil (Figura 1). Tendo estudado numa escola, que

hoje seria denominada de cívico-militar, no bairro vizinho do Campo dos Afonsos, era comum vivenciar a rotina dos militares, como seus cânticos e treinamentos, mesmo não tendo nenhum em minha própria família. Sobre isso, Cosgrove (1989, p. 229) afirma que “Muitas vezes, são as crianças, menos aculturadas em significados convencionais, que podem ser o melhor estímulo para recuperar os significados codificados na paisagem.” Ali, também realizei o processo de alistamento militar ao completar 18 anos, numa das únicas oportunidades em que pude adentrar nos recintos restritos ao uso público.

Figura 1: Desfile cívico na Vila Militar em homenagem à independência do Brasil.



Fonte: O autor, 2001.

A ideia da pesquisa, entretanto, ocorre somente muitos anos mais tarde. Durante a pandemia da Covid-19, sem a possibilidade de praticar esportes em espaços privados, voltei a frequentar a Vila Militar rotineiramente para pedaladas de bicicleta. Nesse mesmo período, acompanhei como aluno especial, as aulas online da disciplina de *Cultura e Natureza* do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UERJ. Com muitas das discussões sobre paisagens no pensamento, recuperei a curiosidade infantil, e aguicei o olhar crítico sobre os cenários que me cercavam ao longo do trajeto. Buscando entender os significados ocultos daquele ambiente, passei a me aprofundar na temática elaborando um projeto de pesquisa sobre o assunto.

Desenvolvida a ideia ao longo dos anos de mestrado, busquei identificar os processos históricos de construção das paisagens da Vila Militar, considerando as suas

visualidades e os seus significados na atualidade. No cerne das múltiplas realidades da zona oeste do Rio de Janeiro, tal bairro se diferencia dos demais por estar imerso num ambiente repleto de paisagens militares, que se configuraram desde a sua concepção, no início do século XX, até a atual administração, fato comprovado pelo patrulhamento das ruas, gestão dos terrenos e conservação de seus monumentos.

A categoria de paisagens militares terá lugar central em nosso estudo. Podemos entendê-las enquanto cenários que são produzidos, lidos e respondidos como resultado do processo de organização das Forças Armadas (Aeronáutica, Exército e Marinha), ou seja, “todas aquelas instituições que foram investidas pelo Estado, com a autoridade de potencialmente exercer o uso letal da força e da violência” (Woodward, 2014, p. 2-3).

Nessa classe, estão incluídos cenários de guerra, como campos de batalha; ambientes de treino e preparação, como quartéis; espaços de memória, como monumentos e cemitérios; além de uma vasta gama de quadros que envolvem a infraestrutura dessas tarefas, tal qual a instalação de fábricas que produzem armamentos, os sistemas de comunicação através de cabos e radares, ou mesmo as residências utilizadas para alocar os militares em serviço. Muitos desses exemplos encontram-se presentes na Vila Militar.

Objetivando identificar os processos que levaram a construção dessas paisagens, foi necessário adotar um prisma que contemplasse a geografia histórica local. Entender os movimentos de produção e composição de seus elementos, significou mergulhar em arquivos, bibliotecas e pesquisas de campo, para buscar a compreensão de procedimentos, fenômenos e discursos de épocas passadas. A “abordagem histórica perturba a aparente inevitabilidade do presente” (Forsyth, 2019, p. 6), permitindo o aprofundamento nos contextos no qual nosso recorte espacial esteve inserido, bem como a capacidade de questionamento de muitas dessas narrativas.

A concepção da Vila Militar guarda, de certo modo, um paralelo com o ideal modernizante que pairou sobre o Rio de Janeiro nos primeiros anos do século passado. Assim como a capital federal era envolta em esforços com o intuito de ser vista como mais próspera e evoluída, o Exército brasileiro, uma das instituições de maior prestígio do país na época, também queria se adaptar ao progresso técnico demonstrado por seus pares das grandes potências europeias, envolvidas em conflitos cada vez mais destrutivos. Segundo McCann (2007, p. 104), no início do século XX, a principal função das Forças Armadas era manter a ordem política interna, papel esse que não se ajustava aos ideais de profissionalismo que os oficiais importavam da Europa, após

período de estágio na França ou Alemanha. Sobre isso, Silva (2016, p. 18), complementa:

De fato, o papel destinado às Forças Armadas era o de policiar o território, servindo como instrumento de repressão para as elites locais quando estas perdiam o controle político. Convém dizer que logo após a Proclamação da República ficou evidente o quanto o Exército não estava preparado para o combate. Apesar das vitórias nos conflitos de Canudos e do Contestado, ficou claro o quanto o Exército não tinha condições de empreender um conflito armado por muito tempo contra um oponente organizado, como um exército regular estrangeiro, o que deixava o território da recém-proclamada República indefeso, em caso de um ataque às fronteiras. A precariedade de defesa ocorreu devido às deficiências no treinamento dos novos recrutas, como também do próprio equipamento que era ultrapassado.

Ironicamente, entretanto, a natureza das atividades militares impedia que essa metamorfose se realizasse no centro da cidade, zona focal das mudanças arquitetônicas que objetivavam adaptar a capital a uma nova era. A ideia de agrupar muitas das instituições militares em uma só região, de forma a facilitar a sua gestão e logística, era incompatível com um desenho de núcleo urbano que visava valorizar esse espaço e dotá-lo de funções administrativas, financeiras ou comerciais.

Dessa maneira, dada a necessidade por amplos terrenos e o perigo de muitos dos exercícios a serem realizados em suas dependências, o projeto da Vila Militar encontra no distante subúrbio, as características essenciais para a sua implementação. A presença de áreas ainda rurais, com construções descontínuas e baixa densidade demográfica, favorece um empreendimento de tamanhas proporções. Essa mesma região, somente será ocupada de forma efetiva, a partir das décadas seguintes do século XX, quando receberá aqueles grupos sociais não contemplados pelas reformas do coração da cidade. Tal como afirmado por Fernandes (2011), em sua origem, esses ambientes caracterizaram-se por receber as classes sociais e as atividades rejeitadas pelo centro.

Analisar as paisagens militares desse espaço é uma tentativa de captar, simultaneamente, suas materialidades e subjetividades. Sendo um bairro planejado situado num espaço periférico da cidade, comumente associado ao crescimento desordenado e às mazelas sociais, a Vila Militar diferencia-se facilmente de seus vizinhos, por seus elementos visuais. Nesse enfoque, o objetivo é perceber as marcas deixadas por um projeto implementado há mais de um século e que sobreviveu adaptando-se a diferentes contextos. Buscamos também, interpretar seus discursos tal como reflexos da cultura de uma instituição dominante, que tem como meta reproduzir

seus ideais perante seus integrantes e sua imagem exterior para a sociedade civil. Baldin (2021, p. 8) afirma:

A paisagem conjuga o passado, o presente e nos aponta o futuro, em uma convivência de diferentes temporalidades que faz de cada uma delas única. Entendida como um produto social e histórico, ela retrata as sociedades que a construíram e a constroem. Portanto, ela não é estática, está em constante transformação.

O poder de construção/reconstrução permite ao Exército brasileiro incutir nesses cenários mensagens que reforcem a identidade militar, sob a lógica da exaltação das narrativas de glórias e bravuras da instituição, e por consequência, diferenciar-se dos demais grupos sociais da cidade e do país. Essa dualidade pode ser assimilada nas contraposições entre o militar e o civil, o privado e o público, o subúrbio planejado e o desordenado. Sobre a identidade, Baldin (2021, p. 12-13) destaca:

A identidade, ao mesmo tempo que inclui dialeticamente, exclui, pois, ao identificar um grupo, o distingue de outros grupos. Ela está visceralmente relacionada à alteridade: não há identidade, em si nem para si, ela existe em relação com uma outra, é elaborada na relação entre o “nós” e o “eles”. Essa diferenciação é estabelecida através de fronteiras, que são fundamentais para a construção de identidades e seus objetivos. E isso representa uma relação de força entre os grupos.

Partindo desses pressupostos, a dissertação tem como objetivo principal produzir interpretações acerca das paisagens da Vila Militar, procurando decodificar significados e ideologias visíveis ou ocultas nesse bairro. Nessa tarefa, buscaremos elaborar uma narrativa sobre os cenários encontrados, a partir de trabalhos de campo realizados sob a forma de pedaladas de bicicleta, inspirados nos movimentos que tanto realizei ao longo da infância. Tais relatos serão costurados com análises que se aprofundem de forma crítica nas referências históricas e culturais do Exército brasileiro, sob o ponto de vista de um pesquisador externo à instituição.

Utilizaremos a abordagem iconográfica de Cosgrove e Daniels como suporte teórico nessa empreitada. Os autores afirmam que “a paisagem é uma forma pictórica de representar, estruturar ou simbolizar o entorno” (1988, p. 1). Esse estudo iconográfico procura sondar o significado das paisagens associando ícones específicos aos seus contextos espaciais e analisando ideias implicadas nas suas imagens. Todas as paisagens, incluindo as militares, podem ser lidas enquanto textos, e em seu interior existem marcadores importantes que servem para dar substância às mensagens. Dentre

esses marcadores, podemos citar os muros, as placas, ou as barreiras que permeiam o ecossistema militar.

Nesse sentido, a pesquisa centraliza o papel das imagens como recurso de produção do conhecimento geográfico, na tentativa de compreender a visualidade das paisagens pesquisadas. Buscamos Gomes e Ribeiro (2012, p. 29) quando afirmam que “As imagens são instrumentos da reflexão geográfica, colaboram diretamente na produção das ideias”. Utilizando-as como artefatos que permitem enxergar para além da materialidade evidente, ramificamos o projeto nos seguintes objetivos secundários:

1. Analisar a geografia histórica local com o intuito de compreender os processos que levaram a construção, consolidação e significação desse espaço, a partir da coleta e seleção de fotografias antigas da Vila Militar em arquivos, museus e bibliotecas associadas ao tema;
2. Fabricar uma fotodocumentação dos cenários atuais do bairro, que atuem como protagonistas nas discussões acerca das paisagens militares encontradas e na composição da narrativa principal.

Essas imagens não se constituem apenas de meras ilustrações que meramente confirmaram as informações descritas, mas pelo contrário, serão utilizadas ativamente como parte integrante do processo de investigação, constituindo uma metodologia crítica de investigação visual da realidade apresentada. Na prática, elas funcionarão como gatilhos para o despertar das reflexões e o desenrolar da narrativa.

Rose (2016) afirma que as fotografias possuem extrema relevância no cerne das metodologias visuais, tanto por sua capacidade em registrar a materialidade real, transmitindo diversas informações sobre uma cena, num mesmo frame, quanto por sua significância no contexto de produção e interpretação de uma realidade. Nesse aspecto, elas possibilitam análises e conceituações, tal qual nos estudos iconográficos que pretendemos implementar. Sobre isso, a autora (Rose, 2016, p. 308), complementa:

Imagens como fotografias são vistas como especialmente valiosas na investigação urbana porque podem transmitir algo sobre a sensação de lugares, espaços e paisagens urbanas, especificamente, claro, aquelas qualidades que são de alguma forma visíveis: podem sugerir o layout, a cor, a textura, a forma, o volume, o tamanho e o padrão do ambiente construído, por exemplo, e também podem registrar pessoas. As fotografias podem assim capturar algo da riqueza sensorial e da habitação humana dos ambientes urbanos (embora não todos, claro: não podem transmitir som e podem apenas sugerir tato).

Já em relação à fotodocumentação, Rose explica que se trata de um método no qual “se pressupõe que as fotografias são registros precisos do que estava à frente da

câmera quando o obturador foi disparado – um registro preciso da realidade material – e tira fotografias de forma sistemática, a fim de fornecer dados que o pesquisador então analisa” (2016, p. 310). Ela enfatiza que a chave para o uso bem sucedido dessa metodologia consiste na conceituação cuidadosa da ligação entre o tema de investigação e as fotos tiradas.

Entretanto, conforme Rose (2016, p. 328) nos alerta, nem todos os fenômenos relevantes para uma pesquisa são visíveis numa foto. A autora cita Jon Rieger (1996) para explicar a tensão variável que existe entre a mudança visual e a social. “Algumas mudanças visuais podem ter pouco significado social, enquanto há mudanças sociais que podem não ter manifestações visuais muito óbvias ou proeminentes”. Em nossa pesquisa, temos a tarefa de preencher essas possíveis lacunas com dados e informações obtidas por outros meios, tais como as pesquisas bibliográficas e observações de campo.

Partindo de pedaladas de bicicleta, como fiz tantas vezes desde a infância, procurei me aventurar pelos diferentes espaços que o bairro disponibiliza para uso público. Com a câmera do celular nas mãos, e um roteiro preestabelecido, busquei capturar alguns dos ângulos que pudessem retratar parte daquela complexa realidade, de forma a criar um catálogo de fotografias úteis para a investigação.

Munido de uma “sensibilidade histórica e contextual” (Cosgrove, 1989, p. 229), busquei mergulhar no cotidiano dessa vizinhança, na tentativa de captar as mensagens transmitidas por esses cenários e “desfamiliarizar a relação entre paisagens, ideologias dominantes e práticas políticas ou sociais.” (Duncan, 1990, p. 109). Ou seja, ao mesmo tempo que utilizei a experiência de ter sido vizinho do bairro por mais de 30 anos, também adotei a postura de me afastar das normatizações de alguém já habituado a observar algumas dessas paisagens de forma corriqueira, sem a devida criticidade.

Em sua estrutura, a pesquisa será dividida em dois capítulos. No primeiro, buscaremos identificar os processos históricos que levaram a construção da Vila Militar. Apoiando-se numa perspectiva da geografia histórica local, usaremos imagens coletadas em arquivos militares, como Arquivo Histórico do Exército, o Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial e a Biblioteca do Exército, de forma a ampliar a gama de registros que norteiam o desenvolvimento da exploração. Inicialmente, recorreremos espacialmente à área em questão e a situamos em termos geográficos, tais como a localização, o clima, o relevo, a vegetação, além de seus atributos censitários e de suas conexões com as demais regiões da cidade. Em seguida, mergulharemos na conjuntura histórica do bairro. A partir de pesquisas bibliográficas, traçamos a trajetória de ocupação da zona

oeste do Rio de Janeiro, evidenciando a sua tradição em sediar instituições militares desde meados do século XIX. Ao posicionarmos a Vila Militar nesse contexto, enfocamos as motivações que guiaram o surgimento do projeto e apresentamos detalhes de seu processo de construção, bem como estabelecemos paralelos com importantes bairros que surgiram nos seus arredores, no mesmo período. Por fim, mostraremos as adaptações realizadas localmente, decorrentes da realização de grandes competições esportivas no Rio de Janeiro no início do século XXI, em que o bairro foi uma das sedes.

O segundo capítulo tem como objetivo analisar as visualidades e os significados das paisagens militares da Vila Militar na atualidade. A partir da produção de uma fotodocumentação realizada por meio de trabalhos de campo desenvolvidos no bairro, elaboramos uma narrativa que se debruce sobre o visível e o não visível nesses espaços.

Abrimos o capítulo com uma discussão a respeito do conceito de paisagens militares, de forma a aperfeiçoar o aporte teórico do que será trabalhado na prática. Na sequência, as fotografias novamente serão o fio condutor das análises dos cenários encontrados. Calcados em debates que relacionam a presença militar e as paisagens, o resultado da pesquisa será desenrolado através de interpretações, questionamentos e reflexões produzidas no percurso dos trabalhos de campo.

O exame da iconografia local será pautado na em na extensa bibliografia que versa, dentre outros temas, sobre a história do Exército brasileiro e suas tradições (Castro, 2002); a cultura dessa instituição (Castro, 2021); as marcas visuais militares (Woodward, 2014); a arquitetura da Vila Militar (Bonates, 2016); as transformações ocorridas no bairro após eventos esportivos (Davies, 2017). Na tentativa de decodificar esses espaços, procuramos assumir uma postura reflexiva, como afirma Rose (2016), tendo em vista as inevitáveis afinidades e distanciamentos criados entre pesquisador e objeto ao longo da pesquisa.

## 1. A GEOGRAFIA HISTÓRICA DA VILA MILITAR

No primeiro capítulo buscamos entender, a partir de uma perspectiva histórica e geográfica, os processos de construção e consolidação da Vila Militar do Rio de Janeiro, enquanto um espaço dotado de paisagens militares de enorme “força de permanência” temporal, dada a lógica espacial subordinada aos interesses específicos do Exército brasileiro (Fernandes, 2006). Consideraremos a geografia histórica como um campo da disciplina capaz de nos auxiliar no entendimento do passado e no estudo da evolução das paisagens em questão<sup>1</sup>. Nessa investigação procuramos responder às seguintes questões: Que motivações desencadearam esse empreendimento? Que atores e negociações envolveram esse processo? Nas escalas local, nacional e global, em qual contexto histórico ele transcorreu? Quais adaptações esse espaço sofreu desde o início da empreitada? Em termos geográficos, que características ele possui atualmente?

De modo a facilitar a organização do projeto, dividiremos o capítulo em duas seções.

A primeira seção, mais breve, apresentará a Vila Militar, atualmente demarcada como um bairro pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, expondo informações de relevância geográfica no que tange a sua localização, extensão, limites, seus dados populacionais, econômicos e aqueles relativos à mobilidade urbana, bem como seus aspectos morfológicos e climáticos e botânicos.

Na segunda seção, abordamos a geografia histórica do local, segundo a lógica de produção militar do espaço. São levados em consideração o contexto que o Exército brasileiro vivia no final do século XIX e início do século XX, suas necessidades, alterações posteriores, os atores envolvidos nesse projeto e as singularidades do mesmo. Dada a extensão da proposta, desmembraremos essa seção em cinco subseções, de forma aprofundar a investigação.

A primeira subseção versa sobre a origem do interesse do Exército brasileiro sobre a Zona Oeste do Rio de Janeiro e a trajetória de ocupação da mesma por

---

<sup>1</sup> Concordamos com Butlin (1993, p. ix) que entende a Geografia Histórica como “... o estudo das geografias de tempos passados, envolvendo a reconstrução imaginativa de uma ampla gama de fenômenos e processos centrais para a nossa compreensão geográfica do dinamismo dos assuntos humanos, como as mudanças na avaliação e nos usos dos recursos humanos e naturais, nas formas e funções dos assentamentos humanos e ambientes construídos, nos avanços nas quantidades e formas do conhecimento geográfico e nos exercícios de poder e controle sobre territórios e povos.”

instituições militares, como a Escola de Tiro do Campo Grande e a Fábrica de Cartuchos de Realengo.

Na segunda subseção apresentamos o contexto em que as Forças Armadas do país estavam inseridas em fins do século XIX e as necessidades de mudanças que induziram ao surgimento do projeto da Vila Militar.

A terceira subseção apresenta os detalhes da construção da Vila Militar, esmiuçando os atores envolvidos nessa negociação, as características urbanísticas do projeto e sua representatividade para o Exército brasileiro.

A quarta subseção discute o papel da Vila Militar como um polo atrativo local, que acaba por incentivar a ocupação de áreas adjacentes nos anos seguintes à sua construção. Abordaremos os casos de Marechal Hermes e do Campo dos Afonsos, expondo suas características e relações com nosso espaço de pesquisa.

Já na quinta subseção, debatemos os impactos das últimas grandes mudanças que o bairro passou, por conta da realização de eventos esportivos sediados pelo Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XXI. Nesse sentido, analisaremos as transformações espaciais ocorridas em seu espaço e as novas funções de alguns de seus equipamentos.

### **1.1. Vila Militar: Aspectos Geográficos**

A Vila Militar localiza-se a quase 30 quilômetros do centro do município do Rio de Janeiro. Está inserida na zona oeste da cidade, pertencendo à região administrativa de Realengo e à subprefeitura da Grande Bangu (Figura 2).

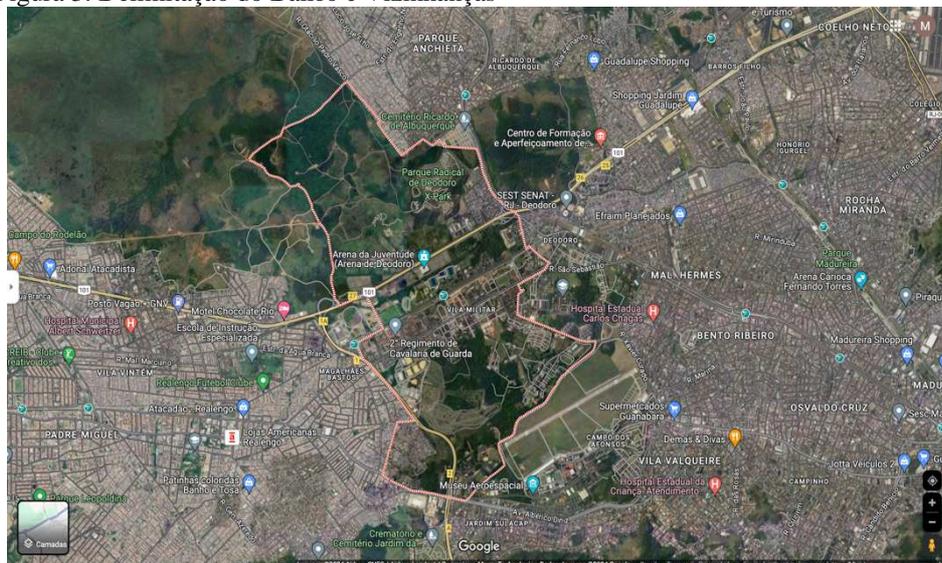
Figura 2: Localização do Bairro Vila Militar



Fonte: Silva, Renato C. (2016, p.33).

Atualmente é enquadrada como bairro pela prefeitura do município (Figura 3), segundo o decreto de nº 5.280 de 23 de agosto de 1985, quando foi separada oficialmente de Deodoro. Ela possui 1.075 hectares de extensão, tendo como limites os bairros vizinhos de: Ricardo de Albuquerque ao norte; Parque Anchieta a noroeste; Deodoro a leste; Realengo e Magalhães Bastos a oeste; Campo dos Afonsos a sudeste e Jardim Sulacap ao sul.

Figura 3: Delimitação do Bairro e Vizinhanças



Fonte: Google, 2024.

Ao ser compreendido enquanto bairro, a Vila Militar ganhou contornos territoriais que não necessariamente dialogam na atualidade com as funções preconizadas pelo Exército, o principal gestor desse espaço. Dessa forma, algumas áreas

residenciais inseridas dentro de seus limites não podem ser consideradas “áreas militares”. Os exemplos incluem quarteirões de moradias localizados nas extremidades do bairro e que não são administrados pelo Exército, sendo, portanto, de uso civil. Uma dessas áreas está situada junto das Avenidas Marechal Alencastro e Brasil, vizinha do bairro de Deodoro (Figura 4), abarcando também o Parque Radical, que apesar de receber o nome do bairro contíguo e de não ser administrado pelo Exército, está dentro dos limites da Vila Militar.

Por outro lado, algumas áreas inseridas na lógica utilitária da Vila, dada a existência de batalhões e residências militares, foram demarcadas pela prefeitura como pertencentes a Deodoro (Figura 5). Mesmo a Avenida Duque de Caxias, tida como o centro da Vila, tem sua porção inicial inserida no bairro vizinho. Devido à presença de importantes paisagens militares nessa região, essa pesquisa irá centrar-se na Vila Militar menos como um bairro marcado por rígidos limites, e mais enquanto uma área de contornos fluidos, em que nosso interesse está relacionado às suas características, atribuídas pela gestão do Exército. As nomenclaturas utilizadas no decorrer da dissertação, entretanto, incluem todos esses termos, sem nenhuma pretensão de rigidez conceitual.

Figura 4: Área residencial não gerida pelo Exército mas incluída no bairro da Vila Militar - Vizinho a Deodoro



Fonte: Google, 2024.

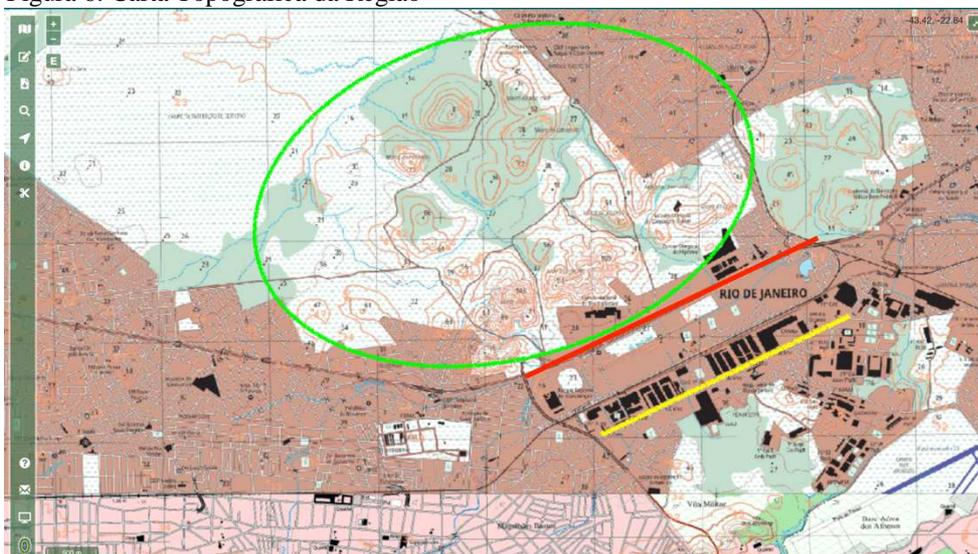


no capítulo 2. O sítio local diversificado, favoreceu a sua escolha como sede das instalações militares, à medida que possibilitam múltiplos usos para diferentes funções. Por um lado, a área plana permite mais facilmente a organização dos edifícios e a rápida mobilização de tropas e veículos, por outro, os morros funcionam como anteparo natural para os exercícios de tiro e para a detonação de artefatos explosivos.

Nesse sentido, os treinamentos com manuseios de armamentos realizam-se na vertente norte do bairro, cujas elevações fazem parte do Maciço do Gericinó (Figura 6). Nele, encontram-se o Centro de Instruções, uma área que corresponde a 53 quilômetros de extensão, a Academia de Tiro, e o Centro Olímpico de Tiro. O campo de Instruções já foi palco de inúmeros acidentes envolvendo civis e militares. No último deles, segundo reportagem do site G1 em 24/09/ 2019, a explosão de uma granada deixou um adolescente morto e outro ferido durante um passeio de bicicleta em área proibida para uso civil (G1 Rio, 2019)<sup>2</sup>.

Na zona de relevo irregular do bairro encontra-se também o Parque Radical de Deodoro. Esse atualmente possui uma lógica de funcionamento independente do Exército, tendo em vista que a sua administração foi cedida à prefeitura da cidade, como parte dos acordos que integraram as obras visando os Jogos Olímpicos de 2016..

Figura 6: Carta Topográfica da Região



Legenda: Em amarelo (Av. Duque de Caxias); Em vermelho (Av. Brasil); Em verde (Maciço do Gericinó).

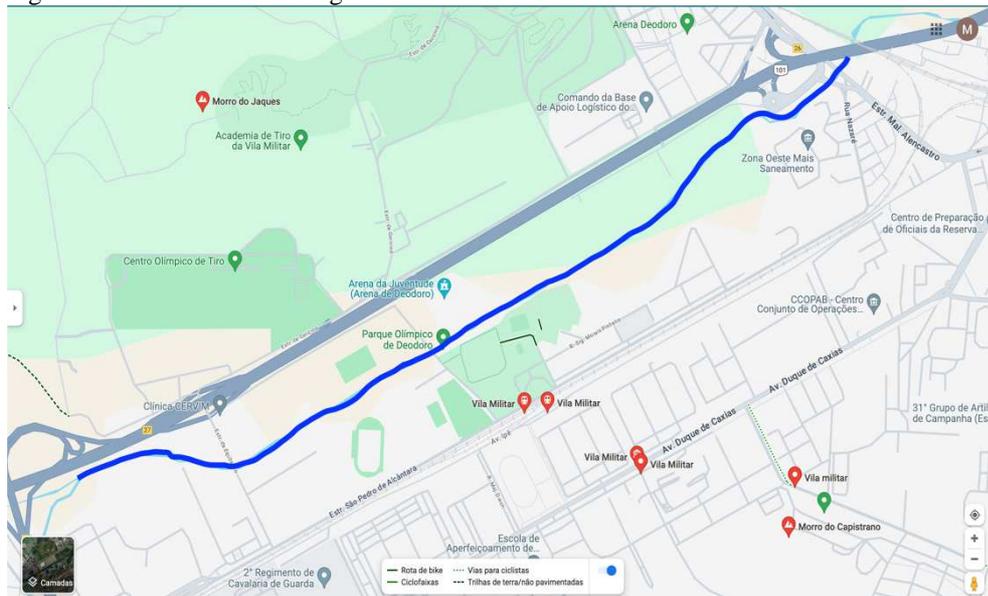
Fonte: <https://bdgex.eb.mil.br/bdgexapp/>. Editado pelo autor. Acesso em: 01/005/2024.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/24/jovem-morre-apos-artefato-explodir-em-area-militar-da-zona-oeste-do-rio.ghtml>. Acesso em 27 de outubro de 2024.

A vegetação local resiste nas áreas não urbanizadas. Destaca-se novamente a vertente norte, no Maciço do Gericinó, limítrofe ao Parque Natural Municipal do Gericinó, administrado pela prefeitura vizinha de Nilópolis. Nele, são identificadas matas oriundas de reflorestamento, bem como vegetação gramíneo-lenhosa e floresta ombrófila densa, em estágios inicial e médio (Instituto Pereira Passos, 2018). O tipo de vegetação encontrado nesse ambiente propicia a realização de simulações de combate em ambientes de mata fechada, sem a necessidade de deslocar o efetivo para zonas afastadas da cidade.

O principal rio do bairro é o Marangá (Figura 7). Ele atravessa a vila no sentido oeste-leste, correndo paralelamente à Avenida Brasil. Ao unir-se ao Arroio dos Afonsos, passa a ser denominado de Rio Sapopemba, integrando a sub-bacia dos Rios Acari/Pavuna/Meriti, que tem como foz a Baía de Guanabara (Fundação Rio Águas, 2020). A canalização desse córrego foi realizada durante a construção da Vila Militar e ainda hoje é possível visualizá-lo ao atravessar algumas áreas abertas entre os batalhões.

Figura 7: Curso do Rio Marangá na Vila Militar



Fonte: Google, 2024.

O clima da cidade do Rio de Janeiro caracteriza-se por ser Tropical Úmido, com estação chuvosa bem definida durante o verão, e temperaturas mais amenas, bem como reduzida pluviosidade no inverno (CMA, 2015). A Vila Militar apresenta médias térmicas anuais variando entre 24,67 °C e 25,00 °C (Figura 8) e precipitação anual média de 1.000 mm a 1200 mm (Instituto Pereira Passos, 2018). O bairro localiza-se numa porção da zona oeste reconhecida por possuir as maiores sensações térmicas da

cidade. Reportagem do jornal O Dia de 06/01/2014 (Lobianco, 2014) versa sobre esse assunto:

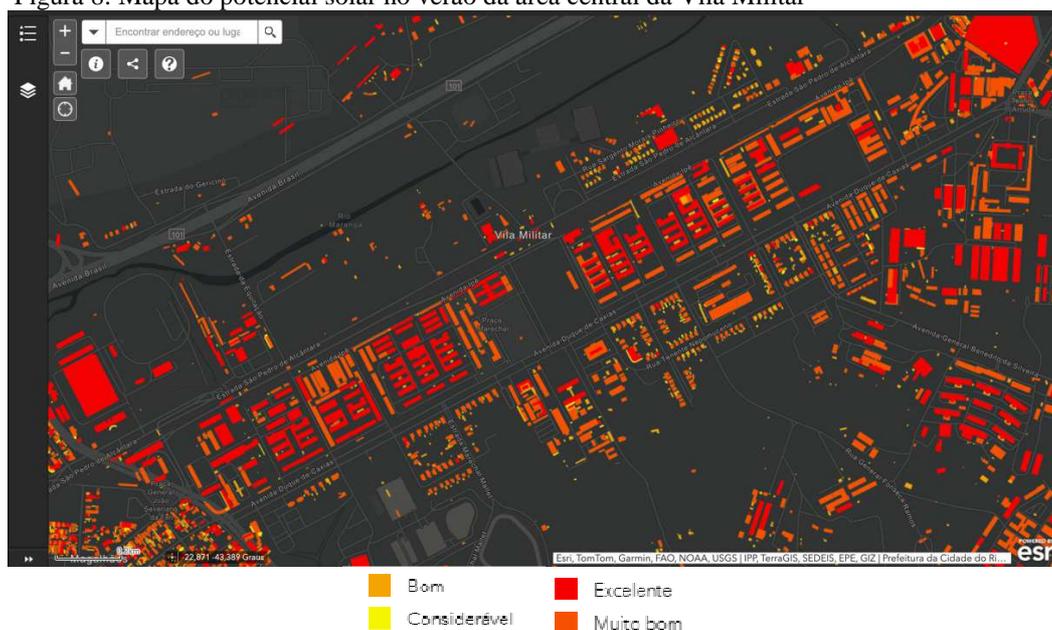
De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), o bairro é o mais quente do Rio. Das seis estações meteorológicas espalhadas pela cidade – Vila Militar, Realengo, Marambaia, Forte de Copacabana, Santa Cruz e Alto da Boa Vista –, a da Vila é a recordista de temperaturas máximas. Nem o bairro vizinho de Realengo consegue superar o calor. Ontem, enquanto a estação de Realengo marcava 30 graus, a da Vila Militar alcançava os 33.

O forte calor é facilmente perceptível nos deslocamentos pelo bairro em dias de sol. Nessa cena, as únicas exceções são as sombras das milhares de árvores, preconizadas para preencher as avenidas no projeto original do bairro, mas que diante da largura dessas, são incapazes de recobrir toda a área aberta e alterar a sensação térmica de forma totalizante. A mesma reportagem (Lobianco, 2014) cita também a importância da elevada altura dos prédios que compõem os batalhões. Datados do início do século XX, eles são aliados na “guerra” contra o calor, devido a maior circulação de ar em seu interior:

“Não tem vento mas tem sombra, o que já ajuda muito”, conta o tenente-coronel Corrêa. As construções do início do século passado também amenizam a temperatura. “Quem trabalha no interior dos prédios sente uma melhora no calor por conta do pé direito alto, característico das construções antigas”, reforçou o militar.

A explicação para esse fenômeno reside no fato dessa região da cidade estar situada numa planície comprimida entre dois maciços (Pedra Branca e Mendanha/Gericinó), aliada à sua distância do mar e das baías de Sepetiba e Guanabara. Ambos os fatores comprometem a entrada de brisas oceânicas e dificultam a circulação dos ventos na área, contribuindo para o aumento da sensação térmica. Isso se comprova pela ocorrência de uma grande incidência de raios solares no bairro, que apesar de variar conforme a nebulosidade, apresenta uma relativa homogeneidade ao longo do ano (CMA, 2015).

Figura 8: Mapa do potencial solar no verão da área central da Vila Militar



Fonte: Data Rio | Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2024.

## 1.2. Vila Militar: Construção e Transformações

### 1.2.1. Zona Oeste e as Instalações Militares

A Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro tem uma longa história em sediar instalações militares, que remonta a meados do século XIX, e intensifica-se com a construção da Vila Militar, na primeira década do século XX. Essa tradição contribuiu para conferir singularidades espaciais a determinadas áreas e no sentido de servir como um dos vetores da expansão urbana para as franjas até então despovoadas da cidade.

O acesso a essa região, a partir do centro da cidade, ocorria de duas formas: Pela Estrada Real de Santa Cruz, caminho demarcado pelos jesuítas ainda no século XVII, posteriormente usado como rota pela família real portuguesa, e que hoje compõe importantes vias do subúrbio carioca, como as avenidas Dom Hélder Câmara, Intendente Magalhães e Marechal Fontenelle (Figura 9); Pela Estrada de Ferro Dom Pedro II (atual Central do Brasil), construída em 1858, contando com diversas estações de parada na região e que atualmente integram o Ramal Santa Cruz dos trens da Supervia.

Figura 9: Traçado do antigo Caminho Imperial



O marco inicial do processo de ocupação regional por áreas militares foi o estabelecimento da Escola Geral de Tiro do Campo Grande em 1857. Viana (2010, p. 29) explica que foi selecionado um terreno às margens da Estrada Real, no atual bairro de Realengo, cedido pela Câmara Municipal ao Ministério da Guerra e outrora palco para a “realização de testes com foguetes fabricados no Laboratório Pirotécnico do Campinho, uma dependência do Arsenal de Guerra da Corte que, durante a segunda metade do século XIX, produzia explosivos e munições para uso das tropas do Exército”. Ele prossegue afirmando que Realengo naquele momento oferecia:

Os amplos espaços disponíveis, próprios para a realização de exercícios de tiro, e a então recente chegada da estrada de ferro D. Pedro II foram alguns dos fatores considerados para escolha do local. Ainda no ano de 1857 iniciaram-se obras para abertura de um campo de tiro e adaptações para que um edifício servisse como um quartel para a recém criada Escola Geral de Tiro do Campo Grande.

Dadas as condições precárias do subúrbio naquele momento, o projeto representou uma série de transformações para a região. Segundo Viana (2010, p. 32):

Assim, a criação da Escola de Tiro e o consequente deslocamento de tropas para o Realengo exigiram uma série de investimentos, não apenas para a execução de obras de interesse direto da instrução militar, como a construção de quartéis, paióis, fortificações e linhas de tiro, mas também para a implantação de uma infraestrutura urbana que atendesse a população deslocada para a localidade. A realização dessas obras, que incluíram

medições de terrenos, abertura e calçamento de ruas, canalização de água potável, drenagem de águas pluviais e iluminação, foi incrementada a partir do final da década de 1860.

A ampla disponibilidade de terras e o fato de grande parte delas ser de propriedade pública, facilitaram a expansão do projeto da Escola, que contou, dentre outros, com a ampliação da linha de tiro, de forma a adaptar-se aos novos e mais potentes armamentos que surgiam, além da abertura de praças para a prática de exercícios militares, e de infraestrutura que atendesse a população do bairro, como a criação de uma escola pública, destinada à instrução primária de meninos. A única interrupção ocorreu durante o período da Guerra do Paraguai, que paralisou as atividades na Escola do final de 1864 até 1872, quando foi reinaugurada após período para restauração, tendo em vista o estado inadequado após grande período de abandono (VIANA, 2010).

A abertura da Escola simboliza uma descentralização no aparato militar da capital do país, que quer por motivos históricos ou estratégicos, localizavam-se na região central da cidade.

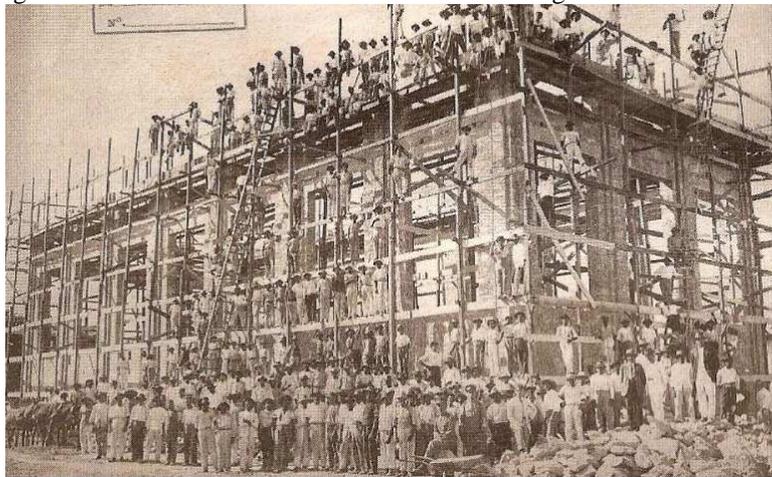
Os aquartelamentos, até a segunda metade do século XIX, encontravam-se distribuídos entre a região do Centro e as fortificações construídas na entrada da baía da Guanabara, no atual bairro da Urca. Como exceção, aparece o antigo forte de Nossa Senhora da Conceição do Campinho, localizado no desfiladeiro do Irajá, nos limites das Freguesias de Nossa Senhora da Apresentação do Irajá e de Nossa Senhora do Loreto de Jacarepaguá. Nesse local, no início da década de 1850, foi instalado o Laboratório Pirotécnico do Campinho que, embora não se constituísse em um quartel, encontrava-se sob administração do Ministério da Guerra. (VIANA, 2010, p. 32-33)

Em 1878 foi inaugurada a estação de Realengo, aumentando a facilidade de acesso ao bairro. A infraestrutura já disponível e o amplo espaço para manobras somou-se ao fato do ambiente urbano mais próximo ao centro já não permitir mais o desenvolvimento de certas atividades. Os adensamentos urbanos dificultavam a operacionalização das Forças Armadas no coração da cidade e “os acidentes ocorridos demonstraram que os exercícios de tiro, manobras, batalhas simuladas, marchas e acampamentos, embora atendessem à necessidade da execução de instruções práticas no Exército, teriam de ser realizados em pontos afastados da cidade” (Viana, 2010, p. 42).

Outro exemplo de instalação militar na região foi a Fábrica de Cartuchos e Artilharia do Exército. Inaugurada em 1898, localizava-se à frente da estação de trem de Realengo e ao lado da Escola de Tiro. Ela utilizou parte das instalações de um Arsenal

de Guerra nunca efetivado no mesmo local, e tinha por objetivo fabricar munições e artefatos pirotécnicos, como a pólvora. Ainda segundo Viana (2010, p. 98), o empreendimento gerido pelo Exército chegou a empregar mais de uma centena de operários, dentre eles mulheres e crianças, com rendimentos menores do que os homens, segundo o argumento de que suas funções não exigia, o emprego da força muscular, nem de exagerada concentração. A fábrica teve as suas instalações expandidas nos anos seguintes (Figura 10), ampliando a produção para diferentes artefatos, incluindo armas e metralhadoras, e incorporou as atividades do Laboratório Pirotécnico do Campinho.

Figura 10: Obras na Fábrica de Cartuchos de Realengo na década de 1910



Fonte: Acervo do Centro de Memória do Realengo. Coletado em Maio de 2024.

Realengo também foi sede da Escola Prática do Exército da Capital; da Escola Preparatória e de Tática do Realengo; e da Escola de Sargentos, todos empreendimentos da última década do século XIX e exemplos da tentativa de afastar a infraestrutura do Exército brasileiro dos grandes adensamentos urbanos centrais do Rio de Janeiro. Eles consolidaram o bairro como um polo militar do então Distrito Federal e ajudaram a formar um corredor de instituições militares na zona oeste da cidade, com as posteriores construções, no século XX, da Vila Militar e do Campo dos Afonsos. Para além do impacto local na cidade, essas iniciativas igualmente faziam parte de um esforço do Exército brasileiro em remodelar suas estruturas e reconfigurar sua organização interna como instituição. Esses fatos serão analisados na próxima seção.

### 1.2.2. As Forças Armadas e o Contexto de Modernização

Os conflitos armados que envolveram a participação do Exército brasileiro no final do século XIX escancararam o despreparo e a ineficiência do aparato bélico do país, provocando um sentido de urgência no comando militar nacional, sobre a necessidade de modernizar a infraestrutura e a organização das Forças Armadas.

A Guerra do Paraguai em 1864, a Revolta da Armada em 1891, e a Guerra de Canudos em 1896-7 revelaram o estado de precariedade do Exército brasileiro, que além de não possuir uma infraestrutura condizente com a época, apresentava similarmente, problemas logísticos de transportes e comunicações, tropas desmobilizadas e sem instrução. Todos esses fatores serviram para a tomada de consciência sobre a necessidade de reorganizar a estrutura do efetivo e de buscar a profissionalização da corporação de uma maneira geral. Bonates (2016, p. 99) explica que:

A conscientização sobre esses problemas gerou uma série de ações de modernização nas décadas vindouras como: (i) a construção da Vila Militar em 1908; (ii) os esforços para a reforma de estabelecimentos de ensino militar; (iii) a realização de um programa de construção de quartéis nos anos vinte; (iv) a crescente troca cultural com militares alemães e franceses, entre outras ações.

No seio dos esforços pela profissionalização do Exército, pode-se citar a implementação do serviço militar obrigatório em 1908. Este, teve fins essencialmente nacionalistas e positivistas, pregando a visão de progresso na sociedade brasileira e rompendo com as amarras responsáveis pelos pretensos atrasos do país nos mais variados assuntos. A remodelada e amplificada instrução praticada nos estabelecimentos de ensino militar vai propagar essa ideologia e servir como difusor desse pensamento no meio civil.

Entusiastas do anseio modernizante, como o poeta Olavo Bilac, viam no serviço militar obrigatório uma forma de educar a população brasileira, nivelando as classes sociais, ao ensinar disciplina, patriotismo e ordem. As Forças Armadas fortalecidas e atualizadas seriam fundamentais para o desenvolvimento do país, já que a militarização da sociedade serviria para a união e purificação da nação. Sobre isso, McCann (2007, p. 219) esclarece:

Bilac apontava o serviço militar obrigatório como “uma promessa de salvação” para o Brasil. Refletindo a ideia dominante na classe média de que o Brasil não era uma nação coesa e unificada, para ele as classes privilegiadas da elite queriam apenas seu próprio prazer e prosperidade, as classes inferiores eram mantidas “na mais bruta ignorância”, mostrando “só inércia apatia, superstição [e] absoluta privação de consciência”, enquanto os imigrantes estrangeiros viviam isolados pela língua e costumes. A “militarização de todos os civis” daria à sociedade as virtudes da classe média, dotando-a da coesão necessária para preservar-se. O serviço militar obrigatório elevaria os da classe baixa e nivelaria os da alta.

Outra ação que buscou melhorar a condição do Exército brasileiro foi o estabelecimento de intercâmbios com instituições militares de outros países, mais notadamente de Alemanha e França. Ganharam notoriedade as expedições de oficiais, apelidados de Jovens Turcos, para servirem arregimentados no Exército alemão entre 1906 e 1912, e o estabelecimento de uma cooperação internacional com a Missão Militar Francesa (MMF) de 1919 a 1940. Ambas tinham como foco a promoção da qualificação dos combatentes, a melhoria na capacidade de gestão, treinamento e tática, e tiveram como pano de fundo os eventos anteriores e posteriores à Primeira Guerra Mundial.

Em termos estruturais era necessário ampliar as instalações militares que fossem capazes de dar suporte a todas essas mudanças que estavam ocorrendo. Nesse contexto, abre-se a discussão sobre a expansão de quartéis e casas que servissem como base para o funcionamento do quadro de combatentes. As condições encontradas nos quartéis naquele momento eram precárias, não sendo suficientes para abrigar todo o efetivo e por possuir problemas de ordem física, a exemplo das péssimas condições sanitárias.

No que se refere às moradias, o cenário não era muito diferente. “A maioria dos oficiais residia modestamente, muitos em hotéis baratos” (MCCANN, 2007, p. 312-313), e por isso as moradias recém construídas viraram objeto de status, dado o ainda reduzido número de casas existentes e as boas condições por elas apresentadas, comparado ao período anterior.

O governo passa a implementar projetos de construção de moradias e quartéis em série nos diversos estados do país, usando-os simultaneamente com dois objetivos: enquanto elemento que, ao conferir maior prestígio e qualidade de trabalho às tropas, pudesse impulsionar a adesão da sociedade à carreira militar; Como motor capaz de moldar uma nascente identidade nacional que conversaria com a imagem de um Exército moderno e organizado, cuja presença seria sentida por todas as unidades da

federação. Bonates (2016, p108) contextualiza esse duplo efeito dessa ação governamental:

Ademais, tratava-se de uma instituição marcada por um sistema hierárquico e, por consequência, por simbolismos que representavam não apenas o funcionamento da instituição, mas também se estendiam à representação do país. Nesse sentido, para a construção deste ativo imobiliário militar era mister o estabelecimento de um padrão que fosse claramente identificável para representar a ideia de integração e unidade nacional, por meio de um projeto facilmente reproduzível, mas também flexível a ponto de se adaptar aos diversos contextos locais. Portanto, era imperiosa a elaboração de um projeto para as unidades administrativas que representasse a instituição.

Percebe-se que o processo de ocupação da zona oeste carioca por instalações militares não estava isolado no tempo ou no espaço. Além de ligar-se diretamente ao movimento de reorganização das Forças Armadas, encontrava correspondentes, sobretudo a partir do século XX, em outras partes do país. Seria, similarmente, detentor de profundo simbolismo, tendo em vista o anseio do governo brasileiro em usar o Exército como elemento inspirador para a formação da identidade nacional. Até por isso, a cidade do Rio de Janeiro, enquanto centro político do país, foi escolhida para sediar o projeto mais ambicioso e que seria o espelho para programas similares no futuro: a Vila Militar.

### 1.2.3. Vila Militar: Projeto e Surgimento

O Rio de Janeiro concentra grande parte do contingente militar do país desde que lhe foi atribuída a condição de capital federal no século XVIII. Essa realidade se amplifica a partir do advento da República. Em 1888, o estado ocupava a segunda posição no que tange ao número de combatentes do Exército, com 15,65% das tropas nele alocados, ficando atrás apenas do Rio Grande do Sul. Esse número salta exponencialmente nas décadas seguintes, chegando à liderança do país em 1920, com 26,18% do efetivo nacional total (Fernandes, 2006).

Tamanha disparidade na distribuição do quadro revela a estratégia do governo em priorizar áreas sensíveis do território, tal qual as fronteiras potencialmente conflituosas, representadas pela maciça presença de tropas no Rio Grande do Sul, e em alguns centros urbanos litorâneos tradicionalmente inquietos, como o Rio de Janeiro

(Fernandes, 2006). Este possuía um total de 11.236 militares em 1920, número seis vezes superior a 1888, quando encontravam-se apenas 1.839 combatentes.

Como visto nas seções anteriores, até a metade do século XIX, boa parte desse número encontrava-se condensado na região central da cidade e na faixa litorânea, quando os primeiros projetos começam a ser realizados na ainda incipiente zona oeste. A entrada do século XX inicia uma fase de diversas mudanças na cidade, que contribuirão para alterar o seu arranjo interno. Nesse processo, as instituições militares foram um importante agente imobiliário, por participarem ativamente da composição do espaço urbano, influenciando os rumos de uma parte considerável das terras cariocas.

A concepção da Vila Militar foi a principal responsável pelos fenômenos aqui descritos. Ao mesmo tempo que ampliará em número substancial a capacidade de quartelamento de tropas na cidade, a escolha periférica para a sua localização, tornará esse nascente ponto suburbano, mais um polo de atração migratória, não somente de militares, mas também de civis, muitos participantes das obras, para as áreas do entorno, tendo em vista a melhora da infraestrutura local. Dada a magnitude do projeto, é necessário reconhecer a capacidade do Exército brasileiro em delinear historicamente o processo de urbanização do Rio de Janeiro.

O fato de apenas uma cidade abrigar mais de um quarto das organizações militares de um país, indica que este é o seu espaço mais militarizado; confere ao Rio de Janeiro uma situação urbana bastante singular, seja do ponto de vista do território nacional, seja do ponto de vista de seu ordenamento interno. (FERNANDES, 2006).

A ideia para a construção da Vila Militar seguiu a lógica de reorganização das Forças Armadas brasileiras, visto na seção anterior. Seus princípios começaram a ser traçados após a proclamação da República, mas só começaram a ser implantados, de fato, no início do século XX. O projeto previa a construção de uma *vila militar tipo* que fosse capaz de reunir diversas instituições num só lugar, e servisse como modelo para outros empreendimentos semelhantes no futuro.

O termo *vila militar* surgiu nos relatórios do Ministério da Guerra a parti de 1901, com a ideia da reunião de quartelamentos de unidades de armas distintas em uma única área. A vila militar consistiria na concentração de forças em um único conjunto tático, reunindo quartelamentos, residências, depósitos, campos de instrução e outras instalações militares, racionalizando o controle administrativo e econômico das tropas. (VIANA, 2010, p. 104-105)

O então Ministro da Guerra, João Nepomuceno de Medeiros Mallet, constantemente reforçava em seus relatórios a necessidade de impor melhorias nas instalações de quartéis e hospitais. Ele igualmente criticava a formação dos soldados brasileiros, que em sua opinião, tinham pobreza de instrução teórica e carência em questões disciplinares, bem como em exercícios práticos. A participação do Brasil na Guerra do Paraguai e as dificuldades logísticas encontradas nesse conflito, eram usadas como referencial para as urgentes demandas que se apresentavam.

O protótipo do projeto da Vila Militar surge ainda em 1901, quando foi nomeada uma comissão composta por membros da Diretoria Geral de Engenharia. Entretanto, ele não sai do papel de imediato, dado os problemas orçamentários ocorridos durante o governo Campos Salles (1898-1902). Esta iniciativa continha como objetivos a construção dos seguintes estabelecimentos:

Edifício para o quartel-general; Escola distrital; Casa de residência do comandante do distrito; Casa para os delegados, chefes de seção e oficiais superiores dos regimentos; Grupo de duas casas para oficiais subalternos; Depósito de artigos bélicos; Armazéns de viaturas e baias para um regimento de infantaria e para os de cavalaria e artilharia; Quartel para uma companhia, um esquadrão ou uma bateria; Edifício destinado à administração de cada regimento; Casa para inferior casado; Grupo de duas casa para praças casados; Paio de munições de guerra; Hospital militar; Enfermaria de isolamento. (Viana, 2010, p. 105)

Percebe-se que, apesar de ser embrionário, o plano já abarcava uma grande diversidade de instalações e por isso necessitaria de uma infraestrutura adequada de funcionamento, com espaço suficiente para a sua correta organização. Nesse sentido, mantém-se a linha de raciocínio já em prática desde a construção dos estabelecimentos no Realengo, na busca por áreas distantes dos adensamentos urbanos, apropriadas para a armazenagem de armamentos, realização de manobras de combate, exercícios de tiro, dentro outros.

Durante a Revolta da Vacina em 1904 ocorreu mais um evento que catalisa as transformações inevitáveis no cerne das Forças Armadas. A tentativa de um golpe militar para tentar derrubar o presidente Rodrigues Alves, com a participação de tropas rebeldes da Escola Militar do Brasil, que rumaram da Praia Vermelha na Urca em direção ao palácio do governo no Catete, fez urgir as mudanças no que se refere a instrução e treinamento dos militares (Magalhães, 1998).

Em 1906, durante o governo de Afonso Pena, assumiu o Ministério da Guerra Marechal Hermes da Fonseca. Provido de grande experiência, por ter ocupado diversos cargos ao longo de sua carreira, conhecia profundamente as deficiências das guarnições brasileiras, tanto do ponto de vista estrutural, quanto na questão da instrução. Participou, inclusive, como um dos generais que reprimiram as revoltas populares e de parte do oficialato do Exército no Rio de Janeiro em 1904.

Quando ainda general, Hermes da Fonseca era habituado a organizar manobras anuais, amplamente cobertas pela imprensa, de forma a popularizar as Forças Armadas no cenário nacional. Em 1905, ao ocupar o comando da Escola Militar do Realengo, realizou uma marcha até o Campo dos Cajueiros, no atual bairro de Santa Cruz, objetivando executar simulações de combate ao longo de dezoito dias. Apesar do entusiasmo dos espectadores, o relatório final do comandante deixou claro a lista de problemas que o Exército enfrentava, e o longo caminho a se percorrer no intuito de atualizá-lo conforme as práticas de batalha da época. Sobre esse exercício, McCann (2007, p. 139) resume que as tropas:

Atingindo seu destino, tiveram de haver-se com barracas exíguas, escassez de víveres devido a problemas de transporte, armas velhas e ineficazes, mochilas pesadas demais cujas alças impediam a circulação nos braços, cintos que não paravam fechados, cartucheiras de couro que rebentavam nas costuras com o peso das balas. A cavalaria queixou-se da qualidade das selas e arreios e da falta de carroções para transportar forragens. Claramente, o Exército brasileiro não estava preparado para uma campanha. Embora as manobras de 1905 despertassem o entusiasmo nos civis, demonstravam ao Alto-Comando do Exército que a reforma teria de ser completa.

O novo ministro herdou as ideias reformistas de Mallet, pregando a necessidade de reestruturações em todos os setores, tendo em vista a carência de pessoal, material bélico e comando. A demanda por novos quartéis seria urgente, ao passo que neles serviriam todas as classes sociais do país, do rude camponês ao culto intelectual. Os arsenais e fábricas de munições, da mesma forma, deveriam ser atualizados. Ademais, foi ferrenho crítico da forma como o exército era distribuído no território nacional. Na sua visão, o demasiado espraiamento das guarnições, sem critério, pelos mais variados estados, provocava uma desmobilização dos combatentes, fazendo inexistir qualquer laço de solidariedade entre os pares. Ao se criar uma realidade em que cada batalhão funcionava à sua própria maneira, além dos problemas técnicos, haveria também a dificuldade de se fazer presente um ideal de nação unificada.

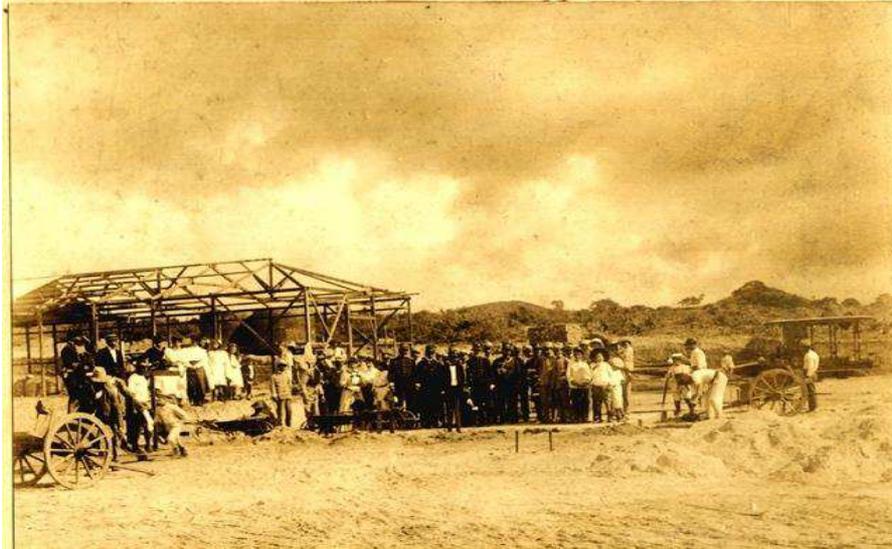
Na tentativa de solucionar esses problemas, o ministro preconizou que cada estado deveria ter sua área de treinamento, e que estas deveriam seguir as regras do reformado Estado Maior do Exército. A Vila Militar do Rio de Janeiro, finalmente sairia do papel, e serviria como modelo para as demais unidades federativas.

Provavelmente a mais durável das criações de Hermes tenha sido a Vila Militar, situada em Deodoro, a aproximadamente quinze quilômetros do Rio de Janeiro. Revivendo a recomendação de Mallet sobre a concentração de unidades esparsas do Exército, Hermes propôs a construção de postos especialmente projetados para substituir a coleção aleatória de quartéis então em uso. Especificamente, sua intenção era alojar cada brigada estratégica em sua própria base. O Rio seria o primeiro a receber sua vila militar, que serviria de modelo para as outras a serem construídas por todo o país. Cada regimento teria seu próprio quartel, escritórios, enfermarias e oficinas, além de casas individuais para oficiais e sargentos. Infelizmente, a falta de verba governamental impossibilitou que o programa fosse implementado além do Rio de Janeiro até a Primeira Guerra Mundial. (MCCANN, 2007, p. 144-145)

A determinação para o início da construção da Vila Militar ocorreu por meio da ordem do dia do Estado Maior do Exército, de número 52 aos 25 dias do mês de setembro de 1907 (Magalhães, 1998). Diante da necessidade por uma área que disponibilizasse de amplo espaço, que preferencialmente fossem terras da União, Hermes da Fonseca, já conhecedor da região por ter comandado a Escola do Realengo, regulamentou a efetivação do projeto nas fazendas Sapopemba e Gericinó, localizadas na atual zona oeste da cidade.

A fazenda de Sapopemba possuía um engenho de mesmo nome, considerado o maior da freguesia de Irajá em extensão, até o final do século XVIII. O local foi explorado por Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, e posteriormente repassado ao Conde Sebastião do Pinho, que endividado em meio à decadência da produção canavieira, o vendeu em um leilão ao Banco do Brasil, juntamente com a Fazenda do Gericinó. As terras foram revertidas em seguida ao Ministério da Guerra, que após a autorização para o início das obras, lançaram a pedra fundamental da Vila Militar, em 18 de novembro de 1907 (Figura 11).

Figura 11: Lançamento da pedra fundamental da Vila Militar em 1908



Fonte: Arquivo Histórico do Exército. Coletado em Maio de 2024.

Os acessos à região, a partir do centro, se davam pela antiga Estrada Real de Santa Cruz ou pela Estrada de Ferro Central do Brasil, que já possuía estação local (Figura 12). Uma das primeiras da ferrovia, com o nome de Sapopemba, em referência ao engenho, foi inaugurada em 1859, apenas um ano após o início das operações da ferrovia. Esta seria renomeada para Deodoro, no ano de início dos trabalhos de implantação da Vila Militar, homenageando o proclamador da República e tio do então Ministro da Guerra, Marechal Deodoro da Fonseca. A interligação com as áreas militares do Realengo podia ocorrer tanto pela linha férrea, que rumava em direção a Santa Cruz, ou pela estrada São Pedro de Alcântara, que corria paralelamente aos trilhos.

Figura 12: Estação de Deodoro em 1936



Fonte: EFCB, 2024.

As fazendas já dispunham de algumas estruturas que foram reaproveitadas durante as obras. Seus terrenos encontravam-se, na maior parte, divididos em lotes, muitos alugados a civis e usados como moradias para os operários na empreitada. Contavam também com olaria, que produzia tijolos; oficina de ferreiro, capaz de auxiliar na manutenção ferroviária; fundição; serraria (Figura 13); além de usina elétrica para iluminar casas, quartéis, ruas e a estação de trem. Essa interligava o engenho a partir de um ramal particular de 1,5 quilômetros (BRASIL, 1908, p. 68-69).

Figura 13: Serraria do Engenho Sapopemba em 1908



Fonte: Arquivo Histórico do Exército. Coletado em Maio de 2024.

Foi nomeada uma Comissão Construtora, composta somente por militares das diversas armas do Exército – engenharia, artilharia e infantaria. Essa foi chefiada pelo Tenente-Coronel Ignácio de Alencastro Guimarães, o qual anos mais tarde dará nome à Avenida que liga a Vila Militar e Deodoro ao município de Nilópolis, passando pelos bairros de Ricardo de Albuquerque e Anchieta. Outro proeminente nome da Comissão foi o Tenente-engenheiro Palmyro Serra Pulcherio, que se notabilizou posteriormente por projetar o bairro vizinho de Marechal Hermes. Destacou-se durante o empreendimento, o trabalho do Segundo-Tenente Antônio Leite Magalhães Bastos, responsável por dirigir todos os trabalhos técnicos no curso do projeto. Ele é lembrado por ter pleiteado junto aos seus superiores, um espaço anexo à Vila para a construção de moradias que servissem de abrigo aos trabalhadores da obra. Em sua homenagem, o bairro originado a partir desse aglomerado levou o seu nome.

Durante a construção da Vila Militar, por exemplo, o Exército cedeu uma área próxima, mais acidentada e lamacenta, para que os construtores civis da Vila Militar pudessem fazer suas moradias. Segundo relatos, a maioria dos construtores vinha de outros estados, em especial do Norte e do Nordeste, e também de outros países, como Portugal e Espanha. Chamada de Vila São José do Operário, essa localidade foi renomeada, décadas depois, de Magalhães Bastos em homenagem ao benevolente chefe da construção da Vila Militar que autorizou a fundação da Vila. Ao receber novo nome, a Vila já era um bairro crescido, absorvendo a moradia de praças, militares da reserva e suas famílias nas imediações dos seus locais de trabalho. (DAVIES, 2017, p. 35)

Ainda em 1907 a Comissão Construtora ficou responsável pelo desenho das plantas e pelos cálculos de terraplanagem (Figura 14). Iniciaram-se os nivelamentos dos principais terrenos e a fundação das bases dos primeiros edifícios. Foram, ainda, executadas obras de adaptação para o quartel do 10º Batalhão de Infantaria e construção de um galpão para o acantonamento do contingente do 1º Batalhão de Engenharia, além da construção de 1.209 metros de linha férrea para o transporte de materiais (Figura 15) e ligações das diversas seções por meio de linha telefônica.

Figura 14: Terraplanagem da área da futura Av. Duque de Caxias em 1909



Fonte: Arquivo Histórico do Exército. Coletado em Maio de 2024.

Figura 15: Construção de edifício administrativo às margens da linha férrea em 1909



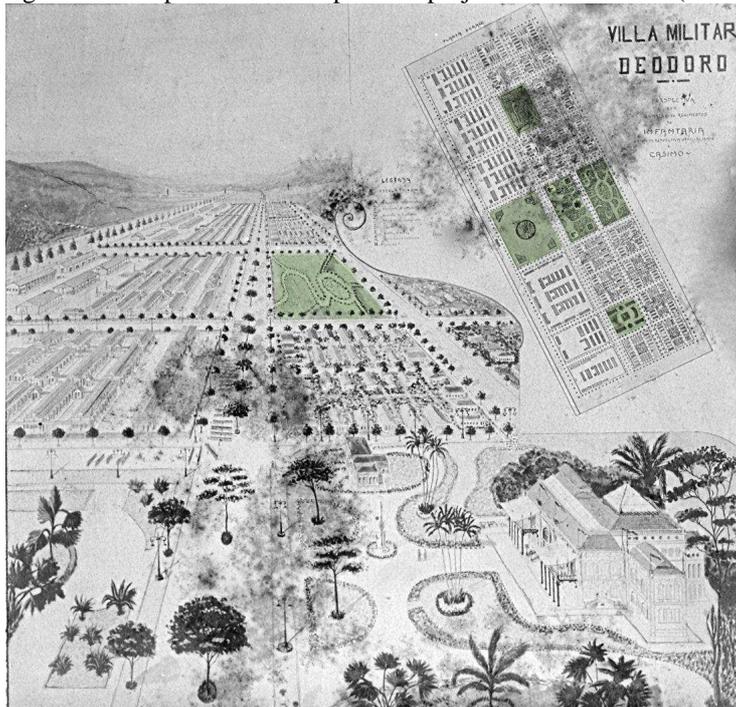
Fonte: Arquivo Histórico do Exército. Coletado em Maio de 2024.

Até o ano de 1908, destinaram-se ao 1º Batalhão de Engenharia, 48 casas e ao 10º Batalhão de Infantaria, duas casas pequenas, e um edifício, onde anteriormente se achava um almoxarifado, e um depósito de produtos, transformado em aquartelamento. Também foram realizados reparos em alguns prédios, dos quais um utilizou-se como farmácia e o outro como escritório.

A base do projeto consistia em agrupar em áreas próximas o máximo de edifícios, nas suas mais variadas funções. Parte da antiga fazenda Sapopemba foi cortada por um eixo viário principal – atual Avenida Duque de Caxias (Figura 16) – que ligaria a estação de trem à fazenda das Mangueiras – atual bairro de Magalhães Bastos. A larga e retilínea avenida contava com um canteiro central arborizado e tinha a função de dividir os usos das construções que compunham os quarteirões às suas margens. Sobre isso, Bonates (2016, p. 113) explica:

A avenida principal também proporcionava uma segregação de suas funções entre as suas margens: de um lado foram implantadas as áreas residenciais, áreas verdes ou praças públicas, um edifício administrativo e um “cassino”, ao passo que do outro lado da via destinaram-se as áreas para o funcionamento da estrutura militar com os edifícios para armazenamento, treinamento, entre outros – estes são deduzidos em função da configuração das edificações (tipo pavilhão) e da observação das condições atuais.

Figura 16: Perspectiva de uma parte do projeto da Vila Militar (1908)



Fonte: Arquivo Histórico do Exército. Coletado em Maio de 2024.

Ressalta-se também a existência de preocupações paisagísticas que visavam tornar o ambiente aprazível. Para atingir tal meta foram feitas ornamentações no sentido de serem estabelecidas benfeitorias como a canalização da água potável, esgotamento sanitário, iluminação própria, além dos serviços de ajardinamento e arborização.

Paralelamente à avenida central, estava o traçado da linha férrea, que teve uma estação própria inaugurada em 1910. Essa possuía posição centralizada no projeto, estando localizada próximo ao edifício administrativo e a ao prédio da 1ª Brigada Estratégica – atual 1ª Divisão do Exército, proporcionou maior facilidade a deslocamentos pelo interior da Vila, tendo em vista a distância da estação de Deodoro para determinados quarteirões. Em 1920, sua arquitetura passa a se destacar naquele cenário. Durante as obras de ampliação da estação, foi construída a réplica de um castelo fortificado, ao estilo inglês em plena plataforma, dada a presença de certos elementos arquitetônicos, como as torres de observação e o terraço balastrado (Bonates, 20016, p. 114) (Figura 17). Em 1996, a estação foi tombada pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade.

Figura 17: Estação Ferroviária da Vila Militar, inaugurada em 1910 e reformada em 1920



Fonte: Arquivo Histórico do Exército. Coletado em Maio de 2024.

Assim como a Avenida Duque de Caxias, o eixo ferroviário igualmente cumpria uma função de segregação dos usos: de um lado estavam os edifícios funcionais e as residências dos oficiais, que constituíam o centro do projeto; do outro seria implantada a vila dos sargentos e o Campo de Instrução do Gericinó. A fazenda de mesmo nome possuía uma área de 35.000 quilômetros quadrados e foi unida às fazendas Engenho Novo da Piedade, Tatajuba, Cabral e Dendê, para o levantamento do campo de treinos.

Inicialmente, essas fazendas possuíam um uso quase exclusivamente rural, ficando os soldados ali destacados responsáveis, por exemplo, pela criação de cavalos, ou na produção de milho e alfafa para utilização nas pastagens. Havia também a preocupação em preservar parte da mata e as nascentes dos cursos d'água que abasteciam a Vila. Na década seguinte, efetivou-se o uso do espaço para os exercícios táticos e ensaios com armas reais. Viana (2010, p. 108-109) completa, afirmando que a Fazenda Gericinó:

Em 1917 foi escolhida para ser adaptada como campo de instrução, e com esse fim foram iniciados o levantamento topográfico e a construção de instalações para a instrução militar. Foram construídos seis abrigos para exercícios de tiro de infantaria e quatro para artilharia, situados de modo que a direção dos projéteis disparados tivesse no maciço do Gericinó, ao fundo, um para-balas natural. Em uma elevação de 38 metros, fora da trajetória dos tiros, foi construída uma torre de observação com quatro pavimentos, à qual todos os abrigos foram ligados por uma linha telefônica. O curso dos rios Bangu e Pavuna, que corriam entre as pequenas elevações da região, foi retificado com a construção de um canal nos limites da fazenda, com extensão de 1.978 metros de comprimento e 9 metros de largura.

Muitos dos elementos da Vila Militar simbolizam seu grau de inovações para o período em que foi planejado. O zoneamento das construções, conforme a sua função, guardava semelhanças com os projetos das cidades industriais praticados na Europa do início do século XX. A “concepção de agrupar uso residencial e de trabalho em um mesmo assentamento, revelou que os militares à frente da comissão construtora estavam atentos às discussões sobre urbanismo e arquitetura da sua época” (Bonates, 2016, p. 117). Tal qual as cidades industriais, a Vila Militar representaria uma forma de controle social sobre a mão de obra. As necessidades das instituições militares e das fábricas se assemelham tanto na questão disciplinar, quanto na organização do espaço, visando o pleno funcionamento de suas atividades.

Pode-se traçar, do mesmo modo, um paralelo entre os princípios buscados na Vila Militar e aqueles implementados no plano de Pereira Passos para a região central do Rio de Janeiro. Ambos foram pautados em desenhos urbanísticos que preconizavam: as largas avenidas; a formação de rígidos quarteirões reproduzidos a partir de ruas paralelas e perpendiculares; o embelezamento dos espaços públicos; e a busca pela manutenção dos padrões sanitários (Figura 18). Essas comparações fortalecem a relevância do empreendimento militar, tendo em vista que, diferentemente daquele preconizado pelo prefeito da cidade, que visava a reformulação de uma área central e já consolidada, a Vila Militar seria implementada partindo de uma base rural, parcamente estruturada e distante do centro.

Figura 18: Fotografia aérea da Vila Militar em 1940



Legenda: Verde - Avenida Duque de Caxias; Vermelho - Linha férrea

Fonte: Arquivo Histórico – Museu Aeroespacial. Coletado em Maio de 2024. Editado pelo autor.

Além disso, conforme visto na seção anterior, a Vila Militar serviria como um retrato dos novos tempos que o Exército brasileiro tanto ansiava em atravessar, exalando modernidade e estimulando o ingresso na carreira militar. As suntuosidades de seus edifícios representam não só a instituição, mas todo o país. Nesse intuito, por exemplo, foram construídas residências para oficiais em lotes de dimensões generosas, dotados de cômodos amplos e jardins externos. As quadras possuíam ruas arborizadas, áreas de lazer e fácil acesso às vias centrais. Isso representaria aos combatentes, não só a possibilidade de residir próximo ao trabalho, reduzindo o tempo perdido com deslocamentos, como de se instalar em casas confortáveis e higiênicas. Sobre isso, Bonates (2016, p. 115) faz a ressalva:

É evidente que essa proposição só foi possível por se tratar de uma ação sem fins lucrativos para alojar um grupo profissional, em contraste com os interesses que guiaram a produção rentista do mesmo período – isto é, o maior aproveitamento dos terrenos com a finalidade de obter maior rentabilidade.

A preocupação com a higiene constituía um dos preceitos fundamentais do projeto. Alinhado às propostas contemporâneas da época, o zelo pelas questões sanitárias podia ser percebido na composição dos edifícios e das vias públicas, todos providos por consideráveis padrões de iluminação e ventilação. Existia também um regulamento que sancionava as normas para uso e conservação dos batalhões e residências militares. Esses “versavam sobre os seguintes conteúdos: *(i)* direitos à ocupação e desocupação do imóvel; *(ii)* conservação dos imóveis; *(iii)* cuidados com a higiene; e *(iv)* regras comportamentais (Bonates, 2016, p. 112). Além das vacinações obrigatórias para todos os moradores das casas, eram realizadas visitas médicas periódicas de forma a supervisionar e orientar os hábitos domésticos.

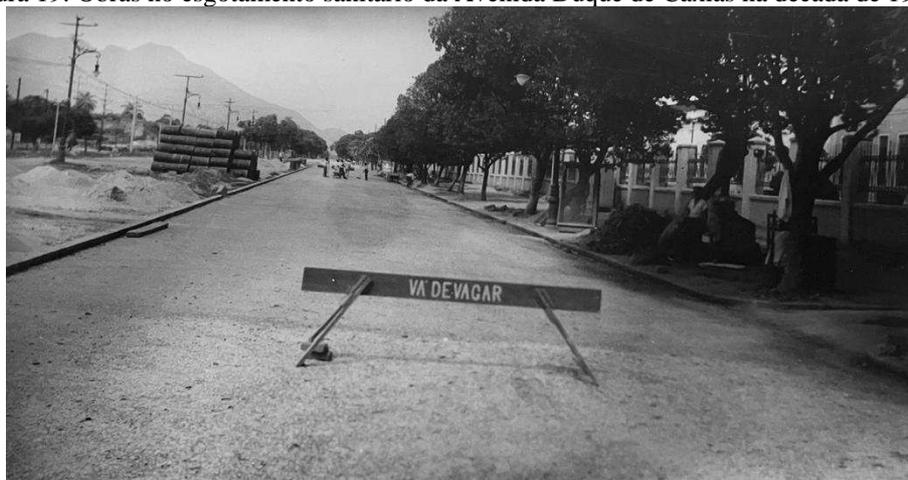
Todos esses elementos levaram a Vila Militar a ser considerada, já na segunda década do século XX, como o mais moderno complexo de residências e quartéis do Exército. Muitas das suas ideias foram usadas posteriormente como modelos para a construção de outros empreendimentos militares em diferentes partes do Brasil. O projeto original, todavia, não foi totalmente concluído por falta de verbas. Foram necessárias algumas décadas para que mudanças relevantes tenham sido feitas em seu conjunto arquitetônico.

Somente durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) a Vila Militar será beneficiada novamente pelo recebimento de novos investimentos significativos. Essas, tiveram como pano de fundo duas questões fundamentais: O crescimento populacional vertiginoso do Rio de Janeiro, forçando o governo a melhorar a infraestrutura das zonas periféricas da cidade, que rapidamente converteram-se de rurais para urbanas; A eclosão da 2ª Guerra Mundial, que criou a demanda pela atualização das condições materiais e logísticas das Forças Armadas do país.

A região de Deodoro será impactada pela abertura da Avenida Brasil, que ao interligar o centro da cidade à Santa Cruz, em seu extremo oeste, demarcou claramente o Campo de Instruções do Gericinó do restante do complexo. Essa via, de pistas amplas em ambos os sentidos, representou mais uma possibilidade de rápida mobilização das tropas alocadas na Vila Militar, em caso de necessidade. No mesmo período foi realizada a eletrificação da linha férrea da Central do Brasil.

Em relação às verbas destinadas exclusivamente para a Vila Militar, fez-se a construção de mais dezenas de residências para oficiais e sargentos, as redes de abastecimento de água e esgoto foram aperfeiçoadas, bem como ampliou-se a pavimentação e iluminação de ruas (Figura 19). Foram construídos edifícios para sediar a Policlínica Militar e o quartel-general para a Infantaria Divisionária, além da realização de melhoramentos e expansão de quartéis de outras divisões, como no 1º e 2º Regimentos de Infantaria Motorizada (Viana, 2010, p. 109-110).

Figura 19: Obras no esgotamento sanitário da Avenida Duque de Caxias na década de 1940



Fonte: Arquivo Histórico do Exército. Coletado em Maio de 2024.

Na segunda metade do século XX, observou-se a consolidação da mancha urbana carioca em direção à Zona Oeste e conseqüentemente nos arredores da Vila

Militar. O processo de urbanização local foi rápido, desordenado e contou com poucas ações efetivas de melhoramentos por parte do poder público. Nesse espaço surgiram sucessões de novos loteamentos, interligados por ruas, em grande parte estreitas, e sem calçamento. Segundo Santos (2011, p. 115) predominava uma sensação de abandono, e a região constituía-se como “um lugar quase esquecido, pelo qual poucos, fora seus habitantes, se interessam”.

Desde os governos de Getúlio Vargas, foram realizados nas Zonas Norte e Oeste, investimentos em conjuntos habitacionais voltados à população de baixa renda. Exemplos próximos à Vila Militar ocorreram em Deodoro, Realengo e Padre Miguel. As últimas chácaras, que podiam conferir algum aspecto rural à região, foram convertidas em áreas urbanas. Muitos dos lotes de terra foram fracionados em pequenas propriedades privadas, ou mesmo ocupados irregularmente por favelas.

A perda da condição de capital federal por parte do Rio de Janeiro, aliada à necessidade de afastamento da “vida civil” dos bairros adjacentes, mais uma vez provocaria mudanças na organização e distribuição das instituições militares. Percebe-se um movimento paulatino de transferência de tropas, escolas e fábricas para cidades do interior do país, muitas delas em regiões de fronteira. Realengo foi o bairro mais afetado por essa tendência. Ainda em 1944 a Escola Militar do bairro é deslocada para Resende, no interior do estado. Em 1977 a Fábrica de Cartuchos local foi desativada. Ao discorrer sobre a especificamente sobre o caso de Realengo, Viana (2010, p. 131) afirma:

Há três décadas já não são registradas expansões das áreas militares no Realengo. Aparentemente, esse crescimento foi encerrado devido à transformação do espaço advinda do incremento da ocupação urbana, que tornou a presença das áreas militares incompatível com as necessidades e interesses da sociedade em seu entorno. A região, que certamente atendia às condições para implantação dos primeiros quartéis, até certo momento os comportou sem maiores transtornos, apesar da necessidade de ajustamentos na configuração do tecido urbano. Mas, posteriormente, esse ajustamento foi reconhecido como fator de limitação ao desenvolvimento do bairro, principalmente quanto ao travamento da expansão imobiliária e do comércio em direção às melhores áreas.

Já na área da Vila Militar a movimentação foi menos intensa. A presença efetiva do Exército evitou maiores transmutações no local. Fato que se reflete na existência de grandes vazios demográficos locais, até hoje. Exceção feita a alguns terrenos militares, que foram repassados para outras instâncias governamentais, como por exemplo, o contíguo à estação de Deodoro, que em 1971 se transformou em área de tratamento de

esgoto da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) (Viana, 2002); ou a parte do Campo de Instruções do Gericinó, que foi doado para a Prefeitura do município de Nilópolis em 2009 (Albuquerque, 2017), tornando-se uma área de proteção ambiental.

O funcionamento de alguns batalhões foi reconfigurado para se ajustar às novas demandas e tecnologias que surgiram. Como parte do Plano de Reestruturação do Exército<sup>3</sup>, alguns regimentos foram reorganizados, a exemplo da Escola de Material Bélico, que se transformou em Escola de Sargentos de Logística (EsSLog) em 2010, e passou a reunir todos os centros de qualificação de sargentos da região, após crescer de tamanho e ocupar os prédios da Escola de Comunicações, que se transferiu para Brasília. Foram realizadas obras de ampliação e reformas, mas em geral, a estrutura da Vila permaneceu a mesma.

Paralelamente a consolidação da Vila Militar, outros empreendimentos foram projetados pelo governo federal na região. A apreciação deles será o foco da próxima seção, por contribuir para o maior entendimento da urbanização local e sobre a participação das Forças Armadas nesse processo.

#### 1.2.4. Vila Militar: Vizinhanças

Se na ocasião da construção da Vila Militar, as terras da fazenda de Sapopemba e Gericinó eram povoadas de forma esparsa, o desenvolvimento desse projeto atuou como um polo atrativo para a expansão urbana em direção à zona oeste, tal como já realizado pelas instituições presentes em Realengo, desde meados do século XIX.

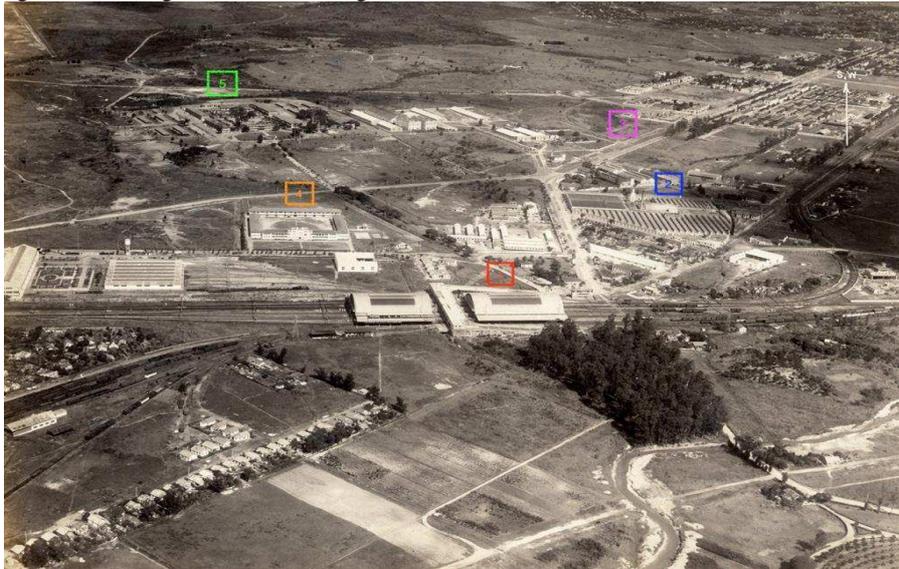
Antes mesmo do surgimento da Vila Militar, foi inaugurada em 1906, ao lado da estação ferroviária de Deodoro, a Companhia de Tecidos de Linho Sapopemba (Figura 20). Responsável por fabricar colchas, tecidos e outras manufaturas, essa empresa contribuiu para a ocupação local, à medida em que a maior parte de seus 1200 funcionários residiam com suas famílias na vila anexa à indústria.

---

<sup>3</sup> Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/ensino-e-pesquisa/copy\\_of\\_instituicoes-de-ensino-militar/instituicoes-de-ensino-e-pesquisa-vinculadas-a-exercito-brasileiro/escola-de-sargentos-de-logistica](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/ensino-e-pesquisa/copy_of_instituicoes-de-ensino-militar/instituicoes-de-ensino-e-pesquisa-vinculadas-a-exercito-brasileiro/escola-de-sargentos-de-logistica)

Acesso em: 27 de outubro de 2024.

Figura 20: Fotografia aérea da Região de Deodoro na década de 1930



Legenda: Vermelho - Estação de Deodoro; Azul - Fábrica de Tecidos Sapopemba; Roxo - Av. Duque de Caxias; Amarelo - Escola de Sargentos; Verde - Grupamento de Artilharia  
 Fonte: Arquivo Histórico – Museu Aeroespacial. Coletado em Maio de 2024. Editado pelo autor.

Outro programa coetâneo e contíguo à Vila Militar foi a Vila Operária. Concebida a partir das ideias de Hermes da Fonseca, enquanto presidente do Brasil, foi apontada como um marco pioneiro para as moradias populares efetivadas pelo poder público no país. Delineado a partir de 1910 e denominado com o nome e a patente do então chefe de governo, o bairro de Marechal Hermes, foi erguido na porção leste da fazenda Sapopemba, tendo como referência a supracitada linha férrea (Figura 21).

Figura 21: Fotografia aérea demonstrando a distância entre a Vila Militar e a Vila Operária na década de 1940



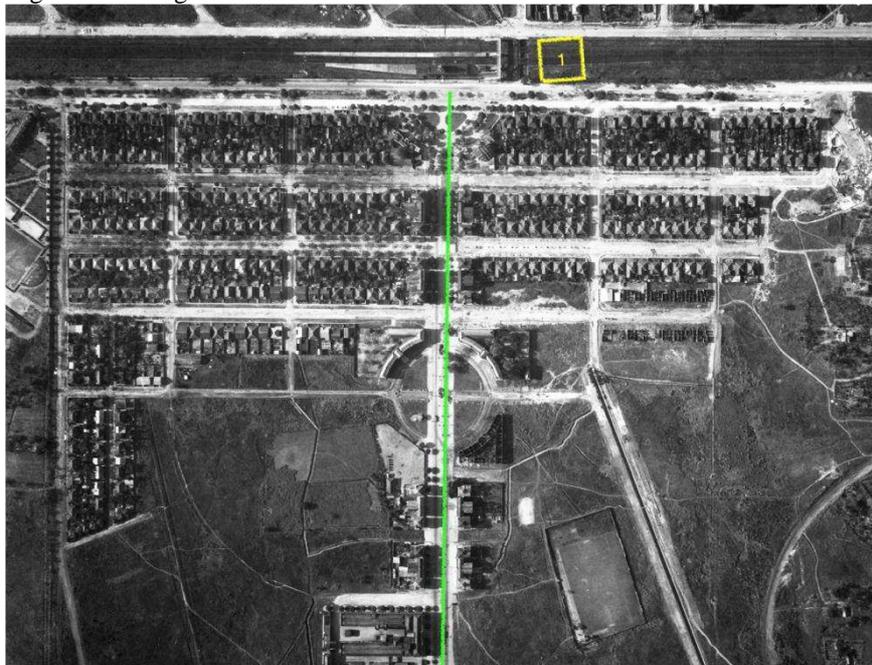
Legenda: Verde - Estação de Deodoro; Amarelo - Estação de Marechal Hermes.  
 Fonte: Arquivo Histórico – Museu Aeroespacial. Coletado em Maio de 2024. Editado pelo autor.

O engenheiro militar Palmyro Serra Pulcherio, participante da Comissão Construtora da Vila Militar, foi designado como o autor do plano da Vila Operária. Os dois planos guardam diversas semelhanças, no sentido de preconceberem funções para seus edifícios, assim como organizarem ruas e praças de forma simétrica e valorizarem a decoração das vias. No bairro operário, entretanto, edificaram-se residências menos glamourosas, tendo em vista a classe social a qual essas seriam destinadas.

O desenho arquitetônico baseava-se na construção de uma via principal, perpendicularmente à estação de trem do bairro. Essa, contaria com praças circulares ou semicirculares, equipadas com escolas primárias e profissionalizantes; repartições públicas; teatro; biblioteca; hospital, dentre outros. A partir do eixo principal, se estruturaram, para ambos os lados, quadras retangulares com residências de diversas tipologias (Figura 22).

Analisando a composição do projeto da Vila fica clara a preocupação de seus idealizadores em promover para os moradores, não só um local de habitação, mas também a possibilidade do desenvolvimento da vida profissional e social no mesmo lugar. Apesar da vila ficar próxima ao antigo bairro de Sapopemba, atual Deodoro, um espaço que já apresentava ocupação no início da década de 1910, a vida cotidiana ainda se resumia ao centro da cidade, tendo o trem como seu principal meio de transporte (Baptista, 2020, p. 27).

Figura 22: Fotografia aérea de Marechal Hermes na década de 1930



Legenda: Verde - Eixo viário central; Amarelo - Estação ferroviária.

Fonte: Arquivo Histórico – Museu Aeroespacial. Coletado em Maio de 2024. Editado pelo autor.

Fundada oficialmente em 1913, a Vila Operária foi alvo de críticas por parte da imprensa. Segundo Baptista (2020), as obras não foram finalizadas no ato da inauguração, e os custos do projeto foram considerados muito elevados para o poder público. O ambiente inóspito, a distância para o centro e sua ocupação mais por militares ligados ao governo, do que por operários de fato, também foram objeto de desaprovação pelos opositores do presidente.

Uma das grandes críticas à Vila foi sua ocupação. A Vila Proletária deveria ser destinada aos trabalhadores que não tivessem acesso a habitação salubre. Para morar na Vila, era necessário cumprir normas, que reforçam a intenção de promover um controle do operário e o modo como vivem. Porém, o que se observou foi a ocupação da Vila por militares ligados ao presidente na época e pessoas que possuíam melhores condições financeiras, mas que tiveram acesso às moradias. Poucas unidades eram ocupadas por verdadeiros trabalhadores. Com a interrupção das obras, alguns operários, que participaram da construção da Vila, ficaram sem pagamento e sem local para morar e então escolheram áreas próximas à Vila para construir suas próprias casas. Esta ocupação ficou conhecida como “Portugal pequeno”, devido a muitos deles serem portugueses ou descendentes (Baptista, 2020, p. 28-29).

Um último complexo contíguo à Vila Militar merece ser destacado: trata-se do Campo dos Afonsos. Selecionado em 1919 para ser sede da Escola de Aviação do Exército, essa área, anexa à fazenda Sapopemba, foi comprada pelo governo do distrito federal, em 1906, para servir como Regimento de Cavalaria da Polícia Militar. Posteriormente, foi cedida, em parte, para o Ministério da Guerra para a construção de um aeroclube que se transformou em centro de instrução aérea.

O curso de aviação foi organizado sob orientação da missão militar francesa, e a aprovação do regulamento da Escola Militar de Aviação veio em março de 1920. A escola concedeu os primeiros diplomas de piloto aviador militar no mesmo ano, para 13 oficiais que constituíram sua primeira turma. Em seguida, iniciou-se um novo curso, com a matrícula de 22 alunos. Sob o impulso dos recursos obtidos, o desenvolvimento da escola foi consideravelmente rápido: na parada de 7 de setembro, por ocasião da visita que o rei da Bélgica fez ao Brasil, foi apresentada a demonstração de voo de uma esquadrilha composta por 14 aviões (VIANA, 2010, p. 113-114).

O espaço era atravessado pela Estrada Real de Santa Cruz, facilitando sua ligação às instituições militares localizadas em Realengo e Deodoro. Ao passar dos anos, foram destinados inúmeros investimentos por parte do Ministério da Guerra visando a aquisição de aeronaves; a construção de instalações, como hangares, oficinas e prédios administrativos; bem como a contratação de pessoal especializado. Criou-se

também um ramal auxiliar da Estrada de Ferro Central do Brasil, que ligava a estação Bento Ribeiro à Escola de Aviação.

Inicialmente vinculado à Escola Militar de Realengo, o curso de aviação passou a ter independência a partir de 1930, dada a necessidade de que os alunos dedicassem mais tempo à formação específica aos requisitos aeronáuticos. Em 1941, é criado o Ministério da Aeronáutica que desvincula definitivamente a administração entre o Exército e a Força Aérea Brasileira.

Para a nossa região de estudo, isso significou a divisão dos terrenos da Vila Militar e da Vila da Aeronáutica, tendo como limite entre as duas o Arroio dos Afonsos. Essa última, atualmente, também é enquadrada como bairro pela prefeitura da cidade. Denominado de Campo dos Afonsos (Figura 23), é um bairro essencialmente militar, que além das instalações já descritas, abriga vilas para a moradia de sargentos e oficiais, a Universidade da Força Aérea e o Museu Aeroespacial (Musal).

Figura 23: Fotografia aérea da pista do campo dos Afonsos



Legenda: Amarelo - Terras da Vila Militar.  
Fonte: O globo, 2024.

Esses e outros bairros da região sentirão impacto, ao longo das últimas décadas do século XX e nas primeiras do século XXI, de modificações urbanas em maior ou menor grau. As principais delas se relacionam com transformações ocorridas pela preparação da cidade para receber eventos esportivos a partir de 2007. Esse será o objeto de estudo da próxima seção.

### 1.2.5. Vila Militar: Transformações Esportivas

No início do século XXI a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida para sediar uma série de eventos esportivos internacionais em sequência, sendo a zona oeste e especialmente a Vila Militar selecionada como um dos epicentros desses jogos

À despeito de ser denominada como “Região Olímpica de Deodoro” durante a organização para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, a nomenclatura escondia uma regionalização imprecisa, devido ao fato da maioria das instalações estarem localizadas na Vila Militar. Silva (2016, p. 45) afirma que “Apenas a Vila dos Árbitros se encontra dentro do bairro de Deodoro propriamente dito, apesar de se encontrar dentro de um terreno pertencente ao Exército Brasileiro”. Já Davies (2017, p. 41-42) considera tal regionalização “sustentada por representações elaboradas na relação entre as agências de poder e seus públicos-alvo, em um dado período de tempo” por negar os aspectos locais e priorizar o interesse externo em sua operacionalização.

O início dessa trajetória esportiva do bairro se inicia mais de uma década antes, na preparação para os Jogos Panamericanos de 2007, o primeiro dos “megaeventos” realizados na cidade. Nessa empreitada, Deodoro, como foi denominada a região pelo Comitê Organizador, recebeu mais de R\$ 140 milhões em investimentos financiados diretamente pelo governo federal e executados pela prefeitura da cidade. Davies (2017, p. 41) comenta que para esse evento:

foi construído o Complexo Esportivo de Deodoro, agregando as disputas de hipismo, hóquei sobre grama, pentatlo moderno, tiro esportivo e tiro com arco. Na ocasião, um centro para cada uma dessas modalidades foi construído nas terras da Vila Militar, e os comandos do Exército passaram a gerenciar as instalações esportivas por meio de um acordo com o Ministério do Esporte.

Davies (2017, p. 41) destaca também que “os esportes da região se destacam pela familiaridade com a rotina das práticas militares, integrando-se às armas do Exército (cavalaria, infantaria, por exemplo)”. Esse fato ajuda a explicar a centralidade da região na realização dos Jogos Mundiais Militares em 2011, evento que contribuiu para a reforma dos equipamentos esportivos locais e para a construção de novas unidades habitacionais destinadas aos militares, como será visto no capítulo 2.

Os jogos de 2016 marcam o ápice desse processo, à medida que as reformas urbanas realizadas em toda a cidade só poderiam ser comparadas às de Pereira Passos

no início do século anterior. Sob a gestão do prefeito Eduardo Paes e com o intuito de integrar as chamadas regiões olímpicas, muitos bairros tiveram o traçado urbano modificado com a criação de novos corredores de transporte ou das recém-construídas instalações esportivas.

Além da experiência como palco dos Jogos de 2007 e 2011, os bairros de Deodoro e da Vila Militar são escolhidos como “Região Olímpica” segundo diversos argumentos. Por ser a região menos conhecida – dentre as quatro, sendo as outras três: Copacabana, Maracanã e Barra da Tijuca – por visitantes e mesmo muitos moradores da cidade, Deodoro deveria ser justificada como capaz de receber uma parcela significativa de modalidades de um evento dessa magnitude.

A presença de espaços disponíveis para consideráveis intervenções urbanas, mais uma vez aparece como importante elemento balizador das ações governamentais, tal qual ocorreu durante a construção da Vila Militar cerca de um século antes. Nesse sentido, é importante perceber como a manutenção do controle fundiário por parte do Ministério da Defesa foi fundamental para a existência de amplos terrenos ociosos, que funcionaram como enclaves para expansão dos bairros limítrofes, até o início do século XXI.

Outro importante ponto foi a vizinhança do Maciço do Gericinó, em grande parte recoberto por matas, sejam elas preservadas ou reflorestadas. Suas paisagens foram usadas em campanhas, tendo em vista a tentativa do Comitê Organizador em promover os jogos a partir de uma estética que exaltava a natureza. O mesmo acidente geográfico que outrora havia sido valorizado como anteparo natural para os exercícios com armamentos, quando da construção da Vila Militar, para a realização dos grandes eventos adquire status de refúgio ambiental.

Foi comum antes e durante os jogos, a veiculação de campanhas publicitárias, nas mais variadas mídias, que mostravam a prática de esportes no Rio de Janeiro, em meio à cenários de praias, montanhas ou lagoas. Davies (2017, p. 60) evidencia o “locus natural” elaborado pela cidade para alavancar uma suposta tradição da prática esportiva num ambiente de abundantes recursos naturais. Já Name (2012, p. 286) observa a reduzida representatividade de Deodoro nos três volumes do dossiê de candidatura do Rio de Janeiro para os Jogos de 2016, ressaltando “o ‘verde’- digital – junto às instalações esportivas e desconsidera-se o tecido urbano que as rodeia”.

Uma terceira justificativa residia no fato da região de Deodoro pertencer a um dos espaços mais carentes da cidade, sendo os Jogos Olímpicos uma oportunidade única

de incentivo ao desenvolvimento da infraestrutura local. As competições seriam encaradas como uma espécie de programa social que deixariam um legado para os seus habitantes. Além das instalações esportivas propriamente ditas, o Comitê Organizador prometia estabelecer parcerias com confederações esportivas que criassem projetos educativos voltados ao público jovem residente nas comunidades da área. O dossiê de candidatura da cidade para os Jogos de 2016 (COB, 2009, v.1, p. 38), reforça a ideia de Deodoro ser uma região necessitada de serviços sociais:

A região Deodoro tem a maior concentração de jovens da área metropolitana do Rio de Janeiro. Até recentemente, este bairro não tinha infraestrutura ou serviços suficientes para atender as necessidades da população. A criação de instalações para os Jogos Pan-americanos Rio 2007 incentivou os jovens das áreas carentes do bairro a participar de atividades esportivas. A construção de novos equipamentos esportivos, sobretudo o Complexo do Parque Radical, reforçará as perspectivas de desenvolvimento social e esportivo dos jovens.

As ações governamentais englobariam também medidas para revitalizar os aspectos urbanísticos e de saneamento da região. Por meio do programa “Bairro Maravilha”, criado pela prefeitura, foram feitas obras de recapeamento do asfalto, reparação de calçadas, arborização de ruas, reforma de praças, assim como a criação de uma nova rede de coleta e tratamento de esgoto. Além de Deodoro e da Vila Militar, os bairros de Magalhães Bastos e Ricardo de Albuquerque igualmente receberam algumas dessas benfeitorias.

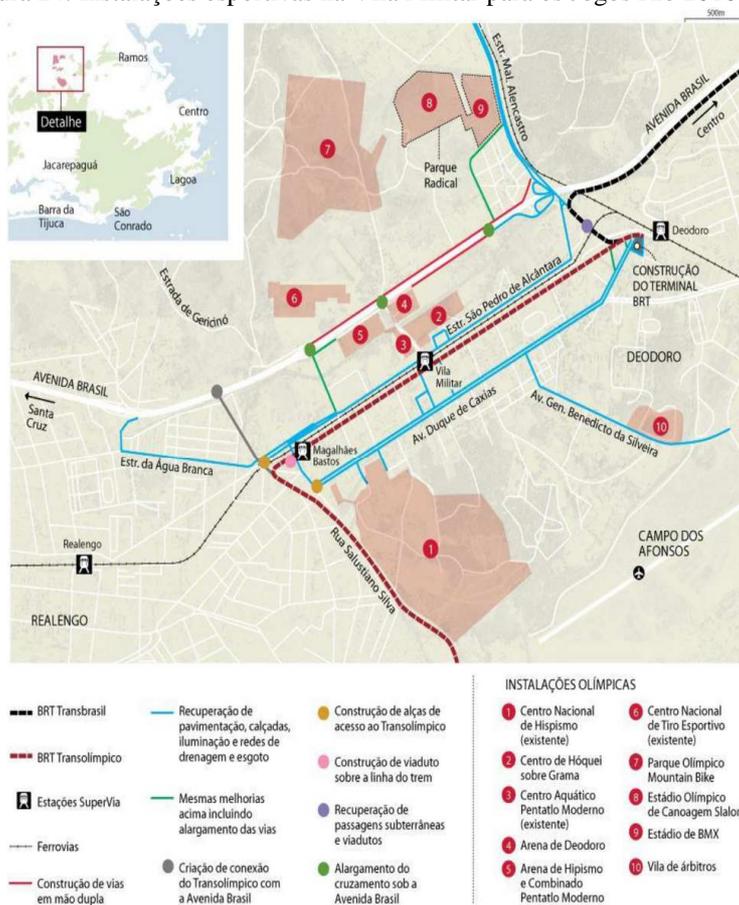
Na Vila Militar, especialmente, ainda ocorreu a construção de um empreendimento habitacional chamado de Vila dos Tratadores. Contando com 72 apartamentos divididos em três blocos, estes foram usados para a instalação dos tratadores de cavalos das competições de hipismo durante os jogos, e posteriormente incorporados como moradia para os oficiais do Exército que servem nas instituições do entorno.

Todavia, a maior herança deixada para a região, segundo as autoridades responsáveis pelos jogos, seriam os novos e reformados corredores de transporte que circulariam pela localidade. Pesava contra Deodoro, os mesmos fatores do período prévio à construção da Vila Militar, ou seja, a distância do centro e conseqüentemente das áreas turísticas da cidade. Na tentativa de amenizar essas distâncias, a prefeitura aproveitou a estrutura já existente da Avenida Brasil e da linha férrea da Central do Brasil para conectar esses modais a partir de um sistema de ônibus rápidos.

Deodoro, a partir de então, além de servir como ponto de transferência entre os ramais Japeri e Santa Cruz dos Trens da Supervia, funcionaria também como ponto de integração com o recém-criado serviço de BRT (Bus Rapid Transit). Dali, seguiram dois corredores: o Transolímpico, com passagem pela reformada estação da Vila Militar e que ruma em direção aos bairros da Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes; e o Transbrasil, com destino ao centro da cidade. Este último, contou com inúmeros contratempos, dada a necessidade de diversas adaptações na Avenida Brasil, sendo inaugurado somente em 2024, seis anos após a realização dos jogos e novamente sob a gestão do prefeito Eduardo Paes.

Em relação aos equipamentos esportivos, foram construídas dentro dos limites da Vila Militar, dez instalações no decorrer de todos os grandes eventos recebidos (Figura 24). Para os Jogos de 2016, a região de Deodoro recebeu 11 modalidades olímpicas (Hipismo, Ciclismo Mountain Bike, Ciclismo BMX, Pentatlo Moderno, Tiro Esportivo, Canoagem Slalom, Hóquei sobre grama, Rúgbi e Basquete), além de quatro paralímpicas (Futebol de 7, Tiro Esportivo, Hipismo e Esgrima em cadeira de rodas).

Figura 24: Instalações esportivas na Vila Militar para os Jogos Rio 2016



Fonte: Globo esporte, 2024.

Por se tratar de uma região com mais dois milhões de metros quadrados, que se estende por diversos pontos do bairro, ela foi dividida em setores Norte e Sul. O Norte se subdividiu em zonas A e B. Na zona A, foi construído o Parque Radical, na zona B, se estabeleceram a Arena da Juventude, o Centro Nacional de Tiro, o Centro Aquático, o Estádio de Rúgbi e o Centro Olímpico de Hóquei sobre grama. Já o setor Sul abrigou o Centro Olímpico de Hipismo.

Alguns desses equipamentos foram construídos somente para os eventos, sendo desmontados ou desativados após o seu fim, e, portanto, não se configuram como permanências nas paisagens do bairro. A grande maioria deles passaria para a administração do Exército, sendo de uso exclusivo segundo a conveniência para a instituição. A única exceção recai sobre o Parque Radical, arquitetado previamente como espaço de uso público e apontado como o maior legado para a população local, no que se refere ao quesito lazer. Sobre esse, o escritório de arquitetura<sup>4</sup> vencedor da licitação e responsável pela elaboração do plano urbanístico do Parque Olímpico de Deodoro, afirma:

A criação do Parque Radical reforça as perspectivas de desenvolvimento social e esportivo da juventude local. A previsão é que Deodoro atenda, em legado, a 1,5 milhão de moradores de 10 bairros e três municípios. Com 490 mil metros quadrados, sendo 60% de área verde, o Parque Radical reforça a importância da preservação da vegetação local, que será enriquecida com plantio de espécies nativas da Mata Atlântica, e contribui para a construção de um vínculo afetivo da população com a cidade por meio da interação com o meio ambiente. (VIGLIECCA&ASSOCIADOS, 2013)

Dessa forma, podemos perceber que a realização de grandes eventos esportivos foi responsável pela maior alteração nas estruturas da Vila Militar desde a sua fundação. Essas mudanças, sejam às construções de arenas esportivas e áreas de lazer públicas, seja à introdução de novos corredores de transporte, provocaram impactos na paisagem local e na forma como o bairro é percebido e consumido pelos que nele transitam. Esse tema será foco de investigação no capítulo seguinte.

Neste capítulo buscamos, portanto, entender os contextos históricos em que a Vila Militar esteve inserida desde a sua construção, de forma a subsidiar as discussões acerca dos significados de suas paisagens na atualidade, que serão realizadas no capítulo 2.

---

<sup>4</sup> Disponível em: [http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/deodoro-olympic-park-masterplan#tech\\_chart](http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/deodoro-olympic-park-masterplan#tech_chart). Acesso em: 07 de jul. de 2024.

## 2. UM PERCURSO PELAS PAISAGENS DA VILA MILITAR: FOTODOCUMENTAÇÃO E SIGNIFICADOS

O presente capítulo objetiva discutir os significados das paisagens militares encontradas na Vila Militar na atualidade. Tendo como pano de fundo as circunstâncias históricas do bairro, discutido no capítulo anterior, procuraremos, em nossa investigação, responder aos seguintes questionamentos: Que mensagens podem ser decodificadas nesses cenários? O que essas mensagens dizem sobre a organização e uso desses espaços? As marcas visuais possuem significados para além da materialidade? Que relações existem entre os conteúdos encontrados e a história/cultura do Exército? De que forma a instituição implementa o controle sobre esse espaço e sobre o que é visto? Existem narrativas silenciadas ou negadas?

Seguindo a metodologia de autores como Cosgrove (1989) e Duncan (1990), analisaremos esses cenários enquanto textos passíveis de decodificação e múltiplas interpretações. No estudo do nosso recorte espacial específico, ainda que este possua um forte componente territorial, dado o espírito da instituição que o administra, consideramos a relevância da paisagem devido a sua capacidade em registrar as transformações que a humanidade implementa sobre o ambiente que a envolve.

Na primeira seção, exploraremos brevemente a conceituação da paisagem segundo a tradição geográfica dos quais os autores citados fazem parte. Suas considerações enquanto enquadramentos visuais capazes de serem lidos e experienciados por diferentes observadores, permitem exames abrangentes e aprofundados que variam desde seus aspectos materiais e históricos, até as subjetividades presentes em seus detalhes, que nem sempre são acessíveis a todos.

Ainda na primeira seção será apresentada a classe de paisagens militares, segundo Woodward, muito estimada para essa pesquisa. Nosso objetivo é definir a categoria como forma de demonstrar a pluralidade de cenários por ela abarcados, além de discutir as suas nuances. Cremos que esse debate seja importante para os desdobramentos da pesquisa na sequência.

Na segunda seção, partiremos para o estudo prático da Vila Militar. Serão desenvolvidas as análises das paisagens militares encontradas nos trabalhos de campo realizados no local. Nosso intuito é narrar uma caminhada feita pelos espaços públicos do bairro. Ao expormos a fotodocumentação produzida durante essa jornada, faremos o

seu resultado de fio condutor das interpretações e questionamentos desdobrados a partir de então. Essa abordagem experimental e performativa encara tais paisagens militares em termos materiais e subjetivos, de modo que o afeto e a percepção sobre os temas sejam costurados com o arcabouço teórico obtido em todo o processo de pesquisa.

De modo a operacionalizar a narrativa, ela será dividida em quatro partes. Cada uma delas comporá um trecho do roteiro pré-definido, de forma a abranger diferentes cenas do bairro que pudessem incitar variadas discussões.

## 2.1. Análises das paisagens enquanto textos

A abordagem da paisagem como texto está relacionada às transformações ocorridas no âmbito da geografia cultural a partir da década de 1970. Motivada por influências humanistas e estruturalistas, a própria noção de cultura deixa de ser tratada como uma questão orgânica e não problemática, em que os seres humanos eram vistos como peças de uma engrenagem, através da qual os padrões culturais evoluíam e eram transmitidos para as próximas gerações.

Autores como Clifford Geertz e Raymond Williams enxergam a cultura tal qual um emaranhado de significados não consensuais, produzidos e reproduzidos pelos diferentes grupos sociais de forma consciente, a respeito das diversas esferas da vida. Ela necessitaria da participação constante dos seres humanos para se manter relevante, representando um contexto no qual a ação dos atores é, ao mesmo tempo, condição e condicionada por seus significados.

Denis Cosgrove (1989, p. 223), um dos principais geógrafos influenciado por essas leituras, propõe que a paisagem seja entendida como um “modo de ver”, “uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma cena, uma unidade visual”. Ao discorrer sobre as considerações de Cosgrove sobre o conceito, Correa (2011, p. 10-11) coloca:

A paisagem, contudo, não é apenas forma material resultante da ação humana transformando a natureza. É também forma simbólica impregnada de valores. Além, de sua gênese, estrutura e organização, focos correntes dos geógrafos, é necessário para sua compreensão que se aprendam seus significados, pois são estes que lhe dão sentido.

Cosgrove (1989, p. 22) pensa a geografia como uma ciência social, e nesse sentido, o método de análise da paisagem deveria ser fundamentalmente de interpretação, e não morfológico. Elas deveriam ser estudadas segundo as habilidades interpretativas semelhantes ao estudo de romances, filmes ou quadros. Para o autor, a geografia não deveria ser reduzida a tópicos impessoais, restritos às motivações humanas racionais, sob o risco do obscurecimento da real magia da disciplina, que além disso, deveria refletir sobre o mosaico variado de expressões das paisagens constituídas. Ao discorrer sobre cenários contemporâneos, como os shoppings centers, o autor (1989, p. 222) afirma:

Banidas da geografia estão as paixões inconvenientes, às vezes assustadoramente poderosas, motivadoras da ação humana, entre elas as morais, patrióticas, religiosas, sexuais e políticas. Todos sabemos quão fundamentalmente essas motivações influenciam nosso próprio comportamento diário, quanto elas informam nossas respostas a lugares e cenas, incluindo o shopping center.

A paisagem adquire aqui uma polivocalidade, ou seja, ela pode ser entendida como um texto cultural passível a múltiplas leituras, dependendo do contexto e dos códigos culturais envolvidos. Os diferentes grupos sociais atribuem a elas variadas interpretações, dado o seu caráter multidimensional. Cosgrove insere a paisagem no campo da formação social por considerá-la como produto particular de uma determinada sociedade num dado espaço e tempo. Considera também que esses grupos humanos normalmente são divididos em classes, castas, sexo, etnicidade ou idade. Claval (2012, n.p.) enfatiza que, nesta corrente, não é mais a realidade objetiva reconhecida na paisagem que deve reter a atenção dos pesquisadores, mas a maneira como essa realidade fala aos sentidos de quem a descobre. O foco passa a ser também naquilo que não é visto, nos significados dos inúmeros símbolos presentes numa paisagem. Tais símbolos aguardam a decodificação geográfica, tendo em vista que nem sempre seus conteúdos são dados de imediato. Sobre isso, Duncan (1990, p. 100) discorre a respeito da necessidade de se compreender a conjuntura da realidade investigada:

Para compreender a natureza relacional do mundo precisamos completá-lo com muito do que é invisível, para ler os subtextos que estão por baixo do texto visível. O significado desses textos e subtextos muda com o tempo e com a mudança de perspectiva do intérprete. Para conhecer o significado de um texto precisamos preconceber o todo do qual o texto é uma parte.

Creemos, então, que essa abordagem possui grande valia em nossa exploração. Constitui o interesse prioritário deste estudo captar as diferentes camadas de significados da Vila Militar, partindo de uma perspectiva crítica que procure interpretar e refletir sobre os signos nela presentes. Na sequência, apresentaremos as particularidades das paisagens militares, suas matizes e as inseriremos como uma categoria igualmente passível de ser interpretada como texto.

### 2.1.1. Paisagens Militares

Conforme definido na introdução do presente estudo, as paisagens militares referem-se àqueles cenários produzidos, lidos e mantidos segundo os interesses de instituições, que autorizadas pelo Estado, são detentoras do monopólio do uso da violência potencialmente letal, a fim da manutenção da segurança nacional. No Brasil, nos referimos aos espaços que, de alguma forma, remetem à presença das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica).

Ao definirmos uma paisagem como militar, automaticamente, reconhecemos que existem paisagens civis, em que as instituições aqui citadas não estão presentes ou não participam de forma efetiva/relevante em sua organização. A diferenciação entre esses dois tipos de paisagens, por outro lado, nem sempre é muito simples. Uma rua do centro de uma cidade, em que se realizará um cortejo fúnebre de soldados mortos em guerra, torna-se momentaneamente militar. Por outro lado, uma instalação esportiva militar que sediará um evento olímpico, pode ser vista temporariamente revestida de um caráter civil.

Esses casos mostram que as marcas das atividades militares podem ser buscadas mesmo em elementos mais sutis e menos óbvios em qualquer tipo de paisagem. Um único objeto pode ser o suficiente para transformar uma cena que de outra forma seria pacífica.

Historicamente, entretanto, os estudos sobre paisagens militares estiveram centrados em cenários de conflitos. Acerca dessa questão, Woodward (2014, p. 5) afirma:

O estudo dos campos de batalha constituiu um componente importante do interesse acadêmico e leigo pelas paisagens militares. Na geografia militar

tradicional, por exemplo, a exploração da interação entre fatores físicos, geográficos e humanos e as consequências disso para o resultado de batalhas e campanhas históricas específicas constitui um interesse de longa data.

Tchikine e Davis (2021, p. 1) declaram que “entre as diversas intervenções humanas na paisagem, a guerra deixou um dos registros mais duradouros e eloquentes literalmente inscritos na face da Terra”. Tais paisagens podem assumir diferentes formas e funções, a depender do contexto do conflito no qual estejam inseridas. Seu legado para o tempo presente também pode ser analisado, à medida que determinadas operações de guerra produziram impactos ambientais destrutivos, tal qual: a contaminação dos solos, do ar, da água, da flora e da fauna através do uso de explosivos, armas químicas, metais pesados em munições, dentre outras ações prejudiciais à natureza.

Enquanto cenários dotados de registros históricos, muitas dessas paisagens são carregadas de sentidos. Paisagens memoriais funcionam como locais de recordação e luto. Podem ser palco de homenagens periódicas, peregrinação cultural ou simples curiosidade individual e servem como elemento coesivo das identidades nacionais, tendo em vista que reconstituem para as novas gerações as narrativas de antigas batalhas, segundo os interesses oficiais. Tchikine e Davis (2021, p. 4) reiteram:

Testemunhas ou lembranças de vitórias e derrotas, conquistas e perdas, heroísmo e sofrimento, esses monumentos à coragem individual ou à determinação nacional desempenham um papel poderoso no imaginário coletivo manipulado pelos meios de comunicação e pelos discursos políticos. Como locais onde a memória histórica é traduzida em mito, os memoriais militares podem ser locais profundamente contestados.

Tais paisagens militares estão inevitavelmente ligadas a práticas de legitimação dos discursos de suas instituições. As interpretações acerca deles, entretanto, estão abertas, e refletem as mudanças de percepção e sensibilidade do público, ao longo do tempo, sobre o tema em questão. Muitas nações pós-coloniais, por exemplo, passaram a redimensionar determinados locais e figuras históricas que tinham relação com o poder imperialista e a opressão estrangeira, substituindo-as por elementos que dessem ênfase nas conquistas nacionais. Woodward (2014, p. 11) comenta que:

“A interação constante em torno desses locais de lembrança e esquecimento produz ‘um palimpsesto de paisagens sobrepostas e multivocais’, paisagens de processos em andamento com mudanças de significados para as gerações subsequentes de visitantes”.

Seu julgamento como espaço de memória permite a nossa pesquisa examiná-la duplamente: na qualidade de texto a ser lido em que podemos buscar os imperativos políticos e as práticas pessoais daqueles envolvidos em sua construção, manutenção e dos que ali visitam; como promotora de emoções individuais e coletivas, ao dialogar com eventos passados que se remetem a sentimentos de luto, orgulho, patriotismo, ou mesmo de resistência.

Outra perspectiva de nosso interesse, enfoca as paisagens militares para longe do contexto e dos reflexos de conflitos armados, mas nos cenários da vida cotidiana, em que pessoas civis e militares transitam e convivem em suas atividades rotineiras. Encaixam-se aqui, por exemplo, locais como bases, quartéis, áreas de treino, estaleiros ou aeródromos, que muitas vezes ocupam grandes espaços de terra em importantes cidades. A Vila Militar se insere facilmente nesse caso, por possuir várias dessas funções e constituir-se como o maior aquartelamento militar da América Latina.

O interesse por esse tipo de paisagem deriva-se da busca pelas razões da existência delas. É necessário questionar os motivos de sua construção, o que levou a escolha de sua localização, o contexto e os atores envolvidos no processo, a organização interna do complexo, suas funções específicas, as mudanças sofridas ao longo do tempo, além de outras perguntas que possam ser pertinentes ao caso específico.

Elas também merecem particular atenção dada às reações que provocam naqueles que ali transitam ou trabalham. Para Woodward (2014, p. 6) “as paisagens como locais que são vistos, habitados e vivenciados, exercem efeitos na subjetividade e nas emoções individuais”. Diferentes experiências podem derivar de seu uso/observação. Por se tratarem de espaços de significados complexos e frequentemente com a presença de armas letais, esses cenários podem ser vistos simultaneamente como áreas de segurança ou de medo.

Por englobarem uma vasta gama de formas em diferentes contextos, existe a necessidade de se questionar a visibilidade dessas paisagens. Algumas delas, como as das ruas da Vila Militar, são mais facilmente visíveis aos olhos, mesmo daqueles que não tem o interesse em problematizá-las. Suas operações internas, entretanto, possuem observação mais restrita aos não integrantes das suas instituições, tendo em vista o caráter sigiloso de certas atividades. O controle de acesso rigoroso pode tornar algumas dessas cenas intimidadoras ou simplesmente invisíveis ou para pesquisadores civis. Sobre essa questão, Woodward (2014, p. 9) comenta:

A volumosa literatura sobre paisagens militares que enfoca nas paisagens de memória e memorialização, pode, talvez, ser atribuída, pelo menos em parte, ao fácil acesso dos civis a esses espaços, que estão localizados em áreas públicas e foram construídos com a expressa intenção de incitar o acesso civil. A relativa ausência de estudos sustentados de paisagens militares que são locais de operações e preparativos, pode refletir as limitações no acesso público, mesmo a locais de valor de segurança muito baixo ou negligenciável.

Tchikine e Davis (2021, p. 15) reforçam o seu caráter de vigilância e dominação, tanto quanto de engano e desorientação. Essas paisagens podem obscurecer e obstruir as linhas de visão, tornando ilegíveis os seus marcos e limites. Woodward (2014, p. 23) afirma que “ser visto olhando para o que pode (ou não) ser uma paisagem militar pode constituir para as autoridades militares uma atividade suspeita com consequências devastadoras para a pesquisa”. Tais dificuldades levantam indagações sobre como poderemos compreender completamente um assunto em que o material de pesquisa e suas fontes são escassas ou ausentes.

A própria Woodward (2014, p. 23) responde que esse tipo de estudo “requer dedicação, esforço e o uso de tecnologias para revelar o que de outra forma não é visto e o que pode não existir oficialmente”. É mister implementar uma observação crítica nesses ambientes, mediante trabalhos de campo que assumam uma metodologia pessoal e experiencial, estando atenta aos fenômenos ordinários e tidos como garantidos, para então submetê-los a exames pautados nos conhecimentos disponíveis.

Em nossa pesquisa não lamentaremos sobre possíveis invisibilidades de certas paisagens, mas pelo contrário, tornaremos essa questão como parte integrante da investigação. Admitindo que “sabemos o que o acesso nos permite saber” (Woodward, 2014, p. 25), reconhecemos a natureza restritiva das instituições militares. A partir disso, levantaremos discussões sobre como entendemos o que é possível ver e qual foi a intenção daqueles que nos permitiram visualizar tais cenários.

## 2.2. Narrativas sobre uma caminhada na Vila Militar

Definido o arcabouço teórico que cerca as paisagens militares, seguiremos para a análise daquelas encontradas na Vila Militar do Rio de Janeiro. Esse exame ocorrerá por meio de uma fotodocumentação produzida no decorrer de trabalhos de campo empreendidos no bairro. Nosso objetivo é construir uma narrativa em torno de pedaladas por esses cenários, permeada por histórias locais, contextualizações, olhares e percepções que realcem suas materialidades e subjetividades.

Tendo em vista a extensa área do bairro e as diferentes cenas que nos propomos a fotografar, de modo a vivenciar as múltiplas realidades do mesmo, aproveitamos o reconhecido uso de suas principais vias para a prática de esportes ao ar livre pela população do seu entorno, para efetuarmos os trabalhos de campo por meio de pedaladas de bicicleta. Nesse sentido, propomos fotodocumentar as paisagens por meio de um método móvel (Buscher e Veloso, 2018), em que o pesquisador se desloca pelo espaço de estudo, seguindo roteiros pré-definidos, mas que são passíveis de modificação de acordo com o que é vivenciado.

Em seu trabalho sobre as paisagens do caminho South West Coast na Inglaterra, John Wylie (2005, p. 235) afirma que “não existe o caminhar em si mesmo”, um movimento físico certo que seja elementar, universal e puro. Esse ato, mesmo quando encarado como metáfora do pensamento, é irredutivelmente múltiplo e complexo, podendo variar em ritmo, performance e objetivo, a exemplo das marchas, desfiles, protestos, peregrinações, exercícios físicos ou diversos outros casos, sejam realizadas individualmente ou coletivamente.

Ao discutir a relevância das caminhadas em pesquisas acerca de paisagens, Sidaway (2009, p. 1106) sugere que o transcorrer dos passos pode fornecer um percurso literal e literário para a escrita, auxiliando na organização do movimento, da observação e conseqüentemente na produção de um texto. Ainda que a analogia entre o andar e o escrever seja complicada, o autor enfatiza que muitos poetas e escritores usaram caminhadas para fornecer uma estrutura narrativa, ressaltando que:

No entanto, assim como uma narrativa não é simplesmente sobre colocar uma palavra após a outra, pois também diz respeito às escolhas, exclusões, rasuras e estratégias. Dessa forma, as cenas, observações e reflexões não chegam e se tornam encontradas e organizadas em uma ordem previsível durante uma caminhada.

Sideway (2009, p. 1107) também debate a complexidade em relação à perspectiva e à escala no decorrer de uma caminhada. Ambas mudam constantemente e implicam necessariamente em escolhas por parte do pesquisador, que de uma forma ou de outra apagará ou substituirá parte daquilo que pretende representar. Segundo o autor, tal seleção faz parte da tradição dos estudos geográficos, e a sobreposição de seus resultados torna mais explícito o enfoque político da pesquisa.

Em nosso estudo, esse dilema se fez presente não apenas na produção da narrativa, mas também nos enquadramentos selecionados para a captura das fotos e na triagem daquelas que aqui serão documentadas. Gomes e Ribeiro (2013, p. 29) declaram que as “imagens são constituídas pelo saldo das opções de seleção de critérios e variáveis que produzem formas e, através delas, destas formas, algo se torna visível”. Dessa maneira, os autores (Gomes e Ribeiro, 2013, p. 30) admitem o poder que as imagens possuem de traduzir textualidades, e que a partir delas podemos ampliar a compreensão dos fenômenos vistos nas paisagens:

O recorte de um ângulo de um lugar, de uma visada, tomada de um dado ponto de vista passou a nos fazer ver o desafio da transformação do espaço natural pelo trabalho humano. Esse ponto de vista se estetiza, ganha valor e se transforma em veículo de uma compreensão. Em outras palavras, percebemos, pela exposição do fragmento de um panorama, a importância da cultura na transformação do espaço. Por isso é justificável afirmar que as imagens são artefatos visuais que funcionam como instrumentos tanto de percepção como de compreensão do mundo.

Pretendemos, portanto, estabelecer uma narrativa que se construiu com base na interpretação das paisagens vistas e documentadas ao longo de uma trajetória de movimentos pelo espaço estudado. Assumimos, para tal, uma postura performativa, em que a corporeidade e a sensibilidade do pesquisador serão atuantes no processo de pesquisa. Ao me enquadrar como homem branco, professor, pesquisador, civil, morador de um bairro vizinho ao recorte da pesquisa durante décadas, me locomovendo de bicicleta, e munido de um celular nas mãos, tive acesso a momentos, eventos e movimentos, que procurei articular entre fotografias e relatos de campo de modo a compor uma história a partir de minha perspectiva. Gomes e Ribeiro (2013, p. 31) denominam de “reflexividade” a propriedade que os espaços públicos tem de provocar diferentes posturas e percepções nos que por eles transitam.

As reflexões derivadas da observação das paisagens encontradas ao longo das caminhadas, em parte aqui documentadas como fotografias, conectam-se com questões históricas locais que serão discutidas com base na bibliografia selecionada. Mas elas remetem-se também às noções de afeto e sensibilidade, isto é, às emoções deflagradas no transcorrer do estudo, capazes de conectar pesquisador e objeto. Wyle (2005, p. 236) afirma que o afeto denota a mudança de humor, teor, cor ou intensidade de lugares e situações. Não tratando a questão do afeto apenas como sinônimo das emoções humanas, o autor enfatiza o seu papel como catalisador das subjetividades, em que a relação entre “sujeito e objeto emergem e se tornam possíveis”, viabilizando a capacidade que um tem de afetar o outro. Ao esclarecer as noções de percepção e afeto, novamente Wyle (2005, p. 236) discorre:

Assim, uma percepção é um estilo de visibilidade, de ser visível, uma configuração de luz e matéria que excede, entra e se estende sobre as percepções de um sujeito que vê. Um afeto é uma intensidade, um campo talvez de admiração, irritação ou serenidade, que excede, entra e abrange as sensações e emoções de um indivíduo que o sente.

No recorte espacial da Vila Militar, essas caminhadas relacionam-se com minhas trajetórias e opiniões particulares. Percorrer esse ambiente significa lembrar histórias infantis, desde passeios aos fins de semana a desfiles cívicos escolares. Representa também gatilhos acerca de minha posição social perante uma instituição tradicionalmente fechada, da qual nunca fui integrante, que tem na história da vida política do país participação decisiva em diversas ocasiões e que popularmente não possui laços estreitos com a comunidade universitária, em que atualmente me insiro. Algumas dessas ruminções aparecerão ao longo das análises.

Ao analisar o impacto visual do antigo campo de treinamento do exército britânico, em Orford Ness, sobre seus visitantes, Davis (2008, p. 22), destaca o papel da memória sobre a percepção das paisagens. A bagagem anterior incorporada pelos observadores é fundamental para a construção dos significados e conseqüentemente para a compreensão do que é visto. Duncan e Duncan (2010, p. 242) afirmam que “as paisagens são usadas como ‘teatro de memórias’... em outras palavras, espaços imaginados que podem abrigar imagens, desejos, memórias coletivas e ideologias”. Sua concretude permite que sejam experienciadas de forma prática, naturalizante, ou desarticulada, seja na esfera privada ou coletiva. Logo, devemos reforçar que as

interpretações das paisagens serão feitas a partir de uma abordagem que abrange a experiências conscientes e afetivas.

Dessa forma, pretendemos em nossos relatos, ilustrar as repercussões da dinâmica de um ambiente essencialmente militar encravado nas texturas do cotidiano da zona oeste do Rio de Janeiro. Ao nos depararmos com paisagens que aludem a tropos diretamente relacionados às noções de heroísmo, patriotismo, sacrifícios, camaradagem masculina e orgulho, procuramos elucidar sobre como aqueles que ali trafegam podem ser afetados a partir dessas referências, em múltiplas camadas que operam sobrepostas, nas mais variadas escalas.

Para facilitar o entendimento da narrativa construída, dividiremos o roteiro do deslocamento pela Vila Militar em quatro subseções. Cada uma delas inclui um trecho do trajeto percorrido pelo bairro, abarcando paisagens específicas, que nos despertaram para discussões diversas acerca do que foi visto e refletido. Assim sendo, as imagens funcionaram como estímulos para a formatação da pesquisa. As subseções serão iniciadas com figuras que demonstrarão em mapas, o roteiro percorrido em cada trecho, bem como alguns dos pontos de interesse fotografados e questionados.

### 2.2.1. Trecho 1: O caminho

Figura 25: Trajeto percorrido pela Avenida Xavier Curado



Legenda: Vermelho – Trajeto e direção percorrida; Amarelo – Base Aérea dos Afonsos;  
Verde – Placa de entrada da Vila Militar

Fonte: Apple Maps. Editado pelo autor, 2024.

O caminho até à Vila Militar, partindo de bicicleta de Vila Valqueire, bairro onde se localiza atualmente a residência de meus pais, é feito através de um percurso curto, de aproximadamente quinze minutos. A magnitude das áreas ocupadas pelas Forças Armadas nessa porção da zona oeste do Rio de Janeiro, entretanto, faz com que eu me depare com as primeiras paisagens militares bem antes. Fernandes (2006) considera que a expansão da cidade para oeste, foi interceptada pelas extensas áreas militares presentes na região. A respeito desse fato, o autor afirma:

A mancha urbana do Rio que já é bastante extensa e descontínua, em razão da presença dos Maciços da Tijuca e da Pedra Branca, se expande e se fragmenta ainda mais por força desses espaços militares que excluem ou não podem conviver com outras formas de uso e ocupação do solo.

Antes da metade do trajeto já é possível visualizar uma das entradas principais da Base Aérea do Campo dos Afonsos (Figura 26), terreno pertencente à Aeronáutica, e como visto no capítulo 1, que conta, dentre outros edifícios, com um museu, hangares para aviões e uma pista para pousos e decolagens. Nesse ponto posso ter um breve vislumbre de muitos dos elementos que se farão presentes durante todo o percurso até o destino final: inscrições, brasões, placas com orientações/advertências, guaritas/cancelas para o controle de acesso e inúmeros soldados de serviço, sejam guardando posição ou deslocando-se pelas vias. Sobre isso, Woodward (1998, p. 282) nos alerta que “qualquer visitante de uma área de treinamento do exército se lembrará que arame farpado, cercas altas, bandeiras vermelhas e avisos de proibição saudarão os curiosos”.

Figura 26: Entrada da Base Aérea dos Afonsos

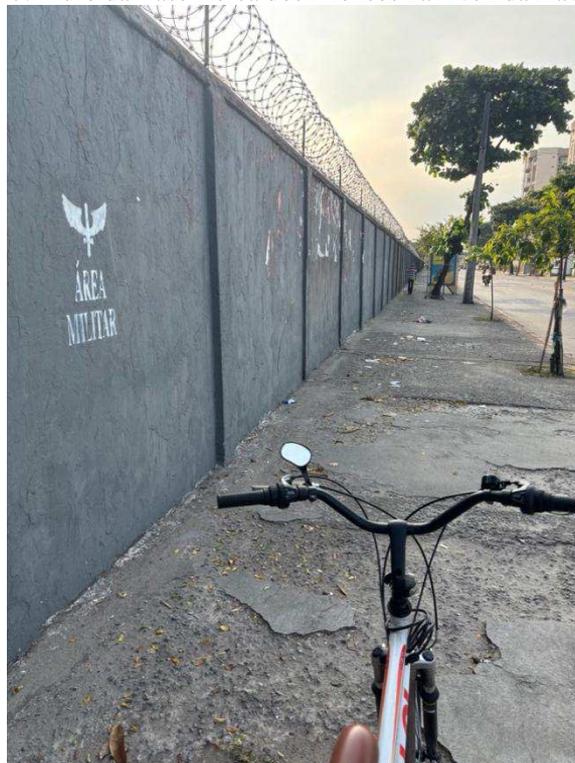


Fonte: O autor, 2024

Ao implementarmos a metodologia de Cosgrove e Daniels (1998) e procurarmos interpretar tais paisagens enquanto textos, podemos considerar os elementos citados como recorrentemente encontrados enquanto marcadores visuais, que atribuem significância a esses cenários, tal como espaços de defesa e de uso restrito por um grupo social que nele desempenha suas funções. Tivers (1999, p. 309) comenta que “são esses ‘marcadores’ que atuam como ‘identificadores’ do estatuto militar e encorajam a construção icônica da paisagem como uma paisagem de defesa militar”. Muitos deles possuem funções eminentemente práticas, enquanto outros podem adquirir significados icônicos, como muralhas, castelos, ou fortes.

Para seguir até a Vila Militar, preciso margear os muros da Base Aérea. A altura destes, aliado ao arame farpado no topo e a inscrição de “área militar” com o símbolo da Aeronáutica, deixam claro o caráter privado do terreno (Figura 27). Para seguir minha rota, tenho duas opções: me arriscar em meio ao trânsito da movimentada Avenida Xavier Curado, ou me aventurar pela calçada esburacada e pouco frequentada, limítrofe aos muros. Em prol da segurança e da necessidade de parar constantemente para fazer registros fotográficos, escolho o segundo.

Figura 27: Muro da Base Aérea dos Afonsos na Avenida Xavier Curado



Fonte: O autor, 2024.

Em dado momento, reflito sobre a segregação do espaço que me rodeia. Para além daquele muro, encontram-se equipamentos sofisticados e uma enorme pista de aviação de uso restrito, enquanto do outro lado da avenida, estão dispostas paisagens suburbanas ordinárias, repletas de quarteirões residenciais de baixa e média renda, em que provavelmente muitos de seus moradores jamais tiveram a oportunidade de fazer uma viagem de avião.

Em um dos dias de caminhada, ao passar em frente ao terreno da minha antiga escola de ensino fundamental, localizada na mesma avenida, mas que se tornou um prédio residencial de destaque na região, escutei um som forte de motores vindo do céu. O mesmo se referia às apresentações aéreas, que costumam ocorrer em datas específicas na localidade. Essas, em particular, ocorriam organizadas pelo Museu Aeroespacial, em decorrência do aniversário de Santos Dumont (Figura 28). A cena, associada ao ruído estrépito, costuma chamar atenção de todos em solo. Presenciei-a em meio a pesquisa, fez-me remeter à expressão “sublime militar”, utilizada por Woodward (2014, p. 7). Nela, a autora refere-se a capacidade que uma paisagem militar tem de causar admiração e espanto ao mesmo tempo.

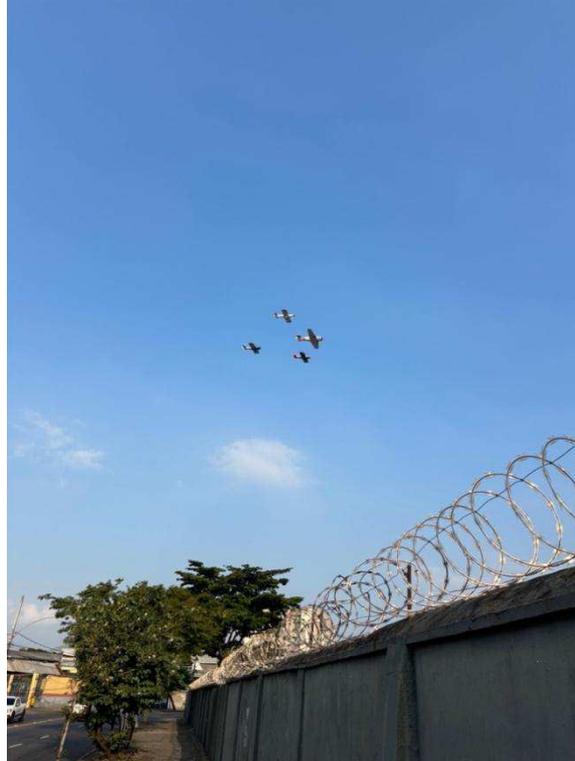
À despeito das críticas que o termo “sublime” tenha recebido nas análises paisagísticas, dada a necessidade de se suspender a razão e a racionalidade face à admiração ou ao horror que as paisagens evocam em seus observadores, Woodward defende sua utilidade em casos militares, dada a duplicidade de interpretações extremas que certos cenários provocam, inerentes às atividades que trabalhem com materiais capazes de causar destruição. Ao analisar o impacto visual das áreas de treinamento de Otterburn na Inglaterra em seus alunos, a autora (2013, p. 7) complementa:

O sublime militar engloba sentimentos de pavor e insignificância em face não a Deus, mas ao poder do armamento, distante do controle democrático, do racional e do compreensível. O sublime militar é aquilo que é inescrutável, incontrolável, para além da democracia.

No caso do Campo dos Afonsos, a cena dos aviões voando perfilados em baixa altitude, apesar de móvel, provoca fascínio dado o sincronismo das acrobacias, mas também causa inquietação e desconforto devido ao som alto dos motores e um possível risco de acidentes. Em meu íntimo, ainda pondero o poder destrutivo dessas máquinas. Apesar de viver num país e fazer parte de uma geração desacostumada à ideia de

conflitos armados que não sejam relacionados à violência urbana cotidiana, tendo a imaginar a amplitude da devastação ocasionada por ataques aéreos.

Figura 28: Apresentação de aviação nos céus do Campo dos Afonsos



Fonte: O autor, 2024.

Ao alcançar o cruzamento entre as avenidas Xavier Curado e General Benedito da Silveira, chego a uma das entradas oficiais da Vila Militar. Alguns marcadores visuais deixam isso bem claro. Uma placa de trânsito fincada em meio as duas pistas que dão acesso à avenida, adverte: “Área sob administração militar” (Figura 29). Contendo em sua parte superior, os brasões do Exército, do Comando Militar do Leste e da 1ª Divisão do Exército, a mesma esclarece o poder de polícia que as tropas do Exército possuem no interior do bairro, fornecendo em sua parte inferior, de forma quase imperceptível para aqueles que transitam em velocidade, o parecer e o decreto que definem tal regulamentação.

Figura 29: Placa encontrada nos acessos à Vila Militar



Fonte: O autor, 2024.

Cretella Junior (2006, p. 188) define juridicamente esse tipo de administração pública como um forma de “servidão militar”, que pode ser verificada “quando, nas proximidades de quartéis ou fortalezas, ficam os particulares proibidos de executar trabalhos sem licença da autoridade militar”.

Em parecer sobre o caso específico da Vila Militar, o Procurador da República Luis Cláudio Pereira Leivas ratificou o regime de servidão militar, instituído originalmente pelo Decreto-Lei 3.437/1941:

O Ministério Público entende que EXCLUSIVAMENTE DENTRO DA ÁREA DE SERVIDÃO MILITAR DE 1.320 METROS À VOLTA DOS QUARTÉIS E ESTABELECIMENTOS MILITARES, A AUTORIDADE CASTRENSE TEM O DIREITO CONSTITUCIONAL DE EXERCER O PATRULHAMENTO E AS MEDIDAS DE SEGURANÇA, INCLUSIVE DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA, NECESSÁRIAS AO ACAUTELAMENTO E PROTEÇÃO DAS GUARNIÇÕES; EQUIPAMENTOS; AQUARTELAMENTOS, MATERIAL E PESSOAL, BEM COMO DE TRANSEUNTES, EVITANDO PROBLEMAS DE RESPONSABILIDADE CIVIL;

ORA, A FORÇA ARMADA pode fazer policiamento ostensivo de trânsito na Área de Servidão Militar, pois essa atribuição integra o instituto e faz parte da DEFESA MILITAR PREVENTIVA DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS, À DISTÂNCIA;

63. Assim sendo, o Ministério Público Federal se manifesta pelo CONHECIMENTO DO RECURSO VOLUNTÁRIO E DA REMESSA DE OFÍCIO, REFORMANDO-SE PARCIALMENTE A R. SENTENÇA para:

A) Assegurar à Força Armada o exercício dos direitos decorrentes da Servidão Militar nessa área que, mantendo a distância de 1.320,00 metros externa e paralelamente aos limites dos Próprios Nacionais, os circunscreve, inclusive de fiscalização do trânsito;

B) Garantir validade da Resolução SMRT nº 843 do Secretário Municipal de Trânsito nesse perímetro, A QUAL APENAS REITRA, SOB NOVA ROUPAGEM, AS DETERMINAÇÕES DA SERVIDÃO MILITAR, convalidando os atos administrativos praticados;

C) Garantir a aplicação de sanções de trânsito pela Força Armada em outras áreas, temporariamente, quando em missões de segurança; deslocamento de autoridades e interdições temporárias de trânsito (batedores, bloqueios, cortejos etc);

64. Fora desse perímetro e da hipótese de prevista no item C acima, a atuação da Força Armada só poderá se verificar na forma e meios constitucionais, evitando-se o canto da sereia da utilização militar em policiamentos de choque, os quais poderão acarretar graves riscos para a Instituição e Tropa, que não possuem missão.<sup>5</sup>

A alegação para tal regime administrativo diferenciado provém da natureza própria às atividades militares, que por lidarem com artefatos potencialmente perigosos, podem por em risco a integridade física da população civil, além da necessidade de sigilo que determinadas tarefas impõem. Outro fator a ser considerado, e importante na dinâmica urbana da cidade do Rio de Janeiro, advém da estocagem de armamentos e munições no local, que podem despertar o interesse em grupos criminosos. Nesse sentido, Assis (2023, p. 148) complementa:

As ruas, os estacionamentos, as calçadas, as construções ou quaisquer outros espaços que se situem dentro do perímetro necessário à segurança dos aquartelamentos, pouco importando a natureza jurídica da propriedade, posse ou detenção, poderá constituir-se na coisa serviente, desde que, logicamente, caracterizado o interesse vital para o regular funcionamento das instituições militares.

Torna-se claro nesse momento, que estou a adentrar num ambiente com determinações específicas, dotado de uma territorialidade própria, em que o poder é claramente estabelecido por uma instituição influente, respaldada legalmente pelo governo federal. A ideia de servidão militar, a qual os juristas se referem, pode ser interpretada na realidade do bairro, como uma prática em que as vias, apesar de públicas, estão submetidas aos interesses e necessidades do Exército brasileiro. Penetrar nesse espaço significa se submeter a essas regras, sob pena de punições. Denota também estar sob vigilância constante, seja fisicamente por soldados, ou virtualmente pelas câmeras.

---

<sup>5</sup> BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Apelação cível n. 1999.51.01001231.4, Relator: Desembargador Raldênio Bonifácio Costa. Diário Oficial da Justiça, Brasília, pp. 190-192, 1º nov. 2006.

Ainda no cruzamento das mesmas avenidas, outro detalhe chama bastante atenção. A presença de um grande *outdoor* em alusão à comemoração do dia do Exército, em 19 de Abril, ocupa uma das esquinas em questão (Figura 30). Nele, estão destacados três combatentes do sexo masculino, portando suas armas em punho e de olhares compenetrados ao horizonte. Ao lado desses, há um tanque de guerra, no qual, em seu interior, é possível contabilizar mais três combatentes equipados. Há ainda a inscrição dos *slogans* “Braço Forte, Mão Amiga”, associado ao Exército, e “Pátria Amada Brasil” que vigorou no governo federal durante a presidência de Jair Bolsonaro (2018-2022), e que continuava exposto, durante a realização dos trabalhos de campo, em meados de 2024.

Figura 30: *Outdoor* em referência ao Dia do Exército



Fonte: O autor, 2024.

Em sua obra denominada, “A invenção do Exército Brasileiro”, Celso Castro afirma que a comemoração do Dia do Exército foi criada em 1994, por iniciativa do então Ministro do Exército, General Zenildo, em ocasião do aniversário da realização da 1ª Batalha dos Guararapes, ocorrida em 1648. Sobre esse conflito e sua posterior comemoração, Castro (2002, p. 68-69) discorre:

A Batalha dos Guararapes foi um evento muito importante no processo de expulsão das tropas holandesas que ocuparam a região de Pernambuco entre 1630 e 1654. Mesmo inferiorizados numericamente, as tropas locais, compostas por unidades de brancos, negros e índios, e recorrendo a táticas de guerra irregular (ou de guerrilhas), derrotaram um inimigo superior em número e mais bem equipado.

A ideia central da nova comemoração é que em Guararapes teriam nascido ao mesmo tempo a nacionalidade e o Exército brasileiro. A força simbólica do evento é reforçada pela presença conjunta das três raças vistas como constitutivas do povo brasileiro – o branco, o negro e o índio. Além disso, ao contrário das comemorações da Intentona e de 1964, não se trata aqui de um “inimigo interno” a ser enfrentado, mas de invasores estrangeiros.

Essa narrativa, consolidada com a data comemorativa, criada apenas no final do século XX, procurou estabelecer uma crença de união social perante um inimigo externo mais poderoso, ao criar um “vínculo indissociável entre o Exército e a nacionalidade brasileira” (Castro, 2002, p. 72), desconsiderando que no momento do conflito não existia sequer um Brasil independente, tampouco um Exército nacional, que se estabeleceriam apenas 174 anos depois.

Ainda segundo Castro, a escolha dessa data se justifica, num período de redemocratização do país, dado o desuso em que outras comemorações se encontravam naquele momento, tal qual o Dia do Soldado, em referência ao aniversário do Duque de Caxias; os festejos da Intentona Comunista, no qual se enaltece a repressão à revolta comunista de 1935; e o aniversário do golpe militar de 1964, em que o próprio Exército exaltava a destruição do quadro democrático brasileiro.

Da mesma maneira, o *slogan* “Braço Forte, Mão Amiga” foi elaborado também na década de 1990, sob a tutela do Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx), fazendo parte de uma série de tentativas que pudessem tornar a imagem da instituição mais palatável perante a opinião pública, após décadas de ditadura. Segundo Rosa (2007, p. 1), essa expressão denotaria:

A primeira parte do *slogan* apresenta a dimensão política do “Braço Forte” nas operações de guerra em contexto doméstico ou internacional, ao passo que a dimensão social, da “Mão Amiga”, auxilia nas ações solidárias do governo em catástrofes, enchentes e mais recentemente no programa Fome Zero. Desse modo, essas partes anatômicas são representações biológicas das atividades sociais com as quais a instituição se ocupa. Assim, metaforicamente, a força do *braço* sustenta seu poder bélico, e a habilidade da *mão*, sua solidariedade.

Portanto, podemos inferir que a localização estratégica desse *outdoor* na entrada do bairro, visa propagar uma narrativa oficial do Exército brasileiro para a sociedade civil, que não necessariamente transite pelo bairro, mas que possa simplesmente passar por esse acesso. A referência direta ao mito fundador da instituição, através da comemoração do Dia do Exército, e a inscrição de seu principal *slogan* da atualidade, em sua gênese, procuram demonstrar a importância dessa corporação para história do

país, ao explicitar o suposto caráter amistoso entre esta e a sociedade brasileira, cujo bem-estar será sempre o objetivo central de suas ações.

Em suma, tratam-se de inscrições que pretendem difundir sua cultura perante o público externo, obviamente negligenciando os diversos momentos controversos que a mesma possui na historiografia nacional. Sobre isso, Cosgrove (1989, p. 226-227) afirma que “Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições, tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas as pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura”. Já Duncan (1990, p. 108-109) afirma que a aparente estabilidade das paisagens tendem a naturalizar o status quo do grupo que as mantém, já que:

Elas tendem a parecer naturais ou inevitáveis para aqueles que vivem ou trabalham nelas... a tangibilidade e a aparente transparência das características da paisagem tendem a convencer o observador local de que as relações sociais, políticas e econômicas permitidas pela sua organização são estabelecidas naturalmente, ou mesmo divinamente.

Nesse aspecto, o Exército pode ser considerado dominante, dentre outros fatores, dado a capacidade bélica que possui; ao respaldo governamental para usá-la, em caso de necessidade; e ao histórico de participação na vida política do país. Dentro dos limites da Vila Militar, esse domínio é ainda maior devido ao regime de servidão administrativa já esclarecido. Tendo isso em mente, buscamos mais uma vez a fundamentação em Cosgrove (1989, p. 230):

Por definição, a cultura dominante é a de um grupo com poder sobre outros. Quando falo em poder, não quero me referir apenas ao sentido limitado de um grupo executivo ou de governo em particular, mas precisamente ao grupo ou classe cuja dominação sobre outros está baseada objetivamente no controle dos meios de vida: terra, capital, matérias-primas e força de trabalho. No final, são eles que determinam, de acordo com seus próprios valores, a alocação do excedente social produzido por toda a comunidade. Seu poder é mantido e reproduzido até um ponto consideravelmente importante, por sua capacidade de projetar e comunicar, por quaisquer meios disponíveis e por todos os outros níveis e divisões sociais, uma imagem do mundo consoante com sua própria experiência e ter essa imagem aceita como reflexo verdadeiro da realidade de cada um. Esse é o significado da ideologia.

Ao transpassar a placa e o *outdoor*, adentramos à Avenida General Benedito da Silveira e aos limites do bairro propriamente ditos, que constituem o trecho 2 de nosso trajeto.

### 2.2.2. Trecho 2: Adentrando ao Bairro

Figura 31: Trajeto percorrido pela Avenida General Benedito da Silveira



Legenda: Vermelho – Trajeto e direção percorrida; Amarelo – Placa de entrada da Vila Militar; Verde – Vila Verde; Rosa – Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil.

Fonte: Apple Maps. Editado pelo autor, 2024.

Poucos metros após a placa que comunica o início da administração militar e do *outdoor* comemorativo, o poder local do Exército já pode ser visualizado. Como é de praxe em todas as vias que dão acesso ao bairro, postos de controle de trânsito são estabelecidos por equipes compostas por soldados fortemente armados (Figura 32). Acordados pelo regime de servidão militar, esses podem solicitar a parada e a revista de veículos civis que estejam a entrar nas dependências do bairro. Ao esclarecer essa gerência, Assis (2023, p. 150) discorre:

Em conclusão, o Parecer da Consultoria Jurídica Adjunta ao Ministério da Defesa fixou importantes teses para a atuação das Forças Armadas na área de 1.320 metros que circunda os aquartelamentos, a saber: I) podem realizar as ações típicas de polícia administrativa, incidentes sobre bens, direitos ou atividades, como exemplos: patrulhamentos, fiscalização de trânsito no perímetro da fortificação, com estabelecimento temporário de posições estáticas ao longo do seu itinerário, junto aos limites das instalações militares, bem como o bloqueio dos acessos ao quartel; II) é possível a condução de rondas externas (motorizadas e a pé) no perímetro da organização militar.

Figura 32: Posto de controle de trânsito na Av. General Benedito da Silveira



Fonte: O autor, 2024.

Apesar do público alvo dos bloqueios serem veículos como carros e motos, mesmo numa bicicleta, considero esse um dos momentos mais tensos do percurso, dado os inúmeros olhares simultâneos que recaem sobre mim durante a travessia. Para evitar qualquer tipo de questionamento e indisposição, prefiro documentar a paisagem após passar da patrulha e registrar o momento enquanto os soldados estavam todos de costas.

Em minha vida pregressa como vizinho do bairro, nunca fui abordado por esse tipo de fiscalização em suas entradas, mesmo em ocasiões em que conduzia um automóvel. Um caso drástico ocorrido no ano de 2019, entretanto, teve grande repercussão midiática, quando numa das outras entradas da Vila Militar, pelo bairro de Guadalupe, dois homens foram mortos em virtude do disparo de 257 tiros por uma patrulha móvel do Exército. O músico Evaldo Rosa dos Santos que dirigia seu carro, na companhia de mais quatro pessoas, dentre eles sua esposa e seu filho de sete anos de idade, e o catador de latinhas Luciano Macedo, que tentou ajudá-los, foram alvejados por soldados em serviço, que segundo suas defesas, confundiram o carro com o de bandidos que circulavam pela região.

Mais de cinco anos após o evento, oito militares aguardam em liberdade os recursos, e executam suas funções normalmente, apesar das condenações entre 28 e 31 anos, proferidas em julgamento de primeira instância. Esses haviam sido denunciados pelas acusações de: homicídio qualificado; tentativa de homicídio; omissão de socorro. A defesa dos réus por outro lado, alega legítima defesa e homicídio culposo<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/04/07/mulher-de-musico-metralhado-pelo-exercito-relata-traumas-do-filho-5-anos-apos-crime-julgamento-nao-tem-previsao-para-acabar.ghtml>. Acesso em 08 de Ago. de 2024.

Sensações conflitantes podem ser sentidas ao ultrapassar tal bloqueio. A partir desse momento, passo a ter um espaço definido para trafegar de bicicleta. Não preciso mais me preocupar com o trânsito de veículos. Sinto-me também mais seguro para sacar o celular, manuseá-lo e registrar fotografias, livre dos perigos de assaltos que assolam o Rio de Janeiro. Similarmente, essa é a opinião de grande parte das pessoas que para esse espaço se dirigem com o intuito de realizar atividades físicas.

Por outro lado, a vigília constante e a presença de armas pesadas, geram um desconforto advindo da relativa perda de privacidade e da necessidade de se encaixar num código de conduta pré-estabelecido. Enquanto pesquisador, na posição de fotografar as paisagens, preciso me preocupar, dentre outros fatores, com o que é retratado, com a direção da câmera, e com o tempo de permanência na mesma posição, tal como no caso do registro da patrulha na entrada do bairro. A respeito das emoções despertadas pela materialidade das paisagens, Soares da Silva (2017, p. 105) discorre:

Compreender a questão emocional na geografia é um desafio. Muitas vezes essa área do conhecimento nos apresenta um conhecimento estéril, um mundo desprovido de paixão, com espaços ordenados unicamente por princípios racionais e demarcados com lógicas políticas, econômicas ou técnicas, em que a negligência sobre o tema significa desconsiderar as relações com que as vidas são vividas e a sociedade é feita. Entretanto, em tempos e lugares particulares, há momentos em que as vidas são explicitamente pela dor, pelo luto, pela raiva, pelo amor e assim por diante, em que o poder das relações emocionais não pode ser ignorado. O mundo humano é construído e vivido através das emoções.

Nesse sentido, Silva (2016, p. 87-88) analisa o uso região de Deodoro e da Vila Militar pelos moradores do entorno:

É perceptível como as pessoas, independentemente da idade ou do meio de transporte utilizado, mudam o seu comportamento ao passarem pelo perímetro da instalação militar, demonstrando como a presença deste espaço controlado é marcante no cotidiano dos moradores do bairro de Deodoro e dos bairros próximos... Indo além das formas vistas ali, a presença da Vila Militar e dos quartéis do Exército tem uma grande influência na forma como cada pessoa se apropria daquele espaço.

Em seu estudo sobre as paisagens de defesa do Exército britânico, localizadas em Aldershot, Tivers (1999), elenca que essas regiões podem se remeter a significados multidimensionais, muitas vezes até paradoxais, como as ideias de “segurança ou de estresse”, a depender da situação e do público que as acessam. Ao associar o caso inglês

com a sensação de segurança que muitos de seus moradores sentem, a autora (Tivers, 1999, p. 311) afirma:

Como um oficial do Exército declarou: “Nós não seremos assaltados aqui”. O pessoal da segurança dirige ao redor das áreas residenciais quatro ou cinco vezes por dia, muitas das quais estão fisicamente localizadas nas cidades e nas vilas, ao invés de nos quartéis. Há barreiras patrulhadas nas estradas que levam aos quartéis: embora frequentemente abertas, podem ser fechadas em uma emergência. As cercas agem como uma “barreira psicológica”.

Já em relação ao sentimento de estresse que essas paisagens podem provocar, Tivers (1999, p. 313) discorre:

Outra fonte de estresse potencial para o Exército e para a população local é o medo de que a presença do Exército em grande número atraia ataques. Isso, é claro, explica a presença de segurança muito marcante e as cercas de arame farpado. Além disso, os soldados geralmente são instruídos a não deixarem os acampamentos uniformizados, mas com roupas comuns, para que “as pessoas ao redor não vejam os soldados”.

A despeito das diferentes realidades enfrentadas pelos Exércitos britânico e brasileiro, no caso do Rio de Janeiro esse temor se justifica pelo fato da Vila Militar estar situada em área limítrofe a comunidades que contam com a presença ostensiva de grupos de narcotraficantes, como no caso de Guadalupe. Historicamente, o Exército tenta se blindar desse entorno, adotando atitudes que aumentem o controle de acesso às suas vias e o seu isolamento perante as vizinhanças. Um trecho da reportagem do Jornal “O Globo” de 04 de junho de 2002 (Schmidt, Brandão, 2002), por ocasião da construção do Piscinão de Deodoro, exemplifica este fato:

O Exército está fugindo da rota do tráfico no Rio. A Pedido do Comando Militar do Leste (CML), o prefeito Cesar Maia incluiu o alargamento de um trecho da Estrada do Camboatá no projeto de criação de um parque recreativo em Deodoro. Segundo o prefeito, os militares não querem continuar passando com seus carros em frente às entradas da Favela do Muquiço, onde o roubo de veículos é frequente. A Estrada do Camboatá, que atualmente dá mão em uma só direção, passará a funcionar nos dois sentidos. Com isso, quem sai da Vila Militar para a Avenida Brasil não precisará mais passar junto à favela.

O estresse a que essas paisagens são capazes de provocar nos visitantes, também pode estar associado ao conteúdo das atividades estabelecidas no interior de seus pavilhões. Sobre isso, Silva (2016, p. 88) disserta:

Ao conversar com moradores do bairro de Deodoro, percebemos que há um consenso a respeito da sensação de segurança, diante do símbolo que o

complexo militar representa. Entretanto, a natureza das atividades que ocorrem no espaço da Vila Militar, expõe a vida dos moradores do bairro de Deodoro em permanente perigo. No dia 3 de agosto de 1958 um fato causou inúmeros transtornos para a população que vivia nas redondezas da Vila Militar. Nesse dia, houve uma série de explosões nos paióis do Depósito Central de Armamento e Munição do Exército, que era na época o maior depósito de armamento da América do Sul. Cerca de 10 mil moradores do Conjunto Habitacional Popular de Deodoro, o qual ficava em frente ao depósito de armas, saíram às ruas pela madrugada para fugirem das explosões e das chamas.

Passado o bloqueio e prosseguindo pela Avenida General Benedito da Silveira, atravesso um trecho composto por ladeiras, em que se intercalam subidas e descidas. A parte inicial da avenida é marcada pela coloração diferenciada dos muros nos lados opostos da via (Figura 32). Numa extremidade, o muro cinza demarca o fim da administração da Aeronáutica, na outra o paredão gradeado camuflado, anuncia, mais uma vez, a territorialidade do Exército. Na parte baixa, entre as ladeiras, encontro o Arroio dos Afonsos, antiga delimitação natural entre o Campo dos Afonsos e a Vila Militar. Confinado abaixo da avenida, sua visualização só é possível devido a presença de uma placa que adverte sobre a proibição de jogar lixo no córrego (Figura 33).

Figura 33: Placa em referência ao Arroio dos Afonsos



Fonte: O autor, 2024.

Na sequência, me deparo com a Vila Verde (Figura 34), conjunto de edifícios destinado à moradia dos oficiais em serviço na Vila Militar, e que foi construído em virtude da realização dos Jogos Mundiais Militares em 2011. Sua proximidade é anunciada pelas placas presas nos postes, contendo comunicados destinados aos moradores, tal como avisos sobre o descarte de lixo e sobre a tratativa com animais. Esse condomínio é um dos exemplos dos denominados Próprios Nacionais Residenciais (PNRs), que são definidos como “edificações de qualquer natureza, utilizadas com a finalidade específica de servir de residência para os militares da ativa do Exército” (NAPNR EsAO, 2019, p. 3)<sup>7</sup>.

Figura 34: Conjunto Residencial Vila Verde



Fonte: O autor, 2024.

A Vila Militar é repleta desses conjuntos, sejam eles casas ou apartamentos. Destinados às mais variadas patentes, eles encontram-se espalhados por diversos pontos do bairro. No caso particular da Vila Verde, ela é dividida em 17 edifícios, cada um contendo 24 apartamentos, totalizando 408 moradias. Sua função é abrigar os alunos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), que ali permanecem durante um ano.

A lógica desse complexo guarda semelhanças com os condomínios fechados presentes em bairros civis. Cercas e cancelas delimitam o acesso a visitantes que precisam se identificar para acessar suas dependências. O artigo 67 das Normas para

---

<sup>7</sup> Normas para Administração dos Próprios Nacionais Residenciais da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Disponível em: [https://www.esao.eb.mil.br/images/Arquivos/pnr/NAPNR\\_EsAO\\_2019.pdf](https://www.esao.eb.mil.br/images/Arquivos/pnr/NAPNR_EsAO_2019.pdf). Acesso em 12 de set. de 2024.

Administração dos PNRs da EsAO (2019, p. 29) deixa isso claro: “Todos os veículos que entrarem na Vila Verde devem estar cadastrados ou serem identificados pelo pessoal de serviço e registrados na ficha de controle de veículos da Vila Verde. Os veículos de prestadores de serviços deverão ser revistados”. Entretanto, Pinto (2016, p. 63) ressalta uma particularidade no caso das residências militares, que a diferencia dos seus pares civis:

A Vila Militar é um bairro, com circulação livre para civis e militares, com características de um condomínio fechado, embora diferente dos condomínios comercializados, que atendem à lógica capitalista contemporânea da ocupação urbana; é um lugar segregado, mas por razões diferentes dos condomínios residenciais comuns: trata-se de uma segregação associada ao trabalho do militar e do *ethos* nômade dessa população.

A alta rotatividade dos seus moradores, aliada a uma relativa exclusão social do restante da cidade, para indivíduos que na maioria dos casos não são do Rio de Janeiro, confere a essas paisagens significados para além do estresse, mas também de tédio e estigma. Novamente se referindo ao caso britânico de Aldershot, Tivers (1999, p. 313) explana:

O isolamento relativo, a exclusão em relação ao mundo externo, a mesmice de moradia e ambiente, e a falta de oportunidades de emprego podem tornar o acampamento um lugar pouco estimulante para esposas e filhos do Exército. Há também a remoção da liberdade e a subsequente restrição de atividades, o que afeta tanto aqueles dentro quanto aqueles fora do acampamento.

Corroborando com essa visão, Pinto (2016, p. 74), refere-se especificamente sobre o caso da Vila Verde, ao se aprofundar sobre o cotidiano das esposas de militares residentes na região:

A Vila Verde é rodeada de Unidades Militares operacionais e localiza-se em frente ao muro do Campo dos Afonsos. Muitos aspectos da rotina e do cotidiano desses espaços são influenciados por essa localização. As mulheres que residem nas vilas residenciais, principalmente as esposas dos alunos da EsAO que moram somente um ano no Rio de Janeiro, procuram exercer alguma atividade profissional dentro da própria vila. Hoje, muitas delas oferecem serviços e produtos associados à estética, a festas, artesanatos e gastronomia. Na Vila Verde não existe nenhum estabelecimento comercial próximo; vários fornecedores de pães e outros itens alimentícios prontos frequentam-na em horários predeterminados, sinalizando que estão ali para venderem seus produtos.

Na contramão desses significados, residir nesse bairro também pode aludir a uma espécie de *status*, inclusive para os civis do entorno (Tivers, 1999). Novamente a questão da segurança aparece como primordial, mas a presença de áreas verdes e de lazer, tão raras no subúrbio, também são apontadas pela população local. No caso dos militares, além da possibilidade de morar a custos baixíssimos, “a Vila Militar reúne aspectos muito valorizados na atualidade: localização próxima ao trabalho, segurança, lazer, espaço destinado para esportes, salão de beleza, academia, escolas, igrejas e serviços”. (Pinto, 2016, p. 64). A Vila Verde, em especial, adquire um *status* extra, por possuir os prédios mais modernos dentre os PNRs.

Avançando pela Avenida General Benedito da Silveira, transpasso pela entrada de diversas Unidades Militares, que nessa área em específico, concentram-se nas operações ligadas ao paraquedismo. Suas grades são decoradas com desenhos de paraquedas e os cenários, de uma forma geral, são preenchidos por artefatos ligados a essa temática, tais como holofotes, armamentos (Figura 35), ou mesmo uma aeronave.

Figura 35: Entrada do Grupo de Artilharia Antiaérea General Alves Maia



Fonte: O autor, 2024.

As guaritas fortificadas que se sucedem ao longo de todo o trajeto, deixam no ar a incerteza sobre a presença, ou não, de guardas no seu interior. Sei que meus movimentos são observados, mas não exatamente a partir de onde. Em dado momento, ao tentar focalizar algumas estátuas de combatentes para uma fotografia, percebo que dentre elas, revelam-se soldados reais, que inclusive olhavam em minha direção. Uma

ilusão de ótica confunde a realidade com a simulação (Figura 36). Em seus estudos, Cosgrove (1985, p. 49) evidencia a importância do desenvolvimento da geometria para os estudos espaciais e geográficos. Ele enfatiza que a perspectiva possibilita que a presença e as formas dos objetos no espaço variem de acordo com o ângulo e a distância do observador:

Visualmente, o espaço é tornado propriedade de um observador individual destacado, de cuja localização divina é um objeto dependente e apropriado. Um simples movimento de cabeça, fechar dos olhos ou se afastar, e a composição e forma espacial dos objetos são alteradas ou mesmo negadas.

Figura 36: Exposição de aeronave e estátuas no portão do Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil



Fonte: O autor, 2024.

No lado oposto da avenida, é possível observar por trás das grades um campo de treinamento das tropas paraquedistas. Desse ponto se vê uma grande área descampada, como solo marcado por posições, que se alternam entre areia e grama. Bandeiras são espalhadas pelo terreno, que conta ainda com pequenos edifícios, ligados por cabos, constituindo uma série de tirolesas (Figura 37). A paisagem aqui é altamente contrastante quando comparados os dias úteis com os finais de semana. Em dias de treinamento, a movimentação é constante, sendo o espaço marcado por sinais sonoros que marcam o início e o fim das atividades, cânticos, gritos de motivação e cobrança, além de eventos especiais como formaturas. Sobre isso, Pinto (2016, p. 70) complementa:

A Vila Militar acorda todos os dias com os toques de alvorada, às seis horas, e o hasteamento da bandeira do Brasil nos Batalhões que estão ali inseridos. Na rotina desse território, estão o Treinamento Físico Militar (TFM), as corridas matutinas que acontecem diariamente na Avenida Duque de Caxias, acompanhadas pelas canções militares, hinos que embalam essas corridas fazem parte dos acontecimentos que marcam o lugar.

Os militares realizam seus treinamentos de tiro, de educação física e preenchem o dia dos moradores da vila residencial de sons que marcam os momentos do dia dessa população. Às sete horas, há o toque que marca o início do expediente; e ao final do dia, o toque que marca o final do expediente. Não é um sinal como das fábricas: é uma corneta, com um toque específico, reconhecido até pelas crianças que ali habitam.

Em oposição, aos fins de semana, o ambiente é marcado pelo silêncio e pela vagueza, contrastando-se com os múltiplos sons dos bairros adjacentes. Observar tais paisagens nessas condições produz o questionamento: “Como pode um lugar que parece tão pacífico, ser tão violento?” (Woodward, 2014, p. 3). A aparente impressão de harmonia e tranquilidade pode obscurecer a real essência desses espaços, que em última instância existem para facilitar os preparativos da guerra, incluindo o uso de força letal.

Figura 37: Vista do Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil



Fonte: O autor, 2024.

Uma característica marcante das paisagens da Vila Militar e que pode ser verificada na avenida em questão, refere-se a presença de inscrições textuais nas entradas dos batalhões. Palavras ou frases de efeito procuram evocar o caráter patriótico e heroico do Exército e daqueles que a ele servem. Em poucos minutos consigo ler expressões como “Brasil acima de tudo”, “Se mais um paraquedista e orgulha-te de ti

mesmo”, “Errar nunca”, “Tropa para homens de coragem e determinação” e “Chivunk” (Figuras 38 e 39). Essa última, constitui-se de um termo usado na cultura oral militar (Naves, 2011, p. 33) para designar os supostos 30% de capacidade física e mental que o corpo humano tem, mas que não são usualmente utilizados. Esse percentual estaria disponível em situações extremas, corroborando, portanto, com um ideal de superação dos limites individuais perante um objetivo maior, coletivo, em prol da pátria.

Figura 38: Inscrição na Entrada do Batalhão Santos Dumont



Fonte: O autor, 2024.

Figura 39: Inscrição próxima à entrada do Batalhão Santos Dumont



Fonte: O autor, 2024.

Essas inscrições fazem parte de uma narrativa que coloca o Exército como uma instituição impregnada de uma ideologia própria, na qual predominam valores ligados à disciplina, honra, coragem e integridade. Cosgrove (2000) afirma que “a ideologia oferece mitos e símbolos fundamentais, que alicerçam as instituições e as ações coletivas”. Duncan (1990) corrobora com essa visão ao considerar que as ideologias estão inscritas nos discursos e são inerentes à sua própria linguagem e estrutura narrativa. Sobre os discursos, o autor (Duncan, 1990, p. 104) decreta:

Os discursos podem ser definidos como a estrutura de inteligibilidade na qual todas as práticas são comunicadas, negociadas ou desafiadas. Eles são, ao mesmo tempo, recursos facilitadores e coações ou limites dentro dos quais determinados modos de pensamento e ação parecem naturais, e para além dos quais a maior parte daqueles que aprendeu a pensar dentro do discurso não pode facilmente aventurar-se.

Duncan reforça também o papel da ideologia ao utilizar as paisagens para externalizar mensagens que antes faziam parte apenas da visão interna de um grupo ou instituição. Ao usarem de uma estrutura narrativa que se estabeleça por meio de repetições estratégicas de um determinado discurso, as ideologias tem a capacidade de naturalizar o pensamento de um grupo perante a um público maior. Sendo assim, o autor (Duncan, 1990, p. 111) complementa:

Tornando-se parte do dia-a-dia, do que é tido como dado, do objetivo e do natural, a paisagem mascara a natureza artificial e ideológica de sua forma e conteúdo. Sua história como uma construção social não é examinada. Logo, ela é tão inconscientemente lida quanto inconscientemente escrita.

No caso das paisagens militares, há uma forte conotação de autoafirmação de uma instituição perante o todo. O contraste entre a classe militar e a classe civil é necessário para delimitar as características básicas da primeira. Ao pesquisar o processo de conversão de civis em militares na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Castro (2021) percebe que as primeiras semanas de curso nesse recinto são cruciais para que os indivíduos percam seus vícios do mundo externo e sejam homogeneizados enquanto novos portadores do espírito militar.

No meio militar é comum o uso do termo “paisano” para se referir aos civis de forma depreciativa. A origem da palavra está no francês *paysan* (camponês, rústico) (Castro, 2021, p. 57). As inscrições nas paisagens, comunicam-se diretamente com a classe militar, e por consequência, afirmam sua superioridade em relação aos civis.

Sobre isso, Castro (2021, p. 61) reportando-se às entrevistas realizadas com alunos da AMAN, discorre:

A comparação entre o ensino na Academia e o ensino civil introduziu uma série de características diferenciais que se repetem num plano mais amplo entre “aqui dentro” e “lá fora”. A entonação da voz, clara e firme; o olhar direcionado para o horizonte, e não para baixo; uma postura correta, e não curvada; uma certa “densidade” corporal – tônus muscular, relação peso x altura equilibrada; uma noção rígida de higiene corporal – usar os cabelos curtos, o uniforme impecavelmente limpo, fazer a barba todos os dias (mesmo os imberbes); um linguajar próprio. Todos esses atributos físicos e comportamentais marcam uma fronteira entre militares e paisanos que é vigiada com o máximo de vigor na Aman, sendo a causa mais frequente de punições disciplinares.

O autor (Castro, 2021, p. 61-62) adiciona ainda outras camadas comparativas entre esses dois “mundos”, que podem servir como subsídio para o entendimento da organização espacial das áreas militares e dos respectivos significados de suas paisagens:

Um outra série – agora de atributos morais – reforça e amplia aquela fronteira: o senso de honestidade e “retidão” de caráter; a preocupação com causas “nobres e elevadas” – Pátria, Brasil (no Curso Básico, quando um oficial grita “Brasil”, os cadetes aprendem a contestar em uníssono: “Acima de tudo!”); o “espírito de renúncia” e o desapego a bens materiais; o respeito à ordem, à disciplina e à hierarquia são exemplos mais comumente citados pelos cadetes.

Uma última série de atributos diferenciais – que chamaria de “ambientais” ou “ecológicos” – apontam para uma vida militar ligada ao ar livre, saudável, mais natural; a convivência em autênticas “comunidades” militares e o contínuo deslocamento espacial, principalmente pelo interior – lócus de um Brasil “mais autêntico” e ao mesmo tempo “desconhecido” pela elite paisana.

Percebe-se o sucesso dessa estratégia de normalização da ideologia militar, quando parte da população civil, mesmo que em posição de extrema inferioridade nesse discurso, legitima determinadas práticas, inclusive no campo político, ao encarnar a classe militar como única honesta e capaz de ditar os rumos do país. Historicamente no Brasil, há uma tentativa em desvincular as Forças Armadas de qualquer conotação negativa, como a prática da corrupção, e no caso específico da Vila Militar, essas manifestações também precisam validar a necessidade da manutenção de tamanho aparato e corpo de servidores, mesmo numa nação sem a tradição de envolvimento em conflitos armados.

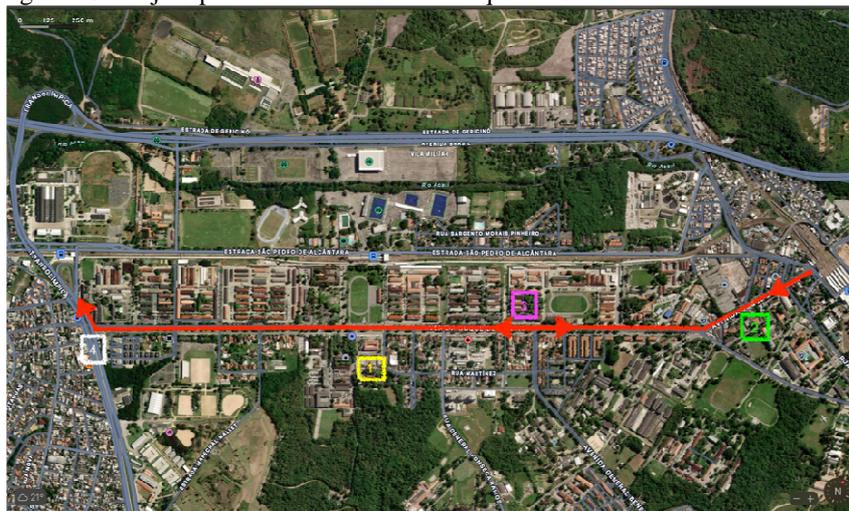
Sobre esse tipo de acontecimento, novamente Cosgrove (1989, p. 227) coloca que a introjeção dessa ideologia no discurso civil seria reflexo de uma estratégia que “é mais bem concretizada quando é menos visível, quando as suposições culturais do

grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum. Isso é chamado de *hegemonia cultural*”.

No decorrer do descanso que tenho nos pedais, por conta da ladeira que encerra a longa avenida percorrida, reflito sobre a exclusão que tal discurso provoca em mim. Por jamais ter sido militar e vivenciado esses ambientes, percebo que não sou o público-alvo dessas inscrições e que me encaixo como uma espécie de forasteiro neste espaço. Penso também sobre em que medida locais como aquele serviram de laboratório para forjar os rumos políticos que o país tomou nos últimos anos, em que o contraste entre grupos, tal qual o antagonismo entre “militares” e “paisanos” tornou-se prática recorrente.

### 2.2.3. Trecho 3: A Avenida Duque de Caxias

Figura 40: Trajeto percorrido na Avenida Duque de Caxias



Legenda: Vermelho – Trajeto e direções percorridas; Amarelo – Edifício da 1ª Divisão do Exército; Verde – Colégio Militar; Rosa – Batalhão de Infantaria Motorizada; Branco – Igreja São José.

Fonte: Apple Maps. Editado pelo autor, 2024.

A ladeira final da Avenida General Bedito da Silveira desemboca perpendicularmente no meio da Avenida Duque de Caxias, considerada o coração da Vila Militar e referência em seu projeto de construção (Figura 16). Ela se prolonga no sentido leste-oeste, paralelamente à linha férrea, cortando o bairro em toda a sua extensão. Projetada como um boulevard, conta com uma largura considerável para os padrões dessa região da cidade (Figura 41). O canteiro central arborizado divide o

trecho em que a circulação de veículos é permitida, ao lado da entrada dos batalhões, e a porção fechada para o uso exclusivo de pedestres, do lado residencial. É nessa última em que se realizam as atividades de lazer e desporto já citadas. Nesse espaço, o movimento de pessoas costuma ser considerável, sobretudo aos fins de tarde e nos finais de semana. Nele também se realizam cerimônias eventuais abertas ao público, como o desfile em homenagem à independência (Figura 42).

Figura 41: Fotografia aérea da Avenida Duque de Caxias em dia de desfile em homenagem à independência



Legenda: À direita: Trecho de circulação de veículos; À esquerda: Trecho restrito exclusivo de pedestres.

Fonte: Comando militar, 2023.

Figura 42: Desfile em homenagem à independência na Avenida Duque de Caxias



Fonte: Comando militar, 2023.

Chegar nessa avenida significa sentir de fato a materialização do projeto urbano implementado há mais de um século. Em ambos os lados é possível perceber a organização dos quarteirões, retilíneos e simetricamente separados, bem como as diferentes funções que cada terreno recebeu. Cosgrove (1989, p. 231), afirma que esse tipo de planejamento pode ser considerado como mais um reflexo das culturas dominantes, que reproduzem seus ideais geograficamente no espaço.

É instrutivo observar quão historicamente consistente tem sido o uso de formas racionais, geométricas, no plano das cidades: sistemas de vias em círculo, quadrado ou em tabuleiro de xadrez são recorrentes. Tal geometria é radicalmente diferente das curvas e ondulações da paisagem natural. Representam a razão humana, o *poder* do intelecto. A geometria euclidiana como base da forma urbana deve ser encontrada nos planos de cidades gregas, romanas, da Renascença, barrocas e vitorianas, mesmo na paisagem aparentemente benevolente do plano da cidade-jardim de Ebenezer Howard, assim como na forma chinesa, indiana e maia. Paisagens de cidades modernas são igualmente exercícios em geometria aplicada, quer estejamos considerando a Cidade Radiante de Le Corbusier ou os cubos de Manhattan ou a silhueta de edifícios contra o céu de Dallas.

Já Castro-Orellana (2024, p. 272), ao discorrer sobre as cidades hispano-americanas, atribui esse padrão urbanístico a efeitos muito mais contingenciais do que teóricos:

A quadrícula, nesse sentido, teria sido imposta, principalmente, por uma realidade que exigia uma distribuição ordenada e hierárquica de lotes e edificações. Tal organização espacial da cidade oferecia orientação, referências, estabilidade e segurança para uma comunidade incipiente e frágil que apenas começava a se desenvolver.

No caso da Vila Militar, como observado no capítulo 1, existia a exigência de ocupar um espaço rural e distante do núcleo central da cidade, que precisava ser ordenado segundo as necessidades de modernização do Exército naquele momento. Sendo assim, podemos interpretá-la como um ambiente que opera nos dois campos: simbolicamente como expressão de uma instituição que objetiva ser associada às ideias de ordem, disciplina, normas, padrões, estruturas, planejamento, dentre outras; e sob um ponto de vista prático, no qual seria mister a demanda para o funcionamento das tarefas do cotidiano do Exército, respeitando as funções de cada equipamento construído.

Dentro dessa dualidade, podemos enxergar essa grande avenida, em termos funcionais, como uma via que facilita a mobilização das tropas para outras áreas da cidade e aumenta o alcance das armas de fogo. Já no plano alegórico, o embelezamento da mesma, que conta com canteiro central arborizado, monumentos aos patronos do

Exército, rigorosa manutenção e cerimônias públicas periódicas, pode ser visto como uma tentativa de vinculação entre as qualidades da instituição que a administra e o rigor que caracteriza os seus cenários. Sobre isso, Cosgrove (1989, p. 232), complementa:

Tais paisagens simbólicas não são apenas afirmações estáticas, formais. Os valores culturais que elas celebram precisam ser ativamente reproduzidos para continuar a ter significado. Em grande parte, isso é realizado na vida diária pelo simples reconhecimento dos edifícios, nomes dos lugares etc. Mas frequentemente os valores inscritos na paisagem são reforçados por ritual público durante cerimônias maiores ou menores.

Em relação às nomenclaturas que marcam as toponímias do bairro, percebe-se uma exclusividade de homenagens a figuras do próprio Exército brasileiro em ruas e edifícios locais, ou segundo a própria instituição, são formas de “tributos a heróis não esquecidos” (Frazão, 2015). No caso específico da avenida principal, a escolha foi feita em honra do patrono máximo, Duque de Caxias. Segundo Castro (2002), o culto a Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), o Duque de Caxias, se iniciou em 1923, décadas após o seu falecimento, por iniciativa do então ministro do Exército, general Setembrino de Carvalho, que decidiu por criar na data do seu nascimento, em 25 de agosto, uma festa em sua homenagem. Apenas dois anos depois, essa data se tornou oficialmente o Dia do Soldado. Para Castro (2002, p. 17), “a transformação da festa de Caxias em festa do soldado servia para vincular, simbolicamente, uma categoria genérica – o soldado brasileiro – a seu guia”.

Caxias venceu uma “batalha de memórias” (Castro, 2002) contra Manuel Luís Osório (1808-1879), que até as primeiras décadas do século XX era tratado como o maior rosto do Exército brasileiro, ao ser reconhecido pelas massas por comandar a Batalha de Tuiuti, a maior da Guerra do Paraguai. Osório era visto como um grande guerreiro, enquanto Caxias era lembrado por ser um exímio comandante e articulador. As qualidades desse passaram a ser associadas à imagem de um soldado perfeito, física, intelectual e moralmente, capaz de superar todas as dificuldades com sua bravura e inteligência.

Tratado como herói, sua figura era como exemplo a ser seguido internamente no Exército, e externamente para a população brasileira. Seu nome foi frequentemente evocado como sinônimo de união, quando o governo tentava pacificar momentos de

convulsão social, tais como as Revoltas Tenentistas da década de 1920 e a Revolução de 1930. Sobre isso, Castro (2002, p. 21) discorre:

Em 1926, o comandante da 1ª Brigada do Exército, em ordem do dia, dizia que a cultura moral do soldado brasileiro deveria ser trabalhada não apenas individualmente pelo próprio soldado no dia-a-dia, mas também em consagrações coletivas, nas quais sua alma “vibre unissonamente na comunhão do mesmo pensamento”. A data escolhida para o Dia do Soldado correspondia ao nascimento daquele que foi o “protótipo das virtudes militares”. Mas não bastava lembrar Caxias em discursos: era preciso renovar anualmente, através de uma comemoração, o compromisso de seguir seu exemplo. Caxias aparece, nessa ordem do dia, como o “maior de nossos guerreiros”, quase um santo que os soldados deveriam evocar, “chamar em seu auxílio” nos momentos de perigo, de cansaço, de “crítica injusta que às vezes tenta desconhecer a respeitabilidade da “missão gloriosa” do Exército. Quando o soldado sentir menosprezo por parte dos civis, ou “quando a política vos quiser enlevar nas suas tramas enganosas procurando vos fazer crer não será perjúrio o quebramento dos deveres e da disciplina e o insurgimento contra as autoridades, não vos esqueçais de que Caxias, espelho da lealdade, não obstante ter militado na política, foi constantemente o baluarte inexpugnável da legalidade”.

Devido a grande extensão da referida avenida, decidimos subdividir essa parte do roteiro em três quadrantes menores, de forma a desenrolar melhor as cenas por ela vistas e os questionamentos que dela se desenrolaram.

#### 2.2.3.1. Residências e batalhões: Duas faces da mesma via

Ao virar a esquina para qualquer uma das direções da Avenida Duque de Caxias automaticamente se percorre a vertente fechada ao trânsito de veículos. Esse lado é preenchido majoritariamente por residências de variados tipos, todas elas destinando-se à moradia de militares pertencentes ao corpo permanente da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Entre edifícios plurifamiliares de arquitetura antiga (Figura 43) e cancelas que restringem o acesso a ruas internas de condomínios fechados, destacam-se nas paisagens os domicílios unifamiliares (Figura 44).

Figura 43: Edifício plurifamiliar na Avenida Duque de Caxias



Fonte: O autor, 2024.

Figura 44: Domicílio unifamiliar na Avenida Duque de Caxias



Fonte: O autor, 2024.

Segundo Bonates (2016, p. 119-120), a construção de casas destinadas a oficiais localizadas destacadamente no eixo central do projeto da Vila Militar, tinha como objetivo servir “enquanto veículos de representação de uma classe social emergente e que apoiava a modernização da instituição e do país, por conseguinte”. A autora ressalta, também (p. 123-124), que no início do século XX, os oficiais do Exército brasileiro compunham um grupo formado por profissionais liberais urbanos, juntamente

com médicos, educadores e engenheiros, que passaram a questionar o quadro político nacional, na época ainda comandado pela aristocracia agrária. Pautados pela ideologia positivista que preconizava o progresso e a renovação, eles precisavam ser representados fisicamente por construções modernas, higiênicas e confortáveis.

Construídas em terrenos que variavam de 180 a 260 m<sup>2</sup>, essas moradias incorporaram elementos arquitetônicos do padrão eclético francês e compunham “uma diversidade visual na geração de um bairro residencial de elevado padrão” (Bonates, 2016, p. 123). Atualmente elas chamam a atenção por estarem pintadas com cores vivas que remetem à bandeira do Brasil, e por seus muros baixos, diferentemente do que se encontra na maior parte da cidade. Devido ao intenso esquema de segurança do bairro, percebe-se que o temor à violência urbana seja nele combatido de outras formas, que não demandam ampliar o muramento.

Analisando a morfologia das residências militares da vizinhança, podemos perceber que elas variam tanto do ponto de vista arquitetônico quanto espacial. À despeito do período histórico em que foram construídas, comparativamente, moradias como as vistas na Vila Verde se diferenciam das presentes na Avenida Duque de Caxias pelo tipo de empreendimento, tendo em vista que no primeiro caso tratam-se de apartamentos e no segundo de casas. Isso se reflete no tamanho médio dos imóveis, que por sua vez influencia o número de cômodos disponíveis e no conforto oferecido aos seus moradores.

Ao examinarmos as Normas para Administração dos Próprios Nacionais Residenciais da EsAO, verificamos a existência de uma centralidade hierárquica na ocupação dos edifícios. Os domicílios mais nucleados na avenida principal, maiores em tamanho e detentores de uma arquitetura mais imponente destinam-se aos oficiais permanentes de mais alto escalão. Os oficiais alunos da escola, que estão servindo na cidade de forma temporária, por sua vez, ficam alocados em avenidas próximas, tal qual na já apresentada Vila Verde. Já os sargentos são destinados a moradias no lado oposto da linha férrea, na estrada São Pedro de Alcântara, ou na Vila dos Tratadores, condomínio construído para os Jogos Olímpicos de 2016 e localizado numa das extremidades da própria Avenida Duque de Caxias.

Dessa forma, ao concebermos a referida avenida como o centro de fato da Vila Militar, constatamos que a rígida hierarquia organizacional do Exército é traduzida espacialmente numa forma de segregação zonal que aloca as residências do diferentes

cargos numa relação diretamente proporcional entre o grau de importância da patente que o profissional ocupa dentro da instituição e a distância para o núcleo do bairro.

Ao abordar a configuração da hierarquia do Exército, Rosa (2007, p. 168-169) elenca três classes que se diferenciariam aos olhos da instituição segundo o grau de capital econômico e cultural que cada uma acumula. As classes dominantes ou superiores seriam compostas pelo círculo de oficiais, capazes de impor as regras e tomar as decisões; as classes intermediárias ou médias seriam integradas pelos sargentos; e as classes dominadas ou populares, compostas por cabos e soldados, constituem a base da pirâmide hierárquica organizacional. Ressaltamos que essa última não dispõe de espaços próprios para moradias na Vila Militar, sendo os combatentes alocados em alojamentos no interior dos batalhões.

Para efeito de comparação, Rosa (2007, p. 171-172) faz um paralelo entre a hierarquia militar e uma diferenciação clássica de postos de trabalho no meio civil:

Tomando o capital cultural como elemento de comparação, os oficiais estariam no mesmo patamar hierárquico que os profissionais de nível superior das empresas públicas e privadas do mundo civil; os sargentos se comparavam aos profissionais de nível técnico e os soldados às funções auxiliares de baixa escolaridade.

Outra forma de diferenciação típica no contexto interno do Exército brasileiro refere-se à separação dos profissionais por variadas Armas (especialidades), cada qual detentora de diferentes atributos e objetivos. Elas são divididas em: Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Intendência, Comunicações e Material Bélico. Na Avenida Duque de Caxias estão localizados batalhões de algumas dessas categorias, que possuem suas entradas na calçada oposta a das residências, local em que é permitido tráfego normal de veículos.

Castro (2021) afirma que a escolha por ingressar em determinada especialidade é feita precocemente pelos aspirantes a oficiais. Os cadetes tem de optar de forma definitiva, ainda no início do segundo, dos quatro anos de formação na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), e por isso precisam se encaixar num corpo de características particulares, tendo em vista que cada Arma possui um espírito próprio. Segundo o autor (2021, p. 80):

Os *espíritos das Armas* compõem um sistema classificatório que estabelece uma homologia entre as características pessoais exigidas pelas diferentes “missões” (isto é, tarefas) de cada Arma numa situação de *combate* – as

“atividades-fim” – e os diferentes padrões de conduta e personalidade mantidos na situação de não combate, no cotidiano. As características exigidas no combate certamente correspondem a exigências táticas, práticas. Mas elas também são utilizadas [...] para, numa outra ordem de realidade, produzir significação, cultura. Temos então uma espécie de “totemismo” no qual os membros de cada Arma compartilham entre si regras de conduta mais ou menos obrigatórias e um estoque de símbolos comuns (emblemas, canções, motes, patronos, etc.) relacionados ao espírito da Arma.

Duas das Armas tidas como das mais tradicionais do Exército possuem batalhões na Avenida Duque de Caxias: a Infantaria e a Cavalaria. A primeira é reconhecida pelo combate corpo a corpo no campo de batalha. O elevado risco de suas atividades lhe atribui um caráter heroico, e a dificuldade devido a necessidade de constantes deslocamentos a pé exige um alto grau de preparo físico de seus combatentes. Por outro lado, esses são vistos internamente como indivíduos mais rústicos e com menor aptidão para os estudos (Castro, 2021, p. 92).

Considerada a arma mais antiga do Exército, a Infantaria tem as cores verde e branco como referência, fato que pode ser visualizado na pintura dos Regimentos Avaí, Sampaio e no Batalhão de Infantaria Motorizada – REI (Figura 45), presentes na localidade. Em seus portões podem ser encontrados canhões de combate leve e anti-tanque (Figura 46) datados da década de 1940 e usados na 2ª Guerra Mundial. Eles caracterizam os tipos de artefato que as tropas dessa especialidade utilizam em solo. Na frente ao Regimento Sampaio está situado um busto do patrono da Arma, Antônio Sampaio (Figura 47), que é tratado internamente como exímio guerreiro, por não possuir formação de oficial dada sua origem humilde. Galgou os postos da carreira devido ao sucesso em muitos confrontos, e morreu ferido durante a batalha de Tuiuti, na Guerra do Paraguai.

Figura 45: Batalhão de Infantaria Motorizada - REI



Fonte: O autor, 2024.

Figura 46: Canhão anti-tanque exposto na porta do Regimento Avaí



Fonte: O autor, 2024.

Figura 47: Busto de Antônio Sampaio - Patrono da Infantaria



Fonte: O autor, 2024.

Já a Cavalaria tem a função de atuar pelos flancos no campo de batalha, abrindo brechas na linha do oponente, de modo a favorecer a passagem da Infantaria. Seu trabalho é tão perigoso quanto o da primeira por igualmente estar no *front* de batalha, porém com a vantagem de usar veículos blindados de forma mais recorrente (historicamente eram cavalos). Dada a necessidade de movimentação com velocidade em combate, seus representantes precisam ser rápidos e destemidos (Castro, 2021, p. 85).

As cores de referência da Cavalaria são o vermelho e branco, tal como se observa no detalhamento dos edifícios dos Regimentos Andrade Neves (Figura 48) e General Pitaluga. O patrono da Arma, Manuel Luís Osório também possui um busto na calçada que divide as vias (Figura 49). Como já visto, Osório foi derrotado na “batalha de memórias” (Castro, 2002) por Duque de Caxias como grande nome do Exército. Para a Cavalaria, entretanto, suas qualidades enquanto guerreiro e líder carismático, são de exímia importância para a manutenção do espírito da especialidade.

Figura 48: Regimento Andrade Neves



Fonte: O autor, 2024.

Figura 49: Busto de Manuel Luís Osório - Patrono da Cavalaria



Fonte: O autor, 2024.

Ambos os bustos fotografados estão localizados de frente para a entrada dos Regimentos, como se estivessem guardando suas dependências. Sua posição e visibilidade para todos que entram e saem dos edifícios buscam evocar a tradição

correspondente às suas respectivas Armas, à medida que as figuras homenageadas trazem consigo uma série de códigos e significados atreladas às características valorizadas e que devem ser seguidas por todos os indivíduos que decidiram por seguir naquela especialidade. Ao discutir sobre a localização de monumentos, Corrêa (2005) afirma:

A despeito dos templos terem a visibilidade e acessibilidade garantidos em virtude de suas dimensões e do poder de atração que exercem sobre os fiéis, a localização, especialmente, para os demais monumentos, é de fundamental importância, pois a visibilidade e acessibilidade maximizadas garantem a maximização da capacidade de comunicar aquilo que deles se espera. Mas a localização representa muito mais do que visibilidade e acessibilidade. Além de seu caráter absoluto, referente ao sítio do monumento, e de seu caráter relativo, referente à acessibilidade face aos espaços sociais e econômicos da cidade, a localização apresenta um caráter relacional, que inclui os significados que foram construídos a seu respeito pelos diversos grupos sociais. Este é um ponto importante porque o monumento pode incorporar os significados já atribuídos à sua localização. Ao mesmo tempo, esses significados, em razão da presença de um dado monumento, podem ser fortalecidos, ampliando o potencial simbólico do lugar. Inversamente, a localização de um monumento pode minimizar ou reverter os significados atribuídos ao lugar, estabelecendo-se uma ambiguidade locacional. Assim, a localização é parte integrante do planejamento de um monumento, seja templo ou não.

Outro ponto importante debatido por Corrêa (2005) refere-se à escala dos monumentos, no sentido de dimensão absoluta, altura, volume, área ocupada e afins. Percebe-se na Vila Militar uma preocupação em manter uma espécie de proporcionalidade entre os bustos nela encontrados. Tanto os dois fotografados, quanto outros distribuídos por variados espaços do bairro parecem possuir as mesmas dimensões e são expostos em situações semelhantes. Podemos presumir, para além de uma tentativa de padronização que marca a vizinhança, um esforço em igualar o valor de diferentes nomes na história do Exército brasileiro, mostrando que cada um contribuiu de maneira relevante para a instituição em ocasiões distintas.

Corrêa (2005) enfatiza que “os monumentos não são apenas objetos estéticos. São intencionalmente dotados de sentido político, capazes de condensar complexos significados em torno de valores e práticas...”. Por serem fixos e estarem expostos, eles são mais acessíveis à população do que os textos, possuindo a competência de comunicar as mensagens que dele se esperam. “Apresentam, assim, forte potencial para perpetuar antigas tradições, fazer parecer antigo o que é novo e representar valores que são passados como se fossem de todos”. Como parte integrante dos cenários urbanos, eles são:

Dotados de alcance espacial limitado face aos modernos meios eletrônicos de comunicação que instantânea e simultaneamente produzem imagens impregnadas de intenções, no entanto, os monumentos tem um papel fundamental na criação e permanência de determinadas paisagens urbanas, impregnando lugares de valor estético e simbólico. As paisagens e os lugares são parte da espacialidade dos monumentos.

#### 2.2.3.2. Eixo Central: Memórias evocadas e apagadas

A porção central da Avenida Duque de Caxias merece atenção especial na questão do enquadramento enquanto espaço de memória, por possuir elementos visuais específicos que buscam comunicar mensagens ideológicas, por vezes capazes de modelar o imaginário social. Nesse recorte da via, as residências militares dão lugar a edifícios grandiosos e de arquitetura monumental: O Hospital Geral do Exército, o complexo da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e o prédio onde está situada a 1ª Divisão do Exército (Figura 50).

Essa última pode ser considerada o grande centro decisório da Vila Militar. Concebida desde o projeto original do bairro para tal função, possui localização estratégica em frente a estação ferroviária. Destaca-se por abarcar diversos grupamentos e brigadas, que atualmente agrega mais de 12 mil militares, divididos por três estados da federação. Desde 1969 foi denominada de Divisão Mascarenhas de Moraes em homenagem ao comandante da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, formada para combater na 2ª Guerra Mundial e que teve a sua sede na Vila Militar. A maior parte das unidades que partiram para o conflito se concentrou na região antes de rumar em direção à Itália. Por esses motivos, o local é considerado como o berço da Força Expedicionária Brasileira (FEB)<sup>8</sup>. O espaço recebeu, também, o Centro Integrado de Operações Conjuntas, por ocasião da realização dos Jogos Mundiais Militares em 2011. Esse destina-se a monitorar a Vila e a cidade como um todo, através de sistemas de câmeras e *softwares* (Davies, 2017, p. 107)

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.1de.eb.mil.br/historico-da-1-de>. Acesso em 15 de set. de 2024.

Figura 50: Edifício da 1ª Divisão do Exército



Fonte: O autor, 2024.

Tendo isso em mente, os principais marcadores visuais do edifício fazem referência aos combates enfrentados pelas tropas brasileiras na Europa entre 1944 e 1945. Posicionado na parte superior do terreno, o edifício ainda conta com a sua fachada original preservada. Ele é acessado por meio de uma escadaria ou de rampas que se prolongam em duas direções. Essas são ornamentadas com palmeiras nas extremidades e um mastro contendo a bandeira do Brasil hasteada ao centro. Nas escadas, por sua vez, está situado um busto de Mascarenhas de Moraes e nos gramados ao seu redor, existem esculturas coloridas, entalhadas em cimento, que representam a “Conquista do Monte Castelo” (Figura 51) e a “Vitória em Montese”, dois dos maiores feitos da participação brasileira no confronto. Na calçada oposta ao edifício, atualmente encontrasse exposto um *outdoor* em alusão aos 80 anos do início das operações da FEB na Itália, completados em 2024 (Figura 52).

Figura 51: Pannel em referência à conquista do Monte Castelo



Fonte: O autor, 2024.

Figura 52: *Outdoor* comemorativo aos 80 anos das operações da Força Expedicionária Brasileira

Fonte: O autor, 2024.

Usando o edifício da 1ª Divisão do Exército como exemplo, podemos perceber uma mudança de paradigma na forma como as paisagens do bairro foram tratadas ao longo do tempo. Se na época da sua construção, no início do século XX, a finalidade do projeto era demonstrar a profissionalização da instituição, em conjunto com a implementação de um empreendimento moderno e preparado para o futuro, atualmente

constatamos uma tentativa em preservar tradições e referências históricas que sejam cruciais para a propagação da aparência que o Exército visa difundir de si mesmo.

Ao comentar sobre a preservação da memória das cidades brasileiras, Abreu (1998, p. 80-81) afirma que os projetos modernizadores implementados entre o final do século XIX e o início do século XX, fundamentaram-se na esperança de um futuro melhor e na rejeição do passado, e na crença da abolição dos seus vestígios. “Olhou-se para o passado apenas para cimentar a identidade nacional, que então estava sendo forjada”. Atualmente, entretanto, o passado é revalorizado e a preservação das paisagens urbanas anteriores é um objetivo que vem sendo seguido por inúmeros agentes.

No caso da Vila Militar, o agente interessado é o Exército brasileiro, e seu objetivo, como visto, é a propagação de tradições que sejam de seu interesse. Sobre isso, Abreu (1998, p. 86) discorre:

[...] as classes mais poderosas não apenas construíram objetos mais duráveis, como foram também as criadoras das próprias instituições de memória, não raro estabelecidas exatamente para guardar as lembranças que aqueles que as instituíram consideravam importantes. Por essa razão, os documentos que se encontram nessas instituições, e que são também invariavelmente utilizados como fontes ou atestados de “memória urbana”, são, eles também, expressões de poder.

Duncan (1990, p. 121) alerta para o fato de que o significado dessas histórias é disputado por diferentes audiências, em momentos históricos distintos. Corrêa (2005) corrobora com essa visão ao relatar a ambiguidade desses cenários e das memórias que eles evocam. Ele afirma que a plurivocalidade dos ambientes opõe celebração e contestação, sendo o reflexo de leituras distintas de uma mesma forma material. Os sentimentos são abertos para serem traduzidos de forma cognitiva para assuntos que tenham conteúdo histórico e lugar definido. Duncan e Duncan (2010, p. 242) afirmam que “as paisagens são usadas como ‘teatro de memórias’... em outras palavras, espaços imaginados que podem abrigar imagens, desejos, memórias coletivas e ideologias”. Sua concretude permite que sejam experienciadas de forma prática, naturalizante, desarticulada ou conflituosa, seja na esfera privada ou coletiva.

A memória pode se traduzir em diversas sensações construídas ao longo da vida. Desejos pessoais, experiências familiares e valores culturais, são algumas das lembranças relacionadas ao contato com determinadas paisagens. As recordações, por sua vez, podem ser respostas emocionais desencadeadas não apenas pela dimensão

visual dos cenários, mas também pelos outros sentidos ali despertados. “Os cheiros e sons dos lugares, assim como as paisagens visuais podem prover essa densidade e desencadear respostas emocionais para e através dos lugares.” (Duncan e Duncan, 2010, p. 243).

Em oposição a celebração das narrativas oficiais do Exército sobre a sua própria história, muitas vezes são negadas versões de grupos que foram subjugados ao longo dessa trajetória. Durante o período ditatorial que vigorou entre 1964 e 1985 no país, alguns dos batalhões do bairro foram palco para prisões arbitrárias e torturas de opositores do regime. Uma reportagem do portal Uol de 03/08/2016 (Bertolotto, 2016), nas vésperas do início dos Jogos Olímpicos do mesmo ano, auxilia no esclarecimento do tema:

A Vila Militar serviu de prisão para dezenas de opositores nas unidades que formam o maior complexo bélico do Brasil, mas o quartel mais temido era o da 1ª Companhia de Polícia do Exército. Quem for às disputadas de lá e só olhar para um prédio baixo, logo à esquerda da entrada do público no Parque Olímpico. Lá era o centro de tortura, onde aconteciam inclusive aulas práticas de técnicas usando pau-de-arara, choques elétricos, palmatórias e latas abertas, segundo o relatório final das investigações.

O levantamento da comissão apontou a morte de, pelo menos, três opositores após sessões de tortura por lá. Um deles foi o estudante de medicina Chael Charles Schreier, integrante do VAR-Palmares (mesmo grupo da presidente afastada, Dilma Rousseff). Outro foi Lourenço Camelo de Mesquita, filiado ao Partido Comunista Brasileiro. O terceiro foi Severino Viana Colou, um dos fundadores da guerrilha Colina (Comando de Libertação Nacional). Oficialmente, eles se suicidaram no cativeiro.

A mesma reportagem, narra ainda a visita de uma diligência da Comissão da Verdade, acompanhada de quatro sobreviventes dos episódios de tortura, ao local em 2014. Apesar das reformas e de uma grande mudança na infraestrutura dos edifícios, foi possível para algumas testemunhas reconhecer determinadas referências visuais no espaço. As Forças Armadas, por sua vez, mantém a posição oficial de negar os fatos e ocultar evidências. Nem mesmo o Estado brasileiro, após a redemocratização, reconhece formalmente os eventos ocorridos.

Comparando os dois casos, constatamos o antagonismo acerca dos sentidos produzidos pela memória de determinados cenários. O poder dominante tentará sempre impor um significado único e oficial que lhe favoreça. Todavia, essa finalidade é impossível de ser atingida, tendo em vista a instabilidade com que essas paisagens são lidas, fruto da contestação produzida por interpretações distintas, nos cerne dos mais variados grupos sociais.

Entre a sede da 1ª Divisão do Exército e a estação ferroviária, existe uma grande área descampada, em que se encontram uma praça e um campo. A praça denominada de Marechal Hermes possui um busto do homenageado localizado em posição central. Nela, existem quadras poliesportivas e aparelhos para a prática de ginástica. Destaca-se também a presença de um pequeno coreto em seu interior (Figura 53). Atrás da praça está situada a Escola Municipal Rosa da Fonseca, que homenageia a mãe do proclamador da república Marechal Deodoro da Fonseca, e portanto, avó de Hermes da Fonseca. Inaugurada em 1913, a escola ocupa o atual prédio desde 1955, e oferece seus serviços de forma desvinculada do Exército, por ser administrada pela prefeitura da cidade (Frazão, 2015).

Já o campo constitui-se de um espaço recoberto por grama, em que se realizam cerimônias, tais como formaturas, apresentações e competições esportivas. Ele foi cenário para o hasteamento dos pavilhões nacionais das delegações participantes dos Jogos Mundiais Militares de 2011. O mesmo é assistido por uma arquibancada metálica, que possui grande bagagem histórica (Figura 54). Originalmente instalada no antigo Derby Club do Rio de Janeiro, localizado no atual bairro do Maracanã, foi transferida para a Vila Militar na década de 1950, tempos após a desativação total daquele local e da construção do Jockey Club da Gávea (Frazão, 2015). Desse campo, é possível também, visualizar o prédio histórico que faz parte da estação de trem da Vila Militar.

Figura 53: Coreto da Praça Marechal Hermes



Fonte: O autor, 2024.

Figura 54: Arquibancada do campo da Vila Militar



Fonte: O autor, 2024.

Atrás da arquibancada, no caminho que liga à Avenida Duque de Caxias às estações de trem e BRT do bairro, encontra-se um muro de 230 metros de extensão, decorado por um projeto denominado “Corredor Cultural Exército Contemporâneo” (Figura 55). Esse consiste em murais, pintados por integrantes do próprio Exército, que visam retratar as diversas atividades por eles realizadas nos mais variados pontos do território brasileiro. Como forma de exaltar a importância do cumprimento de suas missões constitucionais, são demonstradas de forma artística, por exemplo, a ocorrência de operações em distintos biomas nacionais, as atribuições das múltiplas Armas da instituição, as diferentes funções empreendidas pelos combatentes, a prática de esportes, a valorização da natureza, a interação com as comunidades locais, dentre outros.

Figura 55: Murais do Corredor Cultural do Exército Contemporâneo



Fonte: O autor, 2024.

Observando os murais, percebo nos mesmos, a quase completa inexistência da representação de mulheres. Exceção feita a presença da pintura de médicas e desportistas, todos os demais elementos militares retratados são do sexo masculino. Esse corredor cultural funciona como um compêndio de todas as paisagens vistas até aqui. Nelas predominam narrativas masculinas que versam sobre bravura, heroísmo, camaradagem, abnegação, disciplina, tradição e etc. Nessas histórias as mulheres costumeiramente são tratadas como acessórios, quando não, totalmente apagadas.

Tal percepção dialoga com a cronologia excludente do Exército brasileiro para com o sexo feminino. A primeira iniciativa a envolver a participação de mulheres na instituição data da 2ª Guerra Mundial, quando as Forças Expedicionárias Brasileiras criaram um Batalhão de Saúde que incluiu 67 enfermeiras voluntárias. Estas foram enviadas à Itália juntamente com as tropas nacionais, e serviram em hospitais de forma integrada a equipes estadunidenses. Mesmo com o sucesso da iniciativa, o contingente feminino foi desmobilizado após o fim do conflito (Rosa, 2007, p. 230).

Esse primeiro contato entre as mulheres e o Exército brasileiro produziu um duplo resultado. Por um lado, reconheceu a competência do gênero para a instituição e rompeu com a visão tradicional que vinculava as mulheres exclusivamente a funções da esfera doméstica, abrindo caminhos para projetos posteriores e contribuindo para o aumento da participação feminina na sociedade como um todo. Por outro lado, foi exageradamente associada à imagem materna, que deveria estar presente no campo de

batalha para cuidar dos filhos e maridos, fazendo parte de uma vocação natural do gênero, que estaria sempre subordinado aos interesses masculinos (Rosa, 2007, p. 231).

Dessa forma, os movimentos realizados nas décadas seguintes mantinham as mulheres em papéis secundários nas Forças Armadas, desempenhando sobretudo funções que não exigissem grande esforço físico ou o uso da violência. Essas eram vistas como exclusivas para os homens, dada a pretensa incompatibilidade do chamado “sexo frágil” para determinadas tarefas. A abertura com restrições ao sexo feminino, ocorre paulatinamente nas Forças Armadas, iniciada pela Marinha em 1980, seguida pela Aeronáutica em 1982, e, por último, pelo Exército somente em 1992, quando abre a primeira turma de oficiais com 29 mulheres que ingressaram na Escola de Administração do Exército (EsAEx) (Rosa, 2007, p. 233).

Seguindo a tendência da emancipação feminina na sociedade civil observada nas últimas décadas e da proposta da Constituição Federal de 1988, que preconiza a igualdade dos direitos entre os cidadãos brasileiros, o Exército abre espaço para mulheres na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2018. Com apenas 10% das vagas totais do concurso de admissão e limitação na escolha das Armas no decorrer do curso – Somente são permitidas a elas a escolha entre as carreiras de Material Bélico, Intendência e Comunicações, estando vedada a participação em Armas mais tradicionais como Infantaria e Cavalaria – foi a primeira vez em que mulheres puderam ter a chance de se tornar Oficiais combatentes e galgar ao posto de General na instituição<sup>9</sup>.

Outra mudança nesse sentido, refere-se a permissão para o alistamento militar feminino a partir de 2025. Limitado a 1500 vagas nacionalmente, a depender da disponibilidade nas diferentes Forças, a resolução apresenta regras similares a dos homens, quando estes completam 18 anos de idade. A maior diferença reside no fato de que para as mulheres o programa tem caráter voluntário, enquanto para os homens permanece obrigatório<sup>10</sup>.

Apesar dos avanços constatados, todas essas resoluções possuem algum tipo de limitação ou impedimento para com as mulheres. Rosa (2007, p. 5) afirma que a estrutura histórica do Exército foi construída por homens e para os homens, sendo esse

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/pela-primeira-vez-mulheres-passam-a-integrar-turma-de-cadetes-na-aman.ghtml>. Acesso em: 2 de outubro de 2024.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/inedito-no-brasil-alistamento-militar-feminino-tera-inicio-em-2025>. Acesso em: 2 de outubro de 2024.

espaço até hoje privilegiado para a representação da masculinidade, onde ela alcança o seu ápice de por meio de jogos viris, e pela reprodução do imaginário social que atribui à instituição a qualidade de ser um lugar em que meninos tornam-se homens.

As mulheres que conseguem adentrar nesse ambiente deparam-se com estruturas consolidadas, que muitas vezes são contrastantes com suas próprias características. Resta a elas, o desenvolvimento de habilidades mentais e corporais que as façam ser reconhecidas como integrantes da instituição. Rosa (2007, p. 6) ressalta a violência simbólica dessa transformação:

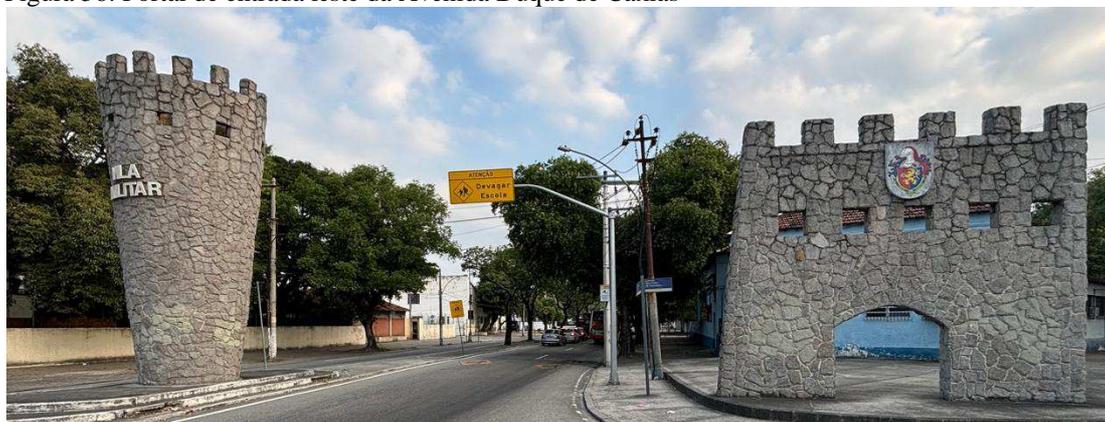
De forma homóloga, a mulher é vista como um estrangeiro que deve aprender um novo idioma, uma nova forma de expressão verbal e corporal, assumindo o olhar do *outro* para que possa se movimentar no novo espaço. Todavia, assumir esse olhar não resulta necessariamente numa igualdade de tratamento e reconhecimento. Pois mesmo falando o idioma e se portando de forma similar, será sempre um estrangeiro (mulher). Ou seja, está incluída *materialmente* (porque usa a mesma farda, está sujeita ao mesmo regulamento e recebe a mesma remuneração), mas excluída *simbolicamente* (porque não participa dos jogos viris, não desfruta do mesmo prestígio, nem da mesma autoridade). Ademais, segue também a resistência dos nativos (homens) à sua presença. As consequências disso refletem-se nas relações de trabalho no cotidiano, cuja feminilidade está exposta às duas formas predominantes de segregação profissional: a *vertical*, que se limita a ascensão delas ao topo da carreira e a *horizontal*, que restringe a ocupação de funções de prestígio, especialmente àquelas de comando.

Na Vila Militar esse caráter secundário das mulheres pode ser comprovado devido a sua quase ausência em qualquer tipo de representação nas paisagens do bairro. As que existem, reforçam o papel de apoio em atividades meio, como as médicas e enfermeiras pintadas nos murais, ou mesmo como mães de importantes figuras masculinas, tal qual a homenagem a Rosa da Fonseca, considerada a progenitora de uma linhagem importante de homens que vieram a ter grande participação na vida do Exército e do país. Nesse sentido, constata-se que ainda hoje predomina na instituição uma visão dicotômica entres os gêneros, em que os homens são vistos como guerreiros e protetores, enquanto as mulheres são tidas como aquelas que dão a luz e preservam a vida, sendo portanto, incapaz de tirá-la (Rosa, 2007, p. 2).

### 2.2.3.3. Extremos Leste e Oeste: Semelhanças e Complementaridades

Partindo desse ponto para os trechos finais da Avenida Duque de Caxias, abordarei seus dois extremos de forma conjunta, pois ambos possuem certas semelhanças. Tanto a vertente leste quanto a vertente oeste da via são demarcadas por portais históricos, que anunciam a entrada em área militar. Talhados em pedra, sua aparência remete a torres defensivas de castelos medievais (Figura 56). Nos dois sentidos, a avenida desemboca em viadutos que compõem as estações de trem dos bairros vizinhos: Deodoro à leste e Magalhães Bastos à oeste.

Figura 56: Portal de entrada leste da Avenida Duque de Caxias



Fonte: O autor, 2024.

Esses extremos caracterizam-se também por alocarem atividades não necessariamente militares, mas complementares para aqueles que residem, trabalham ou simplesmente transitam por esse espaço, tais como comércio e serviços. Estão presentes agências dos bancos Itaú, Bradesco, Santander e Caixa Econômica Federal, além de uma academia e algumas lojas de produtos militares, como alfaiatarias e fornecedoras de artigos para o desempenho das funções em campo, a exemplo de fardas, coturnos, cantis ou ferramentas (Figura 57).

Woodward enfatiza a importância de buscar as marcas das atividades militares em outros espaços, ao reconhecer que essas têm o poder de impactar na política, na economia ou mesmo na cultura dos arredores. Nesse caso em específico, elas “fornecem uma contribuição substancial para a economia local, em termos de oferecer oportunidades de empregos para a população civil e um mercado para bens e serviços fora das bases” (Woodward, 2005, p. 11).

Figura 57: Comércio especializado em artigos militares no extremo oeste da Avenida Duque de Caxias



Fonte: O autor, 2024.

A vertente leste, particularmente, possui uma concentração de atividades educacionais num curto perímetro. Faz parte do cotidiano dessas paisagens, a presença de estudantes uniformizados transitando pela região. Nela estão situadas três escolas municipais, que não possuem vínculo com o Exército: Marechal Mascarenhas de Moraes, Engenheiro Lafayette de Andrade e Frei Orlando. Em 2023 foi inaugurado um Colégio Militar nas dependências da Escola de Sargentos de Logística (EsSLog), trazendo para o bairro mais uma das marcas da reprodução cultural da instituição.

O primeiro Colégio Militar do Brasil foi criado em 1888, no Rio de Janeiro, por intermédio das articulações do então Ministro da Guerra, Thomaz José Coelho de Almeida, que se baseou nos planos de Duque de Caxias, falecido anos antes. Inspirado em modelos europeus, teve inicialmente caráter assistencialista, por abrigar os órfãos e filhos dos inválidos da Guerra do Paraguai (Viana, 2002).

Nas décadas seguintes, o colégio ganha notoriedade devido ao sucesso profissional de ex-alunos da instituição no meio civil e militar “[...] reconhecido, na época pela aprovação de alunos em escolas militares e ingresso com facilidade nas escolas politécnicas” (Viana, 2002, p. 5), criando uma imagem positiva para a instituição que decide estender esse projeto para outras localidades do país.

Atualmente 15 unidades compõem o Sistema Colégio Militar do Brasil. Localizados majoritariamente em capitais – O Rio de Janeiro é a única cidade que sedia 2 unidades – tem como finalidade atender ao Ensino preparatório para concursos das

Forças Armadas e assistencial, pautado em valores como a hierarquia e a disciplina<sup>11</sup>. Suas vagas são destinadas a dependentes de militares, que participam de sorteio, no caso da demanda superar o número de vagas disponibilizadas, e a civis, que concorrem por meio de processo seletivo.

Por mais que não garanta nenhum tipo de continuidade no Exército aos alunos, para além do ensino básico, o colégio funciona como um reprodutor de boa parte das tradições da instituição. Os estudantes lidam diretamente com militares de diferentes patentes em serviço e precisam se adaptar a rígidas normas de convivência em suas dependências. O uso do uniforme que remete a uma farda, e o aprendizado, ao longo das séries, de diferentes datas, símbolos e rituais do Exército, são outros exemplos da inserção que a escola proporciona no meio militar.

A localização na Vila Militar visa atender a uma demanda antiga dos militares que servem na região, dada a grande distância que seus filhos tinham que percorrer até o colégio original, localizado no bairro da Tijuca. Os alunos que ainda estudam nesta unidade, precisam tomar um ônibus do Exército que parte rumo ao bairro da zona norte, às 5 da manhã e retorna somente às 14 horas, o que torna o processo desgastante (Pinto, 2016, p. 75).

Os trechos finais da Avenida Duque de Caxias concentram também estabelecimentos religiosos. Na vertente leste situam-se um Centro Espírita, uma Igreja Evangélica e uma Igreja Católica. As duas últimas encontram-se sob responsabilidade de capelães militares – pastor e padre aprovados em concurso público e que fazem parte da estrutura organizacional do Exército – reportando-se hierarquicamente à 1ª Divisão do Exército (Pinto, 2016, p. 71). A Igreja Católica Matriz de São Sebastião da Vila Militar (Figura 58) foi fruto de um pleito dos primeiros moradores da região, que tiveram seus desejos atendidos em 1909, com a cessão de dois prédios pertencentes à antiga fábrica de tecidos, então ali instalada. Desde 1946 o prédio está na localização atual, possuindo a mesma configuração arquitetônica (Frazão, 2015).

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.depa.eb.mil.br/sistema-colegio-militar-do-brasil>. Acesso em: 8 de outubro de 2024.

Figura 58: Igreja Matriz de São Sebastião da Vila Militar



Fonte: O autor, 2024.

No extremo oeste da via localiza-se outro santuário católico, a Igreja São José. Construída em 1922, foi resultado dos esforços dos moradores da Vila São José, atual bairro de Magalhães Bastos. Esse era composto por construtores civis que fizeram parte das obras da Vila Militar, majoritariamente migrantes nordestinos ou portugueses e espanhóis (Davies, 2017).

Ocupando um terreno de grandes proporções, o edifício da igreja ficou estrangulado por dois empreendimentos que surgiram para atender os Jogos Olímpicos de 2016. De um lado, foi construído o conjunto residencial conhecido como Vila dos Tratadores, temporariamente destinado aos cuidadores de animais que participaram dos Jogos nas modalidades hípicas. Atualmente os 72 apartamentos, divididos em 3 blocos de 6 andares fazem parte do PNR 2 (Próprios Nacionais Residenciais 2), que tem como função abrigar parte dos sargentos em serviço na região. Do outro lado foram construídas edificações para a passagem do viaduto da Transolímpica, via expressa que liga os bairros da Barra da Tijuca e Deodoro, que tiveram grande importância durante as competições. Tais obras provocaram a demolição do salão paroquial da igreja, em 2015, após intensas negociações entre moradores, a prefeitura da cidade e diversas instâncias do Exército (Davies, 2017).

No ponto em frente a Igreja São José localiza-se um estacionamento usado tanto por frequentadores do santuário quanto por pessoas que usam a Avenida Duque de Caxias como área de lazer. Por se tratar do final da referida via, ele, também, é

tradicionalmente um ponto de encontro e descanso para aqueles que completaram seu circuito, e dentro de um curto espaço de tempo, farão o caminho inverso. Num ambiente marcado, majoritariamente por altas temperaturas, a construção da Transolímpica, criou involuntariamente uma grande sombra na área, o que reforçou o seu caráter como local de parada (Figura 59).

Figura 59: Vista da Avenida Duque de Caxias por baixo do viaduto da Transolímpica



Legenda: À direita a entrada da Igreja São José e da Vila dos Tratadores.  
Fonte: O autor, 2024.

Igualmente, é um bom ângulo de observação das dinâmicas que nele transcorrem. Ali podemos visualizar o trabalho da patrulha que faz a checagem dos veículos que adentram ao bairro, vindos de Magalhães Bastos. Podemos perceber que além do grupamento que se mantém fixo, duplas de soldados fazem rondas periódicas, deslocando-se pela avenida em movimento repetido e bem marcado, mostrando um trabalho prévio de delimitação entre o início e o fim do raio de cobertura de cada dupla.

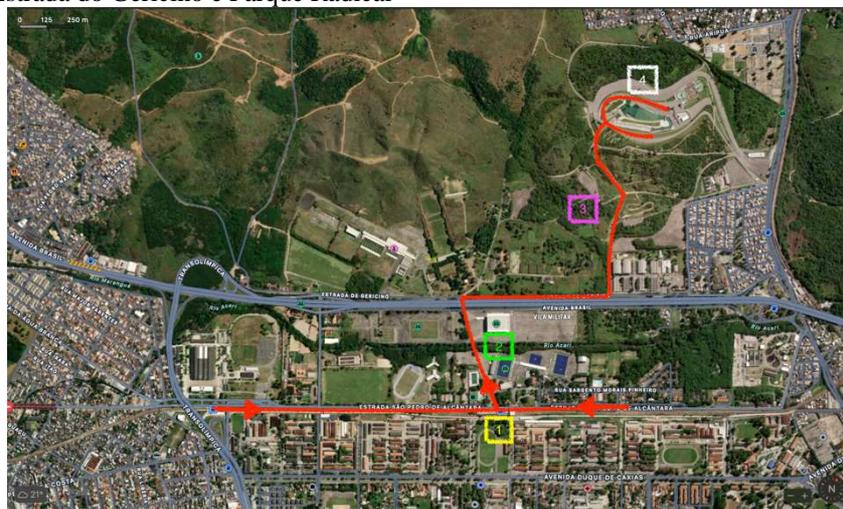
A frequência local é típica de áreas de lazer, aumentando nos fins de tarde e durante as manhãs de dias livres, como feriados e finais de semana. Os indivíduos que para ali se dirigem variam conforme idade, gênero e numeral, tendo em comum a predisposição para a prática de atividades físicas. Numa das ocasiões em que realizei o trajeto, durante o processo de captura das fotografias, fui surpreendido ao ser abordado por um grupo de quatro adolescentes, ex-alunos de uma escola de um bairro vizinho.

Curiosamente todos faziam parte de turmas preparatórias para concursos em escolas militares, e dois deles já eram alunos do Colégio Naval em Angra dos Reis no momento do encontro. Ao questionar o motivo da presença deles naquele ambiente, mesmo relativamente distantes de suas casas, as respostas foram automáticas: a reconhecida segurança da região e a necessidade de manutenção da forma física, tanto para os já encaminhados na carreira militar, quanto para os que ainda sonhavam com essa trajetória.

Após o descanso e as observações feitas no ponto abaixo da Transolímpica, parto em direção a outra região do bairro, que fica localizada para além dos trilhos da linha férrea. Essa representa a maior parte do trajeto em distância e para percorrê-la é necessário atravessar os trilhos da linha férrea, além da Avenida Brasil.

#### 2.2.4. Trecho 4: Vila Militar Olímpica

Figura 60: Trajeto percorrido por: Avenida São Pedro de Alcântara, Complexo Esportivo de Deodoro, Estrada do Gericinó e Parque Radical



Legenda: Vermelho – Trajeto e direções percorridas; Amarelo – Estação ferroviária da Vila Militar; Verde – Complexo Esportivo de Deodoro; Rosa – Subida do Maciço do Gericinó; Branco – Parque Radical.

Fonte: Apple Maps. Editado pelo autor, 2024.

A associação entre a Vila Militar e a prática de esportes ficou mais evidente a partir da realização dos eventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro nas duas primeiras décadas do século XXI. Conforme visto no capítulo 1, o bairro foi escolhido para sediar uma série de infraestruturas que atingiram o ápice nos Jogos Olímpicos de

2016. Dessas, a maior parte das construções se concentram no lado da linha férrea oposto à Avenida Duque de Caxias (Figura 24).

Início essa parte do percurso atravessando o viaduto de Magalhães Bastos, rumo à Estrada São Pedro de Alcântara, que margeia os trilhos pelo outro lado. Diferentemente da Avenida Duque de Caxias, essa estrada possui aspecto ermo, por sediar terrenos mais operacionais e não ser costumeiramente utilizada por pedestres (Figura 61). Ela é reconhecida por alojar a vila residencial voltada para a moradia de sargentos, uma Área de Lazer para Subtenentes (Figura 62) e Sargentos, além de um clube denominado Círculo Militar. Todas essas construções possuem visualmente aspecto mais humilde e menor grau de conservação em relação às encontradas nos trechos anteriores, evidenciando a questão das hierarquias percebidas anteriormente. O fato de estar mais próxima a bairros considerados inseguros da cidade, como Realengo e Ricardo de Albuquerque, parece contribuir para a menor valorização local.

Figura 61: Estrada São Pedro de Alcântara



Fonte: O autor, 2024.

Figura 62: Área de lazer dos Subtenentes e Sargentos da Vila Militar



Fonte: O autor, 2024.

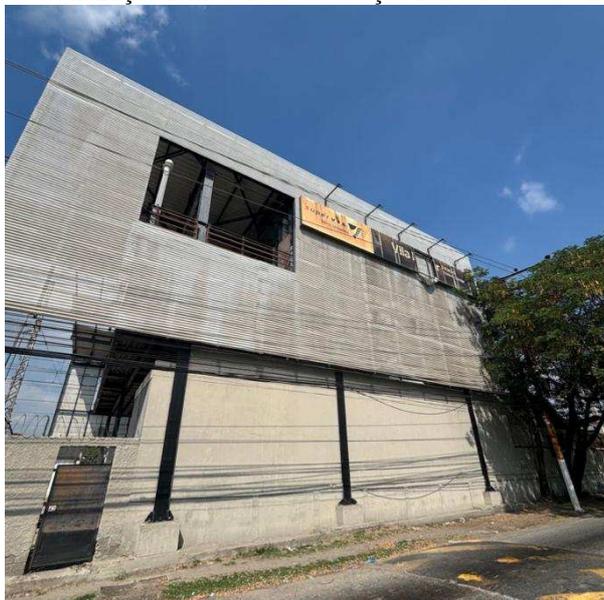
Dessa estrada é possível uma outra visão da estação de trem do bairro e de suas duas grandes estruturas: o histórico castelo fortificado e a armação metálica criada pela reforma feita no período prévio aos Jogos Olímpicos (Figura 63). Remodelada em 2016, foi uma das seis estações ferroviárias (São Cristóvão, Deodoro, Engenho De Dentro, Magalhães Bastos e Ricardo de Albuquerque, foram as outras) restauradas por estrategicamente terem alguma finalidade durante a competição. Segundo Davies (2017, p. 89), as obras foram financiadas pela Supervia, após acordo realizado com o governo do estado do Rio de Janeiro:

A modernização das estações envolveu a instalação de escadas rolantes, elevadores e coberturas nas plataformas de embarque/desembarque e em algumas delas foram construídos novos mezaninos, espaços para lojas e acesso à integração com outros modais de transportes, como os corredores BRT. A expectativa da Secretaria Estadual de Transportes e da Supervia era de que as reformas aumentassem a capacidade de uso do sistema de transporte ferroviário, atualmente considerado subutilizado.

Na estação da Vila Militar algumas dessas mudanças são perceptíveis, tais como a substituição das escadas por rampas de acesso, a ampliação do mezanino, a instalação de elevadores internos e a construção de coberturas em parte das plataformas. A partir dela é possível também realizar a integração com a estação de BRT, localizada ao lado. A parada, entretanto, continua sendo uma das menos utilizadas do modal ferroviário, tendo em vista o fato de que a maior parte dos trabalhadores militares da região residem no próprio bairro ou nos arredores, não necessitando do uso desse transporte e resultando, portanto, num baixo fluxo de pessoas que por ela circulam diariamente.

Também chama a atenção os diversos sinais de má conservação vistos no local, poucos anos após sua reinauguração, a exemplo das grades enferrujadas e de placas ilegíveis pelo desgaste do tempo.

Figura 63: Construção remodelada da estação ferroviária da Vila Militar



Fonte: O autor, 2024.

Observar a construção pelo alto, após subir suas rampas, gera a reflexão sobre todas as mudanças recentes ocorridas naquele espaço (Figura 64). O fator decisivo para tornar a Vila Militar um ponto de confluência intermodal de transportes faz parte de uma lógica de mercado, cujos interesses foram alimentados por agências multilaterais e por consultores internacionais. Ao ser inserido num evento de proporções globais, como as Olimpíadas, o bairro passou a ganhar centralidade para atores, que vão além do Exército brasileiro e se afastam da dinâmica do cotidiano local. Mascarenhas (2014, p. 57), se aprofunda sobre o tema:

[...] Trata-se, pela natureza intrínseca do fato esportivo, de dotar as cidades de instalações específicas, que atendam às distintas modalidades, dentro de padrões normativos internacionais. Mas, trata-se também, de criar condições de alojamento para os milhares de atletas, pessoal de apoio e membros dos comitês olímpicos, bem como para a imprensa. Além disso, quase sempre a cidade-sede requer expansão ou melhorias em sua infraestrutura geral (transportes, telecomunicações, malha viária etc). Trata-se, enfim, de um amplo conjunto de intervenções urbanísticas preestabelecidas pelas exigências do Comitê Olímpico Internacional (COI) em seu Caderno de Encargos.

Figura 64: Vista a partir da estação ferroviária da Vila Militar



Fonte: O autor, 2024.

Os dois modais que agora transcorrem lado a lado, são produtos de períodos distintos, cada qual seguindo a orientação de seus respectivos tempos. Se o trem foi o símbolo da expansão urbana do Rio de Janeiro, por ter orientado a ocupação das nascentes zonas norte e oeste, entre o final do século XIX e o início do século XX, os BRTs, para além das competições esportivas, servem como vetores de povoamento das atuais regiões em que a especulação imobiliária age em maior velocidade, a exemplo da Barra da Tijuca de do Recreio dos Bandeirantes. Sobre isso, Lencioni (2010) explica:

A produção do espaço urbano assume o centro do processo de acumulação capitalista, emergindo da condição secundária para a de protagonista principal. Isso se deve porque na sociedade moderna a produção da riqueza tem na valorização imobiliária uma estratégia que dá novo fôlego à reprodução do capital. Não é à toa, portanto, que qualquer abalo nesse setor estremece o mundo. Produzir a cidade, convém destacar, é também, produzir as condições urbanas e reproduzir as relações sociais.

Tombado como um patrimônio histórico cultural municipal do Rio de Janeiro, segundo decreto nº 14.741 de 22/04/1996, o castelo fortificado símbolo da estação da Vila Militar (Figura 65), permanece na paisagem tal qual uma rugosidade (Santos, 2004), nos oferecendo um testemunho cristalizado de um momento específico do passado que não se desfez por completo, e, portanto, condiciona os processos que se desenrolam ao seu redor desde então. O mesmo pode ocorrer no futuro com as

estruturas recém-construídas, a depender da valoração que adquirirem com o passar do tempo. Nesse sentido, Santos (2004, p. 174) complementa:

Assim, quando um novo momento – momento do modo de produção – chega para substituir o que termina, ele encontra no mesmo lugar de sua determinação (espacial) formas preexistentes às quais ele deve adaptar-se para poder determinar-se. De logo, pode-se falar do espaço como condição eficaz e ativa da realização concreta dos modos de produção e de seus momentos. Os objetos geográficos aparecem em localizações correspondendo aos objetos da produção em um dado momento e, em seguida, por sua própria presença, eles influenciam os momentos subsequentes da produção.

Figura 65: Vista do castelo histórico a partir da estação ferroviária da Vila Militar



Fonte: O autor, 2024.

Ao descer as rampas da estação, retornando para a estrada São Pedro de Alcântara, me deparo com mais um dos bloqueios de trânsito que dão acesso ao bairro. Na sua frente, encontra-se o prédio de um colégio com tendências cívico-militares. Apesar de particular, a escola tenta emular algumas das características do Colégio Militar, tais como o uso de uniforme que remete à farda das Forças Armadas, além do foco na disciplina e na hierarquia como projeto pedagógico. Meu destino, entretanto, fica a poucos metros dali, no Complexo Esportivo de Deodoro.

À despeito da nomenclatura remeter-se ao bairro vizinho de Deodoro, o Complexo Esportivo trata-se da maior concentração de equipamentos esportivos

construídos para os Jogos de 2016 na região. Nele se localizam os centros de tiro esportivo, de hóquei sobre grama (Figura 66) e pentatlo moderno, além de um ginásio poliesportivo. A entrada na área comum é liberada aos fins de semana, mediante frágil identificação na portaria. As quadras e arenas, todavia, só tem acesso permitido em caso de realização de eventos, que demandam negociação prévia com as instâncias militares que administram o local. Com essa finalidade, os equipamentos foram entregues à gerência do Centro de Capacitação Física do Exército e Fortaleza de São João (CCFEX/FSJ), que por sua vez criou o Destacamento Desportivo da Vila Militar (DDVM) para a supervisão específica desse Complexo.

Figura 66: Acesso proibido ao Centro de Hóquei Sobre Grama Sargento João Carlos de Oliveira



Fonte: O autor, 2024.

O site do órgão destaca o caráter de legado que as instalações possuem para o Exército, enfatizando a prioridade em atender aos interesses da instituição, mas não mencionando o uso pela sociedade civil em geral, e os moradores da região em particular<sup>12</sup>. Davies (2017) afirma que os comandos militares estiveram envolvidos nos processos que levaram a elaboração e desenvolvimento do projeto desses espaços desde o princípio, ainda no período pretérito aos Jogos Panamericanos de 2007. O autor (Davies, 2017, p. 106) aponta, ainda, as diferenças desse complexo com as demais “regiões olímpicas” do Rio de Janeiro:

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.ccfex.eb.mil.br/ultimas-noticias/241-destacamento-desportivo-da-vila-militar>. Acesso em 12 de outubro de 2024.

Como complexo esportivo, Deodoro apresentou formas urbanas próprias, que se diferenciaram, entre outras coisas, pelas orientações militares à sua elaboração e construção. Além da qualidade, os nomes dados aos centros e arenas esportivas marcam o aspecto militar do investimento: enquanto outras instalações construídas para o Pan homenagearam uma sorte de representantes brasileiros no mundo dos esportes (o ex-presidente da FIFA e atleta de polo aquático João Havelange, a nadadora Maria Lemk, entre outros), no caso de Deodoro foram consagrados atletas exclusivamente com ocupação militar. O centro de Hipismo levou o nome e a patente do general Eloy Menezes, o Centro Nacional de Tiro Esportivo homenageou o tenente Guilherme Paraense, o Centro de Pentatlo Moderno foi chamado de Coronel Eric Tinoco Marques, e o Centro de Hóquei sobre grama faz referência ao sargento João Carlos de Oliveira, o João do Pulo.

A dúvida sobre o aproveitamento dos equipamentos após os Jogos sempre foi um questionamento lançado aos organizadores (Silva, 2016, p. 87), sobretudo em relação à participação da comunidade local. Experiências negativas em sedes anteriores criaram instalações custosas em relação a manutenção e ociosas no que tange a frequência de utilização. Esses estádios e arenas ganharam o apelido pejorativo de “elefantes brancos”, que Mascarenhas (2014, p. 58), esclarece:

Cumprir frisar que a noção de “elefante branco”, quando aplicada a estádios e outras instalações olímpicas, resulta do fato de tais equipamentos terem sido planejados sem levar em conta as demandas locais, e sim as demandas do evento em si. Nesse sentido, é comum verificarmos a construção de equipamentos superdimensionados para a realidade local, além de muito caros. Ou de equipamentos cujo uso não se insere nas tradições ou mesmo nas possibilidades locais. Evidentemente, alguns equipamentos são passíveis de projetos de reapropriação ou readequação para novos e rentáveis usos após o megaevento esportivo, mas parece se tratar de uma minoria. E, mesmo quando alvo de projetos inteligentes de readequação do equipamento, permanece a crítica quanto ao gasto público mal encaminhado.

No tocante a definição do autor, consideramos que o Complexo de Deodoro cumpre parcialmente alguns dos requisitos para se enquadrar na categoria depreciativa. Dentre eles, a falta de tradição brasileira em esportes como o hóquei na grama, o alto custo de construção, e a ausência de projetos que incluam os moradores dos bairros do entorno, são os principais fatores. Em visitas ao local, pude constatar que o uso do complexo permanece majoritariamente restrito aos militares e suas famílias. Mesmo os eventos nele realizados, em parcerias com confederações ou clubes específicos atraem um público externo, vindos de outras partes da cidade, ou mesmo do país<sup>13</sup>. A limitação

---

<sup>13</sup> Corradi (2020, p. 136-137) cita alguns dos eventos realizados nas instalações, como competições escolares – 37º intercolegial; Olimpíada Embaixadores do Rei; Copa Elite de Ensino – além de programas sociais como o PROFESP, que envolve uma parceria entre o Ministério da Defesa e o

de horários e a necessidade de identificação na entrada também são fatores que devem ser tratados como inibidores de acesso ao espaço. Corradi (2020, p. 135-136) adiciona outros fatores que limitam o uso dos equipamentos:

O CCFEx gerencia o legado destas instalações, e oferece a utilização através de ofícios de alguns desses equipamentos para o público “civil”, o Centro de Tiro, Arena Wenceslau Malta e o Centro de Hóquei. Nos quais, os gestores de cada arena estipulam pagamentos em materiais ou outras formas de manutenção das mesmas, com valores e acordos mediante a período e tipo de uso das instalações. A Arena Wenceslau Malta, por exemplo, chega a custar 7 mil reais, em materiais, por dia, de acordo com estudos que estipulam o consumo e os gastos diários do equipamento. O Clube dos Oficiais também pode ser acessado por “civis”, perante ao pagamento de mensalidades, mas o custo deste é alto perante a faixa de salários do público não militar nesta região.

Num domingo pela manhã, tive a oportunidade de acessar a antiga Arena da Juventude, rebatizada de Ginásio Poliesportivo Arena Coronel Wenceslau Malta, também em homenagem a um integrante da corporação, durante a realização de uma etapa do Mundial de Novatos de Jiu-Jitsu. Organizada pela Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu (CBJJ) em parceria com a federação internacional da mesma modalidade, o evento contou com grande participação do público (Figura 67). Duas coisas chamaram atenção nesse episódio: No interior da arena existem diversos emblemas em referência ao Centro de Capacitação Física do Exército, fato que visa demarcar a administração local, independentemente do evento que nele ocorra; Já do lado de fora do ginásio, o estacionamento lotado de veículos denunciava que os indivíduos ali presentes não eram necessariamente moradores da região.

Figura 67: Vista interna da Arena Coronel Wenceslau Malta durante competição de Jiu-Jitsu



Fonte: O autor, 2024.

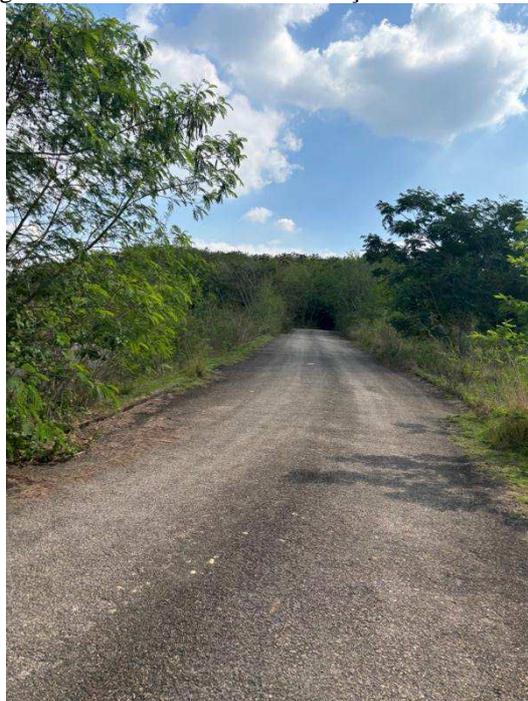
Conclui-se, portanto, que tais equipamentos, apesar de não se encaixarem por completo no conceito de “elefantes brancos”, já que são mantidos em boas condições de manutenção e permanecem em uso periódico, não tiveram os moradores do entorno como foco prioritário dos projetos. Em contraponto, o Exército utiliza tal espaço segundo uma lógica de ordenamento próprio, que após a realização dos megaeventos se adequou às necessidades da instituição e de seus membros. A associação entre as Forças Armadas e a prática esportiva tem sido uma tendência nas últimas décadas, e ganhou impulso com a criação do Programa de Atletas de Alto Rendimento (PAAR). Criado em 2008 em parceria entre os Ministérios do Esporte e da Defesa, visou incorporar esportistas já qualificados ao quadro das Forças, de modo a permitirem o acesso dos mesmos às instalações militares, mediante o pagamento de bolsas, além de outros benefícios. Davies (2017) costura essas ideias, afirmando que ambos os projetos acabaram por “militarizar a política de esportes” do país, à medida que incorporaram os atletas à rotina das Forças Armadas e incluíram-nos nesses espaços de uso restrito, tal como os presentes na Vila Militar.

Do Complexo Esportivo de Deodoro rumo em direção ao Parque Radical, outra das áreas militares que sediou competições durante os Jogos de 2016, mas que após o evento passou a ser administrado pela prefeitura. Para chegar até ele é necessário atravessar a Avenida Brasil por um caminho subterrâneo que desemboca do outro lado. A partir de então, margeio uma das avenidas mais movimentadas da cidade por uma pista lateral, que em contraste com a via central, raramente depara-se com algum veículo ou pedestre. Essa pacata pista dá acesso a mais alguns empreendimentos de

administração do Exército, como o Centro Olímpico de Tiro e a Base de Apoio Logístico. Meu objetivo era acessar o Parque Radical por uma entrada lateral, e para isso foi preciso adentrar a um pequeno caminho de solo esburacado, em que normalmente um único soldado guarda posição.

A via estreita constitui-se numa série de subidas que fazem parte das terras do Maciço do Gericinó/Mendanha. Esse ambiente difere-se de todos os percorridos até aqui, dada a ampla cobertura de Mata Atlântica dos arredores, e pelos raros sinais de urbanidade, que se restringem ao solo asfaltado (Figura 68). Dada a vastidão do terreno, que inclui um Parque Municipal administrado pelo município vizinho de Nilópolis, e suas características peculiares, quando comparadas aos cenários urbanos dos bairros que o cercam, o local acaba por atrair pessoas interessadas em caminhar nas trilhas rodeadas pela vegetação. Entretanto, os limites entre as áreas exclusivamente de uso militar e aquelas em que o trânsito civil é permitido nem sempre são tão claros, ou mesmo respeitados por os que ali trafegam.

Figura 68: Pista de acesso ao Maciço do Gericinó



Fonte: O autor, 2024.

No espaço, o caminho se ramifica em diversas direções, com uma delas levando ao Campo de Instrução do Gericinó e outra para o Parque Radical. O Campo constitui-se numa ampla área de terreno irregular, pertencente à União Federal e administrado pelo Exército. Fundado em 1921, desde então é usado para exercícios de simulações de

combate das tropas, que incluem manobras com veículos blindados, manejo de explosivos, ativações em campos minados e treinamentos de tiro com munições reais. Nele, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) preparou-se antes do embarque para a 2ª Guerra Mundial. Como visto no capítulo 1, o local já foi palco de acidentes fatais após o acionamento de dispositivos explosivos.

Transitar por esse caminho produz uma certa confusão. Marcas visuais militares, como soldados que se deslocam em conjunto na direção ao Campo de Instrução, se misturam com resquícios de referências aos Jogos Olímpicos. Ali se realizaram as competições de mountain bike, cujo traçado e decoração da pista ainda resistem, apesar da manutenção precária<sup>14</sup>. Woodward (2014) vê ambiguidade nesse tipo de áreas de treinamento militares, tendo em vista seu caráter pastoral de preservar elementos da natureza, mas que simultaneamente, manuseia artefatos com grande potencial para destruí-la.

O anti-espetáculo que essas paisagens poderiam criar, dada às atividades sigilosas e potencialmente perigosas que nela ocorrem, choca-se com o caráter de refúgio natural, tão raro num ambiente urbano, e soma-se, ainda, ao fato de terem sido palco para um megaevento esportivo que prima justamente pela espetacularização de imagens difundidas a nível global. Por esses motivos, portanto, o local tende a atrair frequentadores interessados em praticar esportes ao ar livre. Ao dissertar sobre a área de treinamento do Exército britânico na área rural de Sennybridge, Inglaterra, Woodward (2014, p. 6) afirma:

[...] O olhar e o movimento do visitante civil por esta paisagem são direcionados, as coisas não são necessariamente como parecem à primeira vista, e há, aqui, uma sensação diste como um tipo distinto de espaço. Este não é um lugar de violência visível e óbvia, apesar de sua existência como um lugar para treinamento de pessoal na execução de força letal. A violência está escondida nos rastros que os visitantes podem ver, ou aprender a ver, ou podem não ver. Ela está sempre lá, no entanto; a ideia de que este é um espaço puramente de trabalho agrícola civil e fazer rural não é possível sustentar neste espaço, eu acho.

Grande parte da confusão no que tange a delimitação entre o uso público ou exclusivamente militar no local, tem origem nas negociações que se desenrolaram previamente aos Jogos de 2016. Diferentemente do que ocorreu nos demais espaços da Vila Militar que foram palco de competições, a área do Parque Radical não foi mantida

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/noticias/bora-brasil/ultimas/legado-olimpico-parque-radical-de-deodoro-esta-abandonado-no-rio-202406260944>. Acesso em: 12 de outubro de 2024.

sob administração do Exército após o evento. Essa foi adquirida pela prefeitura do Rio de Janeiro por um valor de 43 milhões de reais, em acordo que também previu a colaboração da gestão municipal na construção dos Próprios Nacionais Residenciais (PNRs) da Vila dos Tratadores (Silva, 2016, p. 90).

Davies (2017, p. 109) enxerga uma *lógica entrópica* na execução dos projetos olímpicos que envolveram a Vila Militar. Para o autor, toda a forma de produção e circulação produzida pelos investimentos naquele espaço foi subordinada aos interesses dos militares no que se refere ao uso dos equipamentos e as melhorias urbanísticas da região. Ele cita, a maior valorização de espaços centrais do bairro, que tiveram antigos terrenos ociosos ocupados por equipamentos que o próprio Exército fez questão de gerir. Enquanto áreas mais afastadas, próximas a bairros “civis”, foram negociadas e assim estabeleceram novas fronteiras com o entorno, tal qual o caso de parte do Maciço do Gericinó, onde foi construído o Parque Radical. Sobre esse, Davies (2017, p. 110) disserta:

Nessa lógica de ordenamento do espaço que caracterizo como *entrópica*, o Parque Radical foi uma exceção na disposição geográfica das instalações em Deodoro, o que se explica pelo fato de ter sido pensado desde o início como uma futura área de lazer pública, disposta ao uso da população. Tomando a entropia como referência para a formação desse complexo esportivo, entendo que a condição “pública” do parque o condiciona a situar-se às margens das “áreas militares”, encostado à vida “civil” do bairro Ricardo de Albuquerque.

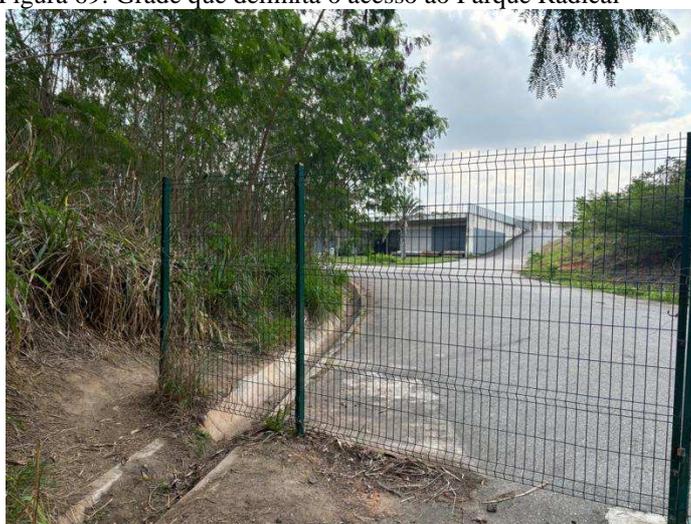
Apesar de inserido na área do bairro da Vila Militar, segundo a classificação da prefeitura (Figura 3), a entrada principal do Parque Radical está na Estrada Marechal Alencastro, no bairro de Ricardo de Albuquerque. Silva (2016, p. 89) afirma que tal geografia foi vista como positiva pelos comandos militares, pois não precisam ter o desconforto de gerenciar o acesso a locais que não mais lhe dizem respeito. Já a população, teria trânsito livre, pela desnecessidade de cruzar terrenos do Exército a fim de usufruir das instalações. Ele (Silva, 2016 p. 89), ainda, adiciona:

Esse fato, inclusive, é destacado como uma vantagem, frente às outras instalações olímpicas por alguns moradores do bairro, principalmente pela parcela mais jovem, que, apesar de se sentirem “seguros” sendo vizinhos do bairro da Vila Militar e por tudo o que essa presença representa, confessam não se sentirem “à vontade” ao caminhar dentro do bairro militar.

Em nosso caminho alternativo proveniente Maciço do Gericinó, uma grade sem qualquer sinalização parece demarcar o fim da administração militar e o início da área

pública (Figura 69). Ultrapasso-a pelo canto, num caminho em meio aos arbustos, provavelmente aberto por frequentadores anteriores. Dali em diante as paisagens mudam completamente, desaparecendo qualquer sinal da presença militar. O ambiente passa a se assemelhar a outras áreas de lazer da cidade, como o Parque Madureira, ou mesmo o Aterro do Flamengo. Em entrevistas realizadas na pesquisa de Corradi (2020, p. 183), esse espaço foi amplamente apontado como o mais reconhecido entre os equipamentos olímpicos, pelos moradores da região, justamente por ser o único “herdado por civis”.

Figura 69: Grade que delimita o acesso ao Parque Radical



Fonte: O autor, 2024.

Apesar de um certo grau de abandono em algumas áreas, como a pista de ciclismo BMX desativada (Figura 70) e a floresta plantada pelos atletas que participaram dos Jogos em 2016 que se encontra em péssimo estado de conservação, observam-se diversos projetos ocorrendo simultaneamente na área de 540 mil metros quadrados. O enorme tanque criado para as competições de canoagem *slalom* foi convertido em piscina para aulas de hidroginástica e natação conduzidas pelo SESC (Serviço Social do Comércio); Algumas das ladeiras íngremes do local viraram pistas de skate; Quadras poliesportivas foram construídas. Nesse local, a Guarda Municipal da cidade criou um projeto social que oferece aulas gratuitas de ginástica e lutas<sup>15</sup> (Figura 71). A própria presença da Guarda já é um indicativo da diferença de administração

---

<sup>15</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/tijuca-e-zona-norte/noticia/2022/08/guarda-municipal-oferece-aulas-gratuitas-de-capoeira-e-kickboxing-no-parque-madureira.ghtml>. Acesso em: 14 de outubro de 2024.

desses equipamentos, em relação às visitadas anteriormente, tendo em vista o fim dos limites de servidão da Polícia do Exército.

Figura 70: Pista de Ciclismo BMX do Parque Radical



Fonte: O autor, 2024.

Figura 71: Projeto Social da Guarda Municipal no Parque Radical



Fonte: O autor, 2024.

É nítido, portanto, o contraste existente entre os complexos esportivos presentes na Vila Militar, no que tange às formas de gerenciamento e uso dos equipamentos. Todo o processo de negociação e execução dos projetos entre os atores envolvidos na preparação para os megaeventos culminou em dicotomias mais do que evidentes no cotidiano dessas áreas na atualidade. Para a nossa pesquisa, torna-se necessário enfatizar como a participação do Exército Brasileiro foi fundamental no sentido de moldar essas paisagens em todas as etapas, mesmo quando por interesses próprios decidiu repassar

terrenos sob sua administração para outros entes público, possibilitando o surgimento de uma grande área de lazer, como o Parque Radical.

O poder dessa instituição, é sentido, nesse último trecho, por sua capacidade de influenciar os rumos dos contornos urbanos de uma região considerável de uma das maiores cidades do Brasil, mesmo quando inseridos na lógica de grandes eventos que compreenderam acordos e combinações com grandes atores internacionais. Em última análise, podemos perceber que o Exército usou essas competições para atualizar parte de suas instalações na Vila Militar, tendo em vista que essas foram as maiores modificações pelo qual o bairro passou desde a sua construção, no início do século XX. À reboque, pôde associar a sua imagem à prática do esporte de alto rendimento, a partir de programas governamentais e do gerenciamento exclusivo de modernos espaços de treinamento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caminho de volta do último ponto do percurso e durante o processo de escrita da presente pesquisa, muitas foram as reflexões produzidas sobre os cenários vivenciados e fotografados. O bairro da Vila Militar do Rio de Janeiro pode ser considerado um espaço em que o Exército brasileiro possui legitimidade e autonomia para operar segundo a sua própria lógica, visando atender seus interesses e objetivos, mesmo quando esses podem ser conflituosos com os de outras instâncias administrativas da cidade da qual ele faz parte.

Ele pode ser visto, também, como uma marca do poder que o Exército, e as Forças Armadas, em geral, conservam no quadro político e jurídico nacional, sobretudo desde a ditadura que se instalou no Brasil entre 1964 e 1985, cujos militares monopolizaram o controle do país. Nesse sentido, o caráter sigiloso de muitas de suas ações, o regime de servidão que concede poder de polícia em áreas militares (Cretella Junior, 2006) e a falta de mecanismos de controle civil-democrático sobre essas Forças, são exemplos da territorialidade imposta localmente mas que podem ser transpostos, em certa medida, para um plano mais amplo da realidade brasileira.

O objetivo dessa dissertação foi analisar as paisagens desse bairro, a partir de interpretações sobre os seus significados materiais e simbólicos. Seguindo a metodologia de Cosgrove e Daniels (1988), que considera tais cenários enquanto textos passíveis de serem lidos e decodificados ao serem associados aos seus contextos espaciais e históricos, buscamos identificar ícones e referências visuais, inseridas no espaço em diferentes temporalidades, que servissem como orientação para tal empreitada.

Centralizando as imagens como ferramentas capazes de construir pensamentos (Gomes e Ribeiro, 2013), empregamo-las como instrumentos de pesquisa e descoberta. Sendo assim, utilizamos fotografias históricas encontradas em arquivos, museus e bibliotecas para enriquecer as discussões acerca dos processos de edificação e consolidação do espaço pesquisado; bem como produzimos documentos fotográficos (Rose, 2016) próprios por meio de trabalhos de campo realizados no bairro, de forma a capturar suas cenas atuais e incitar as ruminções sobre o que foi visto, rebatido e questionado.

Na tentativa de nos aprofundarmos sobre a geografia histórica da Vila Militar, pudemos compreender tal espaço como fruto de um projeto pioneiro do início do século XX, que teve como objetivo simbolizar um novo momento para o Exército, ao visar superar problemas técnicos e logísticos que a instituição enfrentou ao participar de conflitos armados anteriores, como a Guerra do Paraguai. O bairro, então, retratou os ideias de profissionalização e modernização que pairavam sobre as Forças Armadas naquele contexto, materializando essas ambições em sua arquitetura e organização.

Adicionalmente, tal missão encontrava paralelo no contexto político e econômico brasileiro, igualmente ávido pela superação da condição de subdesenvolvimento. Um Exército moderno e profissional era visto como motor capaz de moldar a identidade nacional em vias de crescimento, tendo em vista seu papel enquanto instituição mais coesa e territorialmente organizada à época (Mccann, 2007).

No plano local, a Vila Militar representou o auge da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro por instalações militares (Viana, 2020). Iniciado em meados do século XIX, esse processo derivou da necessidade por espaços amplos e preferencialmente distantes de adensamentos populacionais, demandados por determinadas atividades militares e que encontraram numa área majoritariamente rural, terrenos disponíveis para sua implementação. Seguindo o traçado da linha férrea previamente instalada, esses empreendimentos serviram também como vetores para a ocupação desse espaço da cidade ao estimularem a economia local.

Posteriormente, entretanto, a grande dimensão das áreas militares na região acabou operando como bloqueio para a expansão urbana desenfreada que marcou o Rio de Janeiro ao longo do século XX (Fernandes, 2006). Esse fato, criou uma dicotomia entre a vizinhança “civil”, marcada, em maioria, pela precarização das habitações e carência de serviços básicos, e o bairro militar, planejado, ordenado e segurado segundo as particularidades de uma instituição.

O Exército, por sua vez, se converterá num poderoso agente imobiliário, tendo em vista o seu poder de orientar a ocupação de lotes de terra locais, de acordo com seus interesses em permanecer ou se desfazer de determinadas propriedades, tal como ocorreu a partir da realização de eventos esportivos na região, no início do século XXI (Davies, 2017).

Em nossos trabalhos de campo no bairro, tivemos a oportunidade de verificar que alguns desses anseios seculares do projeto original permanecem, enquanto outros foram reconfigurados tendo em vista as atualizações inevitáveis que novas

temporalidades reivindicam. O aspecto monumental de sua arquitetura e a rígida organização espacial perduram como elementos que conferem a esse espaço um caráter condizente com as mensagens que o Exército deseja veicular sobre si mesmo, tais como uma instituição que valoriza a ordem, a disciplina, o profissionalismo, dentre outros.

Por outro lado, se no início do século XX, tal bairro seria usado como marco para um novo momento, capaz de romper com precariedade do passado, em que edifícios e toponímias exaltaram a modernidade e os heróis nascentes, atualmente observa-se justamente o oposto. Caminhar pelas vias do bairro no início do século XXI significa se deparar com muitas paisagens que parecem cristalizadas no tempo. Percebe-se um esforço constante em exaltar um suposto passado de glórias e conquistas (Frazão, 2015), sob as formas visuais e textuais, por meio de pinturas, *outdoors* e monumentos. Poucas são as cenas que escapam dessa tentativa de evocar uma herança honrosa.

Na produção de nossa fotodocumentação emolduramos cenas que se revelaram fundamentais à pesquisa, tanto pela visualidade das marcas militares que exalam, quanto pela ausência daqueles elementos que tentam esconder. A profusão de muros, cercas, pontos de controle e inscrições motivadoras, podem ser lidas como um ambiente que se anuncia enquanto seguro, afetuoso, patriótico, heroico ou aglutinador. Em outra medida, esses mesmos símbolos podem ser interpretados como violentos, excludentes, repressores, traumáticos ou machistas. Cosgrove (1989, p. 226) afirma que “uma posição diferente na sociedade significa experiência e consciência diferentes; e até certo ponto, uma cultura diferente”. Tal dubiedade é, também, característica de paisagens militares, em que mesmo o sublime suporta análises que variam desde encanto até o horror (Woodward, 2014).

A decisão de realizar os trabalhos de campo por meio de pedaladas de bicicleta, deveram-se em parte às grandes distâncias envolvidas nos deslocamentos pelo bairro, mas também devido a tradição local de usá-lo enquanto área de lazer, sobretudo em sua avenida central. Percorrer esses trajeto permitiu-nos estabelecer paralelos entre a rígida organização hierárquica do Exército em diferentes patentes e o zoneamento espacial local, que segrega atividades e grupos de acordo com suas funções.

Partindo de três eixos – A Avenida Duque de Caxias, a Linha Férrea e a Avenida Brasil – verificaram-se diferentes serventias para cada localidade, que incluíram uso residencial (segregado por patentes), edifícios de comando, batalhões de operação, áreas de treinamento, equipamentos esportivos, dentre outros. Além disso, observamos também, zonas periféricas em que se estabeleceram atividades complementares e não

necessariamente militares, mas importantes no cotidiano dos que ali vivem, trabalham ou transitam.

Ao enquadrarmos todos esses cenários como paisagens de uma cultura dominante (Cosgrove, 1989) queremos evidenciar a multiplicidade de cenários militares, e reforçar o papel do Exército brasileiro como um ator que veicula sua ideologia (Duncan, 1990) pelos meios que tem a disposição. Após décadas sem contendas que envolveram o Brasil, constatamos que esses ideais são marcados também por um empenho constante em qualificar a instituição como relevante e necessária para o atual panorama nacional. Esse ponto, seria capaz de justificar tamanha destinação de investimentos para a manutenção de um aparato de grandes proporções como a Vila Militar e todas as funções que ela abarca.

No esforço de se mostrar pertinente, o Exército difunde ideias que associam a ele e a seus integrantes, imagens de uma corporação ilibada, incorruptível, racional e que coloca os interesses da pátria acima dos anseios individuais, tão comuns aos civis, ou aos paisanos, segundo denominação pejorativa dos próprios militares (Castro, 2021). Nesse sentido, ao encarar tais paisagens enquanto pesquisador não participante do círculo militar, reconhecemos o senso de superioridade que a instituição julga a si mesma e aos seus. Esse discurso, apesar de direcionado para a própria classe, encontra eco em parte considerável da população brasileira na história recente.

Finalizamos, portanto, concebendo as paisagens da Vila Militar como expressões espaciais do Exército brasileiro. Tal qual Duncan (1990, p. 113-114), entendemos esses cenários como sinédoques, em que “o emprego de uma parte pelo todo, ou do todo pela parte”, revela muito do conteúdo simbólico da própria instituição. Seguir por essa perspectiva, permitiu-nos decodificar parcialmente muito desse simbolismo. Esperamos assim ter contribuído, ainda que timidamente, para dar sequência às investigações sobre a temática de paisagens, tão tradicional nos estudos geográficos.

Reconhecendo as dificuldades encontradas durante a construção de nossa narrativa, dado o caráter sigiloso de muitas informações e locais e das inevitáveis escolhas a serem tomadas ao longo do processo, consideramos que se faz necessário a continuidade dos estudos que envolvam outras paisagens militares pelo território brasileiro, de modo a ampliar a compreensão sobre a forma como essa instituição dominante executa o seu domínio em diferentes contextos. Sugerimos, igualmente, a implementação de outras metodologias que possam dar voz às múltiplas interpretações a

respeito desses ambientes, bem como sobre os desdobramentos das distintas leituras nas esferas política e social.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Mauricio A. Sobre a memória das cidades. Porto: Revista da Faculdade de Letras, Vol. XIV, p. 77-97, 1998.
- ALBUQUERQUE, Ederson A. A. De povoado a município: transformações socioeconômicas em Nilópolis. In: MARAFON, Glaucio J. ; RIBEIRO, Miguel A. orgs. Revisitando o território fluminense, VI [On-line]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017, p. 189-208, 2017.
- ASSIS, Cirlene M. da S. R. de. A servidão militar e o poder de polícia das Forças Armadas nas áreas vizinhas aos estabelecimentos castrenses. Revista Do Ministério Público Militar, 47(33), p. 135–180, 2023.
- BALDIN, Rafael. Sobre o conceito de paisagem geográfica. Paisagem e Ambiente, São Paulo, Brasil, v. 32, n. 47, p. e180223, 2021.
- BAPTISTA, Andreza V. dos S. Vila Proletária Marechal Hermes: proposta de intervenção no conjunto urbanístico-arquitetônico. Salvador, 2020.
- BERTOLOTTO, Rodrigo. Sabia que sede olímpica do Rio foi local de tortura e morte?. Portal Uol, 03 ago. 2016. Disponível em: <https://olimpiadas.uol.com.br/noticias/redacao/2016/08/03/sabia-que-sede-olimpica-do-rio-foi-local-de-tortura-e-morte.htm?mobile>. Acesso em: 3 de agosto de 2024.
- BESSE, Jean M. As cinco portas da paisagem –ensaio de uma cartografia das problemáticas contemporâneas. In: BESSE, Jean-Marc. O gosto do mundo. Exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- \_\_\_\_\_, Jean M. Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- BONATES, Mariana F. *Militares no home front: concepção projetual das vilas militares brasileiras entre 1946 e 1971*. Pernambuco. 2016.
- BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, jun., p.68-69, 1908.
- BUTLIN, Robin. Historical geography: Through the gates of space and time. Londres: E. Arnold, 1993.
- BÜSCHER, Monica; VELOSO, Letícia. Métodos Móveis. Tempo Social, São Paulo, Brasil, v.30, n. 2, p. 133–151, 2018. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ts/article/view/142258>. Acesso em: 27 out. 2024.
- CASTRO, Celso. A invenção do Exército brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002.

\_\_\_\_\_, Celso. O espírito militar : um antropólogo na caserna / Celso Castro. — 3a ed. rev. e ampl. — Rio de Janeiro : Zahar, 2021.

CASTRO-ORELLANA, Rodrigo. Cidades de Sísifo: urbanismo colonial e contingência. *Laje*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 262–283, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/laje/article/view/60553>. Acesso em: 2 out. 2024.

CLAVAL, Paul. A Paisagem dos Geógrafos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). *Geografia cultural: uma antologia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, vol. 1, 2012.

CMA – Coordenadoria de Monitoramento Ambiental. Relatório 2015. Programa de Monitoramento da Qualidade do ar MonitorAr-Rio. Coordenadoria Geral de Controle Ambiental. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Prefeitura do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Rio de Janeiro: COB, 3 v. 2009.

CORRADI, Rafael A. O legado olímpico do Rio de Janeiro: Entre o Marketing Urbano, as obras realizadas e a percepção dos atores locais em Deodoro. Dissertação (Mestrado). São Bernardo do Campo. 2020.

CORRÊA, Roberto L. Denis Cosgrove – A Paisagem e as Imagens. *Espaço e Cultura*, 29, p. 7-21. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, jun. 2011.

\_\_\_\_\_, Roberto L. Monumento, política e espaço. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Geografia: temas sobre cultura e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

COSGROVE, Denis. Prospect, Perspective and the Evolution of the Landscape Idea. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 10(1), 45–62, 1985.

\_\_\_\_\_, Denis; JACKSON, Peter. [1987] (2000) Novos rumos da Geografia Cultural. In: CORREA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (org.) *Geografia Cultural: um século* (2). Rio de Janeiro: EdUERJ.

\_\_\_\_\_, Denis. A geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (org.), *Geografia Cultural: uma antologia*. Volume II. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

\_\_\_\_\_, Denis. Mundos de significados. Geografia cultural e imaginação. In: *Geografia Cultural: Um Século* (2). CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

\_\_\_\_\_, Denis. & DANIELS, Stephen. *The Iconography of Landscape* (Cambridge, Cambridge University Press). 1988.

CRETELLA JUNIOR, José. (2006). *Tratado de Direito Administrativo: Poder de Polícia e Polícia*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense, v.5, p.188.

DAVIES, Frank A. Deodoro: formas de governo para uma "região olímpica". 2017. 191 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

\_\_\_\_\_, Frank A. “Via-crúcis, via expressa: Dinâmicas políticas e gramáticas religiosas na passagem da Transolímpica”. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, vol. 37, n. 2, pp. 64-85, 2018.

DAVIS, Sophia. Military landscapes and secret science: The casa of Orford Ness. *Cultural Geographies*, 15, 143-149, 2008.

DUNCAN, James. [1990] “A paisagem como um sistema de criação de signos”. In: CORREA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (org.) *Paisagens, Textos e Identidade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

DUNCAN, James. S. ; DUNCAN, Nanci. “Doing Landscape Interpretation.” In *The SAGE Handbook of Qualitative Geography*. Edited by Dydia, D. (et all), 225–247. Los Angeles: SAGE. 2010.

FERNANDES, Nelson da N. *O rapto ideológico da categoria de subúrbio: Rio de Janeiro 1858-1945*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

\_\_\_\_\_, Nelson da Nóbrega. Os militares e o espaço do Rio de Janeiro: um programa de pesquisa em geografia urbana e geopolítica. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2006.

FORSYTH, Isla. *A genealogy of military geographies: Complicities, entanglements, and legacies*. University of Nottingham. 2019.

FRAZÃO, José R. M. *Vila Militar Glórias e Conquistas 1908-2015*. Rio de Janeiro, Ed. Biblex, 2015.

GOMES, Paulo. C. da C.; RIBEIRO, Letícia. P. A Produção de Imagens para a Pesquisa em Geografia. *Espaço e Cultura*, [S. l.], n. 33, p. 27–42, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/8465>. Acesso em: 27 out. 2024.

GUIMARÃES, Roberta S. ; DAVIES, Frank A. Alegorias e deslocamentos do subúrbio carioca nos estudos das ciências sociais (1970-2010). *Sociologia & Antropologia*, v. 8, p. 457-482, 2018.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS (BRASIL). *Atlas Escolar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2018.

LENCIONI, Sandra. Redes, coesão e fragmentação do território metropolitano. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV nº 331 (69). Disponível em: < <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-69.htm>>. Acesso em: 12 de out. de 2024.

- LOBIANCO, Bianca. Na Vila Militar, o calor é o inimigo. *O Dia*. Rio de Janeiro, 06 jan. 2014. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-01-07/na-vila-militar-o-calor-e-o-inimigo.html>. Acesso em: 04 de mai. 2024.
- MAGALHÃES, João. B. A evolução militar do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.
- MASCARENHAS, Gilmar. Cidade mercadoria, cidade-vitrine, cidade turística: a espetacularização do urbano nos megaeventos esportivos. *Caderno Virtual de Turismo*. Edição Especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v.14, supl. 1, p. 52-65, nov. 2014.
- MCCANN, Frank D. Soldados da pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MITCHELL, Don. *The lie of the land: migrant workers and the California landscape*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- NAME, Leonardo. Jogos de imagens: notas sobre o Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro à Sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. *Revista Intratextos*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 277-297, 2012.
- NASCIMENTO, Norma da S. Deodoro, Zona Oeste do Rio de Janeiro: apagamentos e lembranças sobre um campo minado. 2015. 178 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social)-Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- NAVES, Marcelo. J. Um estudo dos gritos de guerra militares sob a ótica da Linguística Sistêmico-Funcional. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- PINTO, Werusca. M. V. de S. As inevitáveis mudanças: um estudo sobre a construção da subjetividade das esposas de militares. 2016. 201 f. Tese de Doutorado-Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- RIO-ÁGUAS, Fundação Rios de Janeiro. Um manual dos rios, canais e corpos hídricos da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2020
- ROSA, Alexandre R. Braço Forte, Mão Amiga: um estudo sobre dominação masculina e violência simbólica em uma Organização Militar. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, 2007.
- ROSE, Gillian. *Visual Methodologies (4th Edition). Making Images as Research Data: Photo-Documentation and Photo-Elicitation*. Sage. p. 307 – 329, 2016.
- SANTOS, Leonardo S. dos. A cidade está chegando: expansão urbana da Zona Rural do Rio de Janeiro (1890-1940). *Revista Crítica Histórica*. Ano II, No 3. Rio de Janeiro, 2011.
- SANTOS, Milton, *Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: EDUSP. 6ª ed., 285p, 2004.

SCHMIDT, Selma; BRANDÃO, Túlio. Prefeitura alargará estrada para evitar que militares tenham que passar perto de favela. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 de julho de 2002. Disponível em: <http://favelabairro.orgfree.com/page34.html#top16>. Acesso em: 14 set. 2024.

SIDAWAY, James D. *Shadows on the Path: Negotiating Geopolitics on an Urban Section of Britain's South West Coast Path*. *Environment and Planning D: Society and Space*, 27(6), p.1091-1116, 2009.

SILVA, Renato C. da. *A produção do espaço e representações: da lógica militarista à lógica do capital financeiro para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016 no bairro de Deodoro e adjacências-RJ*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 2016.

SOARES DA SILVA, Marcia A. Por uma Geografia das Emoções. *GEOgraphia*, v. 18, n. 38, p. 99-119, 8 fev, 2017.

TCHIKINE, Anatole; DAVIS, John D. *Military Landscapes between Militarization and Representation*, In *Military Landscapes*. Edited by Tchikine, A., Davis, J. D. p. 1-19. Washington: Research Library and Collection, 2021.

TIVERS Jacqueline. 'The Home of the British Army': the iconic construction of military defence landscapes. *Landscape Research* 24: p.303-319, 1999.

VIANA, Claudio G. de A. *História, memória e patrimônio da Escola Militar de Realengo*. Centro de Pesquisa e Documentação de História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 2010.

VIANNA, G. de S. Os filhos de Licurgo: as origens do ensino militar. *Revista da Uniandrade*. Curitiba, v.3, n.1, p.1-23, jan./mar. 2002.

WOODWARD, Rachel. It's a man's life!: soldiers, masculinity and the countryside, *Gender, Place and Culture*, 5, p. 277-300, 1998.

\_\_\_\_\_, Rachel. From Military Geography to militarism's geographies: disciplinary engagements with the geographies of militarism and military activities. *Progress in Human Geography* 29 (6), p.1-23, 2005.

\_\_\_\_\_, Rachel. Looking at military landscapes: Definitions and approaches. In *The evolving boundaries of defence: An assessment of recent shifts in defence activities* (Vol. 23, p. 139-153). Emerald Group Publishing Limited, 2014.

\_\_\_\_\_, Rachel. Military landscapes: Agendas and approaches for future research. *Progress in Human Geography*, 38(1), p. 40-61, 2014.

\_\_\_\_\_, Rachel. Military Pastoral and the Military Sublime in British Army Training Landscapes. In: Ian D. Rotherham and Christine Handley, ed. *War and Peat*. Sheffield, UK: Wildtrack Publishing, p.45-56, 2014.

WYLIE, John. A single day's walking: narrating self and landscape on the South West Coast Path. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 30: p. 234-247, 2005.